

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bjbfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

Para Valter, Tais e Clarice

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PERFIL DOS INVESTIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
NA ECONOMIA BRASILEIRA (1970-1993)

NORMA CRISTINA BRASIL CASSEB

Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP por Norma Cristina Brasil Casseb, sob orientação do Prof. Dr. Décio Katsushigue Kadota, para obtenção do título de Doutora em Economia.

São Paulo

1995

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem alguns apoios, que são referidos a seguir, e que agradeço de maneira emocionada e muito sincera.

O primeiro, e mais importante deles, foi do fraterno amigo, Prof. Dr. Décio K. Kadota que, ao aceitar ser o orientador desta tese, deu credibilidade ao trabalho e me resgatou de volta para as questões acadêmicas, que naquelas alturas estavam praticamente abandonadas por mim. Desde o início ele mostrou muito interesse pelo tema e me estimulou com discussões e acompanhamentos permanentes, especialmente no campo teórico-metodológico. Sem o especial apoio do grande amigo e um dos mais completos economistas que conheci, pela combinação de conhecimentos formais com intuições argutas sobre a realidade, provavelmente, eu não teria chegado até aqui.

O amigo e Prof. Dr. Paulo de Tarso P. L. Soares, tanto no plano das discussões acaloradas sobre a economia brasileira, quando beneficiou-me com seus profundos conhecimentos na área, como no plano do ombro amigo, ajudando-me em momentos de grandes tensões.

No processo inicial, quando desenvolvia as leituras teóricas, a amiga e Profa. Dra. Cornélia Nogueira Porto dividiu muitas vezes comigo esta tarefa debatendo e me incentivando a prosseguir.

O amigo e Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda Filho, teve a paciência de discutir comigo, em detalhes, textos de Kalecki.

A Profa. Dra. Silvia Schor, que ministrou a disciplina onde nasceu este trabalho, macroeconomia II, e mais tarde, quando do Exame de Qualificação, indicou e discutiu textos

teóricos importantes utilizados no modelo desenvolvido neste trabalho.

O Prof. Dr. Carlos Antonio Luque, outro membro da Banca do Exame de Qualificação, fez profícuas sugestões, que verã terem sido incorporadas nesta tese.

O Prof. Dr. José Carlos de Souza Santos, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia da FEA/USP, soube entender as dificuldades para o desenvolvimento do modelo e ajudou a retirar todos os entraves burocráticos que poderiam ter impedido a conclusão deste trabalho.

O Prof. Dr. João do Carmo Lopes, amigo que muitas vezes telefonou para saber do desenvolvimento e incentivar o andamento da tese.

As Profas. Dras. Ana Maria Bianchi, Basília Aguirre, Maria Cristina Cacciamali, Maria Lúcia Rangel Filardo e Denise Cirylo, também com muito afeto, acompanharam e estimularam o processo de desenvolvimento desta tese.

O aluno Leandro Magnusson, famoso "Bidú", que teve um interesse e dedicação, pela tese e pelo tema, muito acima do que se espera de um monitor de pesquisa.

O Dr. Celso Pitta, DD. Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo, com quem tenho tido o prazer de trabalhar, na qualidade de Chefe da sua Assessoria Econômica, me deu todo apoio e estímulo para a conclusão deste trabalho. Devo dizer que me orgulho de pertencer à sua equipe de trabalho.

Os funcionários da Assessoria Econômica da SF/PMSP, especialmente à Kátia Mendonça Luz, à Maria de Lourdes F. dos Santos e ao Carlos Antonio Barbieri, que viveram comigo as agruras típicas dos processos de conclusão de uma tese de doutorado. Barbieri também discutiu vários pontos tratados nesta tese.

O amigo Denis Ribeiro, Coordenador Geral das Assessorias da SF/PMSP, por ter sido um interlocutor constante em todo o período de desenvolvimento deste trabalho. Beneficiei-me, enormemente, de suas perspicazes e argutas observações sobre a política econômica praticada neste país, nos últimos trinta anos.

O amigo Antonio Hilst Neto, com quem tive a satisfação de trabalhar, quando ainda era Assessor Financeiro da SF/PMSP, comigo discutiu vários pontos desse trabalho e nunca deixou de interessar-se pelo andamento desta tese.

Amigos, na vida e no Departamento de Economia da FEA/PUC-SP, Prof. Jason Tadeu Borba, Profa. Maria Angélica Rodrigues, Profa. Dra. Regina Gadelha e Profa. Dra. Ana Luíza Viana, que, com muita atenção e carinho, ouviram-me inúmeras vezes falar deste trabalho.

É óbvio que nenhum dos citados têm qualquer responsabilidade sobre os erros e omissões que por ventura constarem nesse trabalho.

A minha mãe, Alaíde Brasil, que torceu desde o começo e me encheu de carinho e atenção. O meu pai, Geraldo Brasil, e o meu irmão, Mário Brasil, que nunca recusaram o estímulo.

Com muita emoção agradeço a Dra. Luzia Giordano, profissional competentíssima, pelo seu particular e indispensável apoio.

As minhas filhas, Taís e Clarice, as maiores emoções da minha vida, que compreenderam a importância deste trabalho para mim, sempre me estimulando e curtindo ter a mãe Doutora em Economia pela FEA/USP.

O Valter Casseb, que aguentou as inseguranças e as euforias típicas de quem está terminando Tese de Doutorado, segurando essa e outras "barras" sem nunca ter deixado de estimular e cobrar a conclusão deste trabalho. É um grande companheiro.

RESUMO

As decisões de investimento e o conjunto das relações econômicas internas e externas as quais elas estão submetidas, têm importância decisiva na determinação do perfil de distribuição de renda de uma sociedade. Chamamos de decisão de investimento o volume do investimento e sua alocação entre os setores da economia, quais sejam : o setor produtor de bens de capital e o setor de bens de consumo. Isto se torna aqui a questão crucial para o crescimento econômico com elevação ou queda de salário real porque de um lado, tal decisão determina a distribuição da acumulação entre tais setores, bem como suas capacidades de oferta e, a oferta global de bens de consumo se constitui na variável decisiva para a determinação do salário real.

As decisões de investimentos entram tanto no lado da oferta como no da demanda agregada relacionadas no sistema macroeconômico. Isto porque, de um lado, o investimento ao determinar a proporção do capital alocado para os bens de consumo, determina também, a oferta dos produtos de ambos os setores isto é, a oferta de bens de consumo e a de bens de capital. De outro lado, este investimento também alimenta a demanda por bens de consumo através dos salários pagos aos trabalhadores do setor de bens de capital.

A questão distributiva exigiu portanto, que delineássemos o presente estudo de modo a buscar entender em que sentido as variáveis macroeconômicas atuam sobre o comportamento do próprio salário real já que este, medido em termos de bens de consumo, se constitui na variável chave para a avaliação da participação dos salários na Renda Nacional.

ABSTRACT

Investment decisions and the complex of internal and external economic relations to which they are submitted have a decisive significance for the determination of the profile of the society's income distribution. We call investment decision the volume of investment and its allocation between two sectors of the economy, capital goods and consumption goods. This turns to be, in this work, the crucial question for economic growth with increase or decrease of real wages, as this decision determines the distribution of the accumulation process among those sectors and their supply capacity as well. The overall supply of consumption goods is the strategic variable in the determination of the real wage.

Investment decisions are significant from both the point of view of the overall supply and demand in the macroeconomic system. This occurs because, from the one side, as it determines the proportion of capital allocated to consumption goods, investment also determines the supply of goods in both sectors, that is, that of consumption goods and that of capital goods. On the other side, this investment also feeds the demand of consumption goods by means of the wages paid to workers from the capital goods productive sector.

The distributive question thus demanded that we proposed this dissertation in order to understand how do the macroeconomic variables act upon the real wage's behavior.

SUMÁRIO

Capítulo I - A Guisa de uma Introdução.....	1
I.1 - Apresentação do Tema.....	1
I.2 - Contexto Geral da Economia Brasileira.....	14
I.3 - Proposições e Objetivos do Trabalho.....	19
Capítulo II - Base Teórica.....	23
II.1 - Introdução.....	23
II.2 - Modelo Básico de uma Economia Fechada.....	24
II.2.1 - Setor de Bens de Consumo.....	27
II.2.1.1 - Salário Real e Mark-up.....	30
II.2.1.2 - Algumas Considerações sobre o Consumo.....	36
II.2.2 - Setor de Bens de Investimento, Taxa de Lucro e Taxa da Acumulação.....	38
II.3 - Modelo de uma Economia Aberta.....	43
II.3.1 - Considerações sobre o Comércio Internacional.....	43
II.3.2 - Modelo Pós-Keynesiano de uma Economia Aberta.....	46
II.3.2.1 - Importação e Exportação.....	47
II.3.2.2 - Efeito na Taxa de Lucro com Comércio Internacional.....	53
II.4 - Modelo Pós-Keynesiano com Governo.....	56
II.4.1. - O Modelo de Minsky.....	57

Capítulo III - Proposição de um Modelo Pós-Keynesiano de uma Economia Aberta, com Governo.....	67
III.1 - Análise de Consistência do Modelo.....	73
III.2 - <i>Mark-ups</i> e Preços dos Bens de Consumo e de Investimento.....	76
III.3 - Disponibilidade de Bens de Consumo e os Setores Público e Externo.....	82
 Capítulo IV - Análise Macroeconômica da Distribuição de Renda no Brasil.....	 96
IV.1 - A Economia Brasileira nas Décadas de Setenta e Oitenta.....	99
IV.1.1 - Composição da Demanda Agregada.....	99
IV.1.2 - As Contas Públicas.....	108
IV.1.3 - O Setor Externo.....	123
IV.1.4 - Massa Salarial, Salário Real, Emprego e Valor da Produção no Setor Industrial.....	133
IV.1.4.1 - Massa Salarial e Salário Real	134
IV.1.4.2 - Nível de Emprego.....	141
IV.1.4.3 - Valor da Produção.....	151
IV.1.4.4 - Produção por Empregado nos Setores de Bens de Consumo e de Capital.....	160
IV.2 - As Interrelações das Variáveis Macro- Econômicas da Economia Brasileira Frente às Implicações do Modelo Proposto.....	165
IV.2.1 - A Década de Crescimento.....	165
IV.2.2 - A Década em que se Explicita o Limite do Financiamento Externo - A Chamada Década Perdida.....	172

IV.2.3 - O Ajuste Recessivo.....	179
IV.2.4 - O Ajuste Inflacionário.....	180
Capítulo V - À Guisa de Conclusão.....	185
Bibliografia.....	199
ANEXO I.....	204
ANEXO II.....	217
ANEXO III.....	230

ÍNDICES DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

- Quadro 1. Componentes da Demanda Agregada-Brasil a Preços Constantes de 1980
- Quadro 1.A. Componentes da Demanda Agregada (em percentagem sobre o PIB)
- Quadro 2. Orçamento do Setor Público-Brasil (em CR\$ de 1980)
- Quadro 2.A. Orçamento do Setor Público (em percentagem sobre o PIB)
- Quadro 3. Déficit ou Superávit do Governo (em CR\$ de 1980, conforme deflator implícito do PIB)
- Quadro 3.A. Déficit ou Superávit do Governo (em percentagem sobre o PIB)
- Quadro 4. Juros Externos, Remessa de Lucros para o Exterior, Taxa de Câmbio e Saldo da Balança de Transações Correntes
- Quadro 5. Saldo da Balança Comercial por Setores (em US\$ milhão)
- Quadro 6. Massa de Salário do Pessoal Ocupado no Setor Industrial
- Quadro 7. Salário Real do Pessoal Ocupado no Setor Industrial
- Quadro 8. Pessoal Ocupado Ligado à Produção, segundo as classes e Gêneros Industriais
- Quadro 9. Pessoal Ocupado ligado à Produção, Segundo os Setores Industriais
- Quadro 10. Valor da Produção Industrial, Segundo as Classes e Gêneros Industriais (em Cr\$ mil de 1980)
- Quadro 11. Valor da Produção Industrial, Segundo os Setores Industriais (em Cr\$ mil de 1980)

Quadro 12. Valor da Produção Industrial pelo N° de Empregados

GRÁFICOS

- Gráfico 1. Componentes da Demanda Agregada
- Gráfico 1.A. Componentes da Demanda Agregada em Percentagem sobre o PIB
- Gráfico 2. Orçamento do Setor Público
- Gráfico 3. Déficit do Setor Público
- Gráfico 4. Investimento, Poupança e Déficit do Governo
- Gráfico 5. Juros Externos, Remessa de Lucro e Saldo da Balança de Transações Correntes
- Gráfico 6. Saldo da Balança Comercial por Setor - (Exportação-Importação)
- Gráfico 7. Massa de Salário
- Gráfico 8. Salário Real
- Gráfico 9. Nível de Emprego do Setor Industrial
- Gráfico 10. Nível de Emprego em Algumas Indústrias do Setor de Bens de Capital
- Gráfico 11. Nível de Emprego em Algumas Indústrias do Setor Bens de Consumo
- Gráfico 12. Pessoal Ocupado Ligado à Produção do Setor Industrial
- Gráfico 13. Valor da Produção - Indústrias do Setor de Bens de Capital
- Gráfico 14. Valor da Produção - Indústrias do Setor de Bens de Consumo

Gráfico 15. Valor da Produção dos Setores de Bens de Consumo e de Bens de Capital

Gráfico 16. Valor da Produção Industrial pelo N° de Empregados

CAPÍTULO I

A GUIA DE UMA INTRODUÇÃO

I.1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA

Na situação atual da economia brasileira e no presente estágio de desenvolvimento da teoria econômica, procurar investigar, na área macroeconômica, os determinantes da distribuição da renda, não deixa de ser um desafio. Nesse trabalho refletiremos sobre esse tema, buscando contribuir para o esclarecimento das reais condições da economia brasileira e portanto, de seus limites e possibilidades.

Vários analistas têm examinado a situação econômica brasileira na busca de explicações para seus desequilíbrios. No entanto, nos parece que o cerne das análises reflete mais os eventos de curto prazo, deixando de lado, na maioria das vezes, as implicações de ordem estrutural ou de longo prazo. Nos últimos tempos, as políticas econômicas oficiais condicionam fortemente o debate. A gravidade da nossa situação, especialmente no que se refere a dimensão e escalada do processo inflacionário, faz com que as questões de curto prazo tornem-se emergenciais. Mas não se pode deixar em segundo plano, aspectos fundamentais como aqueles de caráter estrutural que nos parecem estar na base dos

desajustes da economia brasileira. Não se deve correr o risco de perder a mediação entre os objetivos de curto e de longo prazo.

As questões que estamos chamando de estruturais repousam em considerações que fazem reemergir reflexões sobre o padrão de crescimento econômico, tanto em termos quantitativos como qualitativos, isto é, a evolução do volume global dos investimentos e sua alocação pelos vários setores e ramos da economia; o perfil de distribuição da renda, que é associado ao padrão de crescimento, bem como a intervenção do Governo que através de políticas econômicas delinea o processo de crescimento.

Colocado sob a ótica da amplitude histórico-temporal, pode-se concluir que as dificuldades e desajustes de nossa economia vêm de muitas décadas. No entanto, a amplitude que pretendemos dar a este estudo é a dos últimos vinte anos.

As transformações e oscilações ocorridas, a partir da década de 70, em vários sentidos e graus, tanto em nível da economia nacional como em nível da economia mundial, têm sido de tamanha rapidez e intensidade, que, se por um lado nos deixam perplexos, por outro nos estimulam a reflexão.

A acumulação mundial, a partir dos anos 70, passa a se defrontar com vários problemas e a apontar para

transformações. A crise de 1974/75 e a do início dos anos 80 refletem-se na queda da produção industrial, suscitando rápido crescimento do desemprego, além de pressões inflacionárias variáveis, porém persistentes e com grande sincronização em nível mundial. Defronta-se com os desarranjos no sistema monetário internacional, com a crise da energia e das matérias primas.

Evidentemente que, no campo da teoria econômica, essa situação faz ressuscitar, com muito vigor, a antiga polêmica entre os economistas de orientação Keynesiana e aqueles de orientação "clássica" ou monetarista. De qualquer forma, as políticas econômicas adotadas, com mais ênfase numa ou noutra orientação, têm sido questionadas no encaminhamento de soluções tanto de curto quanto de longo prazo.

Nos países europeus a temática parece ter se configurado na questão do nível de emprego. Nos EUA, a questão do desemprego soma-se a do desequilíbrio do financiamento interno e externo. Nos países mais atrasados, tem-se vislumbrado a questão do padrão de financiamento necessário a uma perspectiva da retomada do crescimento. No caso específico do Brasil, essa questão é lastreada por uma realidade de altas taxas de inflação e com desigualdades econômico/sociais em proporções jamais vistas.

A economia brasileira vem se defrontando com dificuldades específicas que são potenciadas por um movimento de ajustes e transformações no âmbito do capitalismo mundial.

A perplexidade com que nos defrontamos hoje, pela intensidade e durabilidade dessa crise resulta, ao nosso ver, de dois aspectos sobre os quais ainda faltam muitas reflexões para darmos conta deles. O primeiro refere-se ao grande crescimento econômico verificado na década de 70. O segundo, a crise econômica que emerge com todo vigor na década de 80, marcada por intenso processo inflacionário, queda do nível de emprego e produto.

Nesse sentido, explicitamos as perguntas que de fato originaram este trabalho:

- Quais as razões que nos levaram de uma década de altas taxas de crescimento para a "Década Perdida"?
- Que fatores estiveram implícitos no crescimento de nossa base social de produção, na década de setenta, que possibilitaram uma crise tão duradoura?
- Quais os condicionantes da alocação dos investimentos no Brasil e suas conseqüentes implicações no perfil distributivo?

Os condicionantes do crescimento econômico e sua interação com a distribuição da renda já ocuparam alguns notórios e notáveis estudiosos da economia brasileira. Dentre

eles podemos destacar Ignácio Rangel (1963) e Celso Furtado (1964), que apresentaram enfoques de grande importância no pensamento da economia política brasileira.

O aspecto essencial que queremos destacar na obra desses autores consiste nas relações de causalidade que estabeleceram entre o processo de acumulação de capital, seu financiamento e a distribuição de renda no Brasil.

Dada a importância que atribuímos a este tema, que se constitui no âmago deste nosso estudo, convém revisitar estes autores pela contemporaneidade e riqueza de idéias.

A obra intitulada "A Inflação Brasileira", escrita por Inácio Rangel, é, antes de tudo, um vasto estudo sobre as condições em que se processou o desenvolvimento econômico do Brasil. Desse estudo destacamos, abaixo, as características básicas identificadas pelo autor.

O desenvolvimento da economia brasileira se faz de forma acelerada, onde se queima etapas em relação ao processo clássico de desenvolvimento, o que determina o modo particular, marcado por especificidades, do nosso processo de desenvolvimento.

A forma de crescer da economia brasileira resulta numa tendência à concentração de renda, quer do impacto provocado

no mercado de trabalho, por causa da crise agrária, quer do ponto de vista das implicações que isto traz na alocação de recursos para a estrutura produtiva no setor urbano/industrial.

O autor estabelece algumas mediações para exemplificar tal processo e busca seu traço mais decisivo nos anos 30 quando assentamos a viga mestra de nossa estrutura de crescimento. Assim, para o autor, a modernização da agricultura se fez de forma intensa, trazendo significativas alterações para o setor rural, resultando na geração de vigorosos excedentes, tanto de mão-de-obra, quanto de produto. A industrialização se forja numa situação altamente propícia, do ponto de vista do mercado de trabalho, isto é, com um excesso espetacular de oferta de mão-de-obra na zona urbana frente à capacidade de absorção pela indústria nascente, que tem como consequência a eliminação do poder de barganha dos trabalhadores urbanos.

As implicações que isso traz para a distribuição de renda, diz o referido autor:

"Nessas circunstâncias a distribuição de renda tende a ser estruturalmente desigualitária... Quanto mais desigualitária seja a distribuição de renda, menor tenderá a ser a parcela destinada a compor a demanda global de bens e

serviços de consumo e maior tenderá a ser a parcela orientada a favorecer os investimentos... Nessas condições a expansão do produto real torna-se excepcionalmente dependente da expansão dos investimentos..." (Rangel, 1963, p. 55).

Note-se que, por investimento, Rangel considera todas as imobilizações, isto é, tanto as imobilizações produtivas como as de consumo:

"... todas aquelas aplicações que correspondem ao critério clássico de aprazamento do consumo, sejam estas aplicações produtivas ou de consumo." (Rangel, 1963, p. 48).

Desta forma, como primeira característica do crescimento econômico, Rangel aponta a extrema dependência que este tem das imobilizações. Esta característica, sob o ponto de vista do interesse do nosso tema, é um dos aspectos mais relevantes tratado pelo autor, na medida em que já sugere os desequilíbrios na matriz geradora da oferta e da demanda global.

Esta característica da extrema dependência das imobilizações leva a outra, qual seja, a tendência que o sistema tem de gerar capacidade ociosa.

A baixa capacidade de absorver a produção resultante dos investimentos é explicada pelos seguintes fatores.

De um lado o consumo corrente se expande lentamente. De outro, as imobilizações de consumo ficam restritas a uma pequena parcela da população, dada a concentração de renda, e não representam uma parcela muito significativa dos gastos dos capitalistas, pois a destinação básica dos lucros é a imobilização produtiva.

Por outro lado, esta situação deveria gerar uma grande dificuldade para um crescimento positivo. No entanto, o autor chama a atenção para a funcionalidade da inflação em relaxar este limite. E assim, a inflação é mais uma característica do nosso processo de desenvolvimento. Aqui cabe ressaltar que o autor está tratando de um período onde o sistema financeiro é muito pouco desenvolvido e não dispõe do mecanismo de correção monetária. Nessas circunstâncias, a inflação faz com que os detentores de moeda tenham perda de uma parcela importante de seu estoque de riqueza. Para minimizar esta perda, os agentes econômicos minimizam ao máximo a retenção de riqueza na forma monetária e aumentam ao máximo a retenção na forma imobilizada. No limite, os agentes econômicos fazem imobilizações, mesmo com taxas de juro real negativas, desde que a perda seja menor do que a que ocorreria com a manutenção da riqueza na forma líquida.

Além do mais, como a inflação não está relacionada com a raiz do problema fundamental da má distribuição de renda, o resultado é que a sua funcionalidade vai ter períodos de maior ou menor eficácia. Isto vem explicar o crescimento cíclico da economia, que é mais uma característica ressaltada pelo autor.

Assim, quando é preparado institucionalmente um campo virgem para investimentos (dado que a destinação básica do lucro são as imobilizações produtivas), a taxa de imobilização espontânea se eleva e a inflação é menos necessária para sustentar o crescimento. No entanto, logo esses setores ficam tomados de capacidade ociosa e a inflação volta a se acelerar, para sustentar a taxa de imobilização. Para que isso ocorra, conforme enfatiza o autor, o desenho institucional do sistema financeiro e a existência de cartel na comercialização de produtos agrícolas desempenham um papel fundamental.

O outro enfoque que queremos apresentar, também relacionando acumulação e distribuição de renda, é o de Celso Furtado, em sua obra intitulada "*Dialética do Desenvolvimento*" (1964).

O autor apresenta outro vasto estudo sobre as condições em que se processou o desenvolvimento de nossa economia, só

que, diferentemente de Rangel, Furtado chama atenção para o seguinte ponto:

"...processo relativamente lento e com características próprias que o distingue do modelo clássico de desenvolvimento capitalista". (Furtado, 1964, pg. 113).

A implantação do sistema industrial, que toma força nos anos 30, com a substituição de importação de bens de consumo, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causador desta crise.

Na medida em que o processo de substituição de importações se desenvolve, os investimentos industriais substituidores de importações passam a ter uma relação capital/produto cada vez maior. O que viabilizou a realização desses investimentos foram as transferências de renda provocadas pela inflação, transferências estas que se operavam tanto através do mecanismo de "poupança forçada" (transferindo renda dos trabalhadores para os empresários industriais) quanto do mecanismo de "confisco cambial" (transferindo renda dos cafeicultores para os mesmos empresários industriais).

No entanto, como bem coloca o autor, isto leva a que em fase mais avançada apareça o problema de se atender à demanda gerada pelo próprio crescimento, especialmente o de bens de capital.

De fato, com o esgotamento daqueles impulsos dinâmicos, propiciados pela concentração de renda nas mãos dos industriais, a limitação da capacidade para importar, passa a se constituir numa barreira ao desenvolvimento.

O contorno a esse limite veio pelo crescente endividamento externo, o que, de um lado aliviava a crise de escassez de poupança no curto prazo, mas, de outro lado, impunha uma contração da capacidade de importação mais adiante, pela necessidade de pagamento do serviço da dívida.

O conflito distributivo se agrava, passando os ganhos a se concentrarem em alguns poucos setores e as perdas a se ampliarem na economia.

Com a crescente barreira da capacidade de importar, o esforço de poupança exigido é maior e a dificuldade em atender à essa exigência resulta na queda da taxa de crescimento.

Desta forma, os problemas estruturais dentre os quais destacam-se a estrutura agrária e a própria conformação

institucional, administrativa e financeira do setor público, reemergem de sua acomodação, vindo a reforçar e acentuar a crise e a tendência para a estagnação da economia brasileira.

Assim, podemos observar na obra de Furtado que o crescimento da economia brasileira exigiu uma forte transferência (concentração) de renda entre setores da economia (da agricultura para a indústria) e entre salários e lucros.

Em suma, esses dois notáveis analistas da realidade brasileira têm posições distintas quanto ao relacionamento entre crescimento e distribuição de renda. Para Furtado, a concentração de renda é um fator promotor do crescimento, foi condição necessária para evitar o lento crescimento da economia brasileira. Para Rangel, a concentração de renda é um subproduto da forma como a economia brasileira vinha se desenvolvendo, resultado da rápida modernização do campo originando um excesso de oferta de mão-de-obra, estrutural, nos centros urbanos industriais.

Cumpramos chamar a atenção para um aspecto da obra de Rangel, qual seja, a de que a cristalização dessa forma de crescer, que traz enormes dificuldades para a melhoria do perfil distributivo, atua fundamentalmente via o lado da oferta de mão-de-obra, mais especificamente pelo excesso de oferta de trabalho. O entendimento da questão distributiva

exige, no entanto, que se vá além dos termos colocados por Rangel e se enfoque o lado da oferta de bens e serviços consumidos pelos trabalhadores, o que efetivamente se constitui na base de determinação do salário real.

Em ambos os autores capta-se a funcionalidade da inflação para o processo de investimentos. Para Rangel, a inflação tem o papel de forçar, para cima, a taxa de imobilização (investimentos). Para Furtado, a inflação tem o papel de aumentar a participação dos lucros na renda e permitir a realização dos investimentos. De fato, ambos os autores, ao analisarem o processo de crescimento realçam a questão do financiamento do investimento global e o papel funcional da inflação. A preocupação básica especialmente de Furtado é com a geração da massa de recursos necessária para o crescimento. Aponta o esforço do Estado brasileiro para gerar a acumulação "primitiva" visando a um rápido processo de substituição de importação que traz em contrapartida a necessidade da busca de financiamento do investimento global, quer seja através da poupança forçada, quer seja com a política cambial ou de ambos.

Nos tempos atuais, com o advento da correção monetária, a inflação, embora promovendo fortes transferências de renda na economia, não tem sido uma aliada no que se refere à busca do crescimento econômico, mas ao contrário vem arbitrando

ganhos expressivos àquelas categorias que aqui, nos permitimos chamar de "rentiers".

I.2 - CONTEXTO GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

A inflação crônica e o perfil altamente concentrado da renda constituem características básicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nos anos oitenta não foram introduzidas modificações substantivas no contorno que veio se emoldurando desde os anos 50 e se consolidou na década de 70 da nossa estrutura produtiva.

Aqui cabe ressaltar que, na década de 70, se esgotou um padrão de expansão mundial baseado na abundância de matérias-primas baratas, onde o caso do petróleo é apenas o mais visível. Isto vai resultar num longo processo de ajuste nos países desenvolvidos, que se explicitou pela recessão mundial, com abundância de liquidez internacional no período.

No caso do Brasil, o diagnóstico que parece ter prevalecido, pelas políticas delineadas no II PND, era o de que a crise internacional abria oportunidades especiais para a economia brasileira, ampliando o raio de manobra para uma

potência emergente. Desta forma a redefinição do padrão de industrialização tomou como prioridade a substituição de importação no setor de bens de produção envolvendo matérias-primas, insumos básicos e bens de capital. Esta parece ter se configurado numa estratégia para simultaneamente romper a barreira do subdesenvolvimento e superar os entraves impostos pela crise mundial.

Os resultados desse novo impulso se fizera sentir com a manutenção do crescimento econômico pela segunda metade dos anos 70. Embora esta taxa de investimento global tenha sido elevada (que sem dúvida é uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento econômico), o "linkage" de produtividade - utilização de capital, base técnica e tecnológica - entre os vários setores e ramos da economia, não parece ter sido suficiente para propiciar a expansão da acumulação, em bases mais equitativas e duradouras. Em nossa dissertação de mestrado (Casseb, 1984) chamamos à atenção para a questão de que na década de sessenta e, em menor grau, na década de setenta, os produtos básicos na formação do salário real apresentavam preços relativos, por atacado, maiores que a média da economia, o que induzia a queda do salário real no tempo. Desde então, atentamos à questão de que a distribuição de renda estava fortemente amarrada a profundos problemas de natureza produtiva.

No entanto, outras implicações merecem atenção: os conflitos distributivos gerados, tanto do ponto de vista

setorial como do ponto de vista geopolítico, pois o II PND, além de substituir pactos de interesses tradicionais, procurou criar uma nova ordenação espacial do perfil industrial, implicando na redução do peso político dos Estados mais desenvolvidos, em particular São Paulo.

Outro aspecto que nos parece relevante é que os problemas distributivos aparecem como um problema de mobilização e centralização de recursos para financiar os investimentos do II PND. O governo apela então para o financiamento externo.

Como a base do financiamento da economia contava com o expressivo componente do endividamento externo, as implicações daí decorrentes indicaram para a forte dependência do cenário internacional, quer pelo lado financeiro, quer pela necessidade de superávit comercial, para viabilizar a balança de pagamentos. O estrangulamento externo, resultado do crescimento contínuo do endividamento e sobretudo pela brutal elevação das taxas de juros internacionais, no final da década de 70 e início da década de 80, colocou-nos numa rota de profundas turbulências, no caminho da recessão, alimentado por grande conflito distributivo.

A expressão econômica desses problemas vai aparecer em toda sua plenitude na década de 80 e o "ajuste" proposto

transforma a dívida externa privada em pública, que vai ter como contrapartida, na ausência de uma reforma fiscal, o aumento contínuo do endividamento interno, com aceleração da inflação, das taxas de juros, encurtamento dos prazos de maturação dos títulos públicos, além de acentuar o processo de concentração de renda.

Desta forma, as questões que nos parecem essenciais se relacionam com o desenho institucional das políticas econômicas que interagem com e nos investimentos e conseqüentemente delinham o perfil de distribuição da Renda Nacional. Com isto queremos destacar como ponto central neste trabalho o perfil de investimentos adotado no país, procurando identificar seus condicionantes do ponto de vista macroeconômico por tal perfil se constituir, sob o nosso ponto de vista, na variável mais relevante para o incremento de salário real ao longo do tempo.

As decisões de investimento, que estabelecem a interdependência entre o dispêndio e a oferta agregada, se por um lado determina o ritmo do crescimento global, por outro, pode introduzir desequilíbrios de grandes magnitudes, vindo a impor limites ao próprio processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, acreditamos que o modo pelo qual a economia cresce determina os graus de liberdade da taxa de acumulação no futuro e exerce fundamental influência na determinação do perfil de distribuição de renda.

O perfil de distribuição de renda contém sérias implicações. Ainda que as relações antagônicas de produção entre trabalho e capital se traduzam em relações de distribuição igualmente antagônicas, elas podem propiciar reprodução e acumulação do sistema, desde que o salário real cresça no tempo por efeito da expansão da produção de bens de consumo que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores (os chamados bens de salários).

Na medida em que a taxa de acumulação do sistema não encontra o respaldo necessário na expansão da produtividade nos setores que produzem os bens de salário e/ou na importação desses bens, a acumulação de capital passa a depender do grau de concentração da renda. Isto significa quedas do salário real, no tempo, acarretando com isto sérios limites à expansão da própria acumulação, caso, ao longo do tempo, a queda de salário real se torne condição predominante.

O sistema cuja a base social da expansão do lucro é a redução de salário real, no tempo, gera dificuldades para a continuidade da expansão da acumulação, devido aos próprios limites físicos, psicológicos e sociais que tal condição impõe à força de trabalho.

No caso brasileiro não existe dúvida de que o país historicamente tem apresentado uma alta concentração de renda, que vem se agravando e atualmente se inclui dentre as piores do mundo. De fato, os coeficientes de Gini, para 1960, 1970, 1980 e 1988 são respectivamente 0,4999, 0,5684, 0,5917, e 0,6124 e revelam a dramaticidade da concentração de renda no Brasil (Cacciamali, 1991).

I.3 - PROPOSIÇÕES E OBJETIVO DE TRABALHO

No final da década de 70, a economia brasileira entra na rota da recessão, com quedas significativas da taxa real de investimento global. Vários acontecimentos têm lugar neste período, que põem em cheque a natureza do nosso desenvolvimento. Dentre eles, pode-se ressaltar o estrangulamento externo da economia, motivado pela alavancagem vigorosa dos juros internacionais. O impacto disso traz grandes repercussões internas. A origem e a dimensão desses impactos internos, vis-a-vis, o alcance das políticas econômicas adotadas no anteceder da crise, e, para fazer frente a essa realidade, constitui-se no pano de fundo desse trabalho.

A justa preocupação que muitos analistas têm manifestado com a queda da taxa de crescimento econômico do país, exige

que se repense com urgência as possibilidades da retomada do crescimento e se avaliem as possíveis consequências das decisões de investimento na estrutura produtiva da economia, e, conseqüentemente, seu impacto no perfil de distribuição da renda

A nossa preocupação e, portanto, a nossa hipótese é de natureza um pouco diferente daquelas trabalhadas por Rangel e Furtado. Nós procuramos vincular o volume global de investimentos à sua própria alocação. Com isto queremos ressaltar a hipótese de que as decisões de investimentos e o conjunto de relações econômicas internas e externas a que elas estão submetidas determinam a massa de investimentos no futuro e a própria distribuição de renda, isto porque a categoria da distribuição funcional da renda (lucros e salários) é, principalmente, resultado da forma de crescer da economia, isto é, da massa de investimento e da sua correspondente alocação entre os diversos setores da economia.

O presente trabalho vai realizar um estudo da economia brasileira buscando ressaltar questões de caráter estrutural, que estão interligadas e conjuntamente determinam o perfil da distribuição da renda nacional. Nesse sentido, objetivamos aqui estudar as alocações de investimentos entre os vários setores e ramos da economia, sua repercussão sobre os preços relativos dos bens de consumo e dos bens de capital e sua

interface com os gastos do governo. Ampliaremos a análise com a inserção das relações internacionais que conduzem a decisões de políticas de comércio externo. Entendemos que esses aspectos, conjuntamente, acarretam importantes implicações nas quantidades ofertadas de bens de consumo e no perfil distributivo da nossa economia.

Esse estudo se justifica por entendermos que no caso do Brasil - embora, a inflação tenha exercido importante papel nas transferências de renda, assim como as regras institucionais de política salarial, a dimensão do mercado de trabalho, etc - acreditamos que a distribuição da renda tem determinantes anteriores como a estrutura da oferta de bens e serviços da economia. Além do que, estamos buscando ampliar os elementos dessa análise introduzindo a questão internacional, pois a abertura da economia introduz importantes implicações na taxa de acumulação interna e na distribuição de renda. Esta preocupação de introduzir as relações internacionais em nossa análise deriva justamente de ser o desequilíbrio externo variável importante na economia brasileira.

A nossa análise deverá abranger o período de 1970 a 1993. Não regredimos mais no tempo por não termos disponíveis séries anuais compatíveis com todo o conjunto de informações necessárias. Achamos entretanto, o período escolhido adequado e rico por contemplar fases distintas da economia brasileira,

quais sejam a década do crescimento (setenta) e a chamada década perdida (oitenta).

CAPÍTULO II

BASE TEÓRICA

II.1 - INTRODUÇÃO

Em razão do nosso enfoque da questão distributiva, que se consubstancia nos objetivos delineados anteriormente, escolhemos o modelo que apresentamos abaixo, pois este, além de contemplar as decisões de investimento como variável fundamental na composição da oferta e demanda global, abre as possibilidades para ser ampliado com as relações externas e com o governo.

O modelo teórico proposto apresenta uma abordagem pós-keynesiana, cuja viga mestra para a análise da distribuição da renda se assenta nas relações entre o setor produtor de bens de consumo e o setor produtor de bens de capital, conforme pode-se verificar nos trabalhos de Kregel (1973), "The Reconstruction of Political Economy" (1973) e de Minsky (1986) em "Estabilizing an Unstable Economy".

A idéia básica contida nessa abordagem e portanto no modelo teórico abaixo descrito, é a de que o salário real depende essencialmente da disponibilidade de

bens e serviços para consumo imediato, na unidade de tempo considerada. Nesse sentido, a associação entre salário e distribuição de renda, perde a dimensão individual, ganhando a dimensão do agregado do sistema econômico. Desta forma, as relações que afetam o salário real, concentram-se no setor de bens de consumo e no preço destes bens, já a determinação da distribuição agregada, da taxa de acumulação do capital e da taxa de lucro são obtidas através das relações de comportamento entre estes setores, quais sejam, o de bens de consumo e bens de capital.

II.2 - MODELO BÁSICO DE UMA ECONOMIA FECHADA

O modelo teórico abaixo está baseado no trabalho de Kregel, referido acima, que divide a economia em dois setores e dois tipos de produtos. O setor de bens de consumo, concentra a produção de bens salário, e o setor de investimento, o de bens de capital. A economia é dividida mais em termos da utilização dos recursos disponíveis, do que do ponto de vista da produção. Pensa-se estes setores como se fossem unidades definidas, cada uma, empregando mão-de-obra e meios de produção para um específico tipo de produto, que está disponível em um determinado momento do tempo. A oferta de mão-de-obra é tomada como apropriada e é dividida entre os

setores. A sua alocação determinará o montante de bens a ser produzido em cada setor .

As hipóteses básicas do modelo são:

1 - Os recursos físicos são dados:

- potencial de força de trabalho
- recursos naturais
- padrão tecnológico

2 - O salário monetário é determinado pela barganha salarial, e é tomado como dado.

O modelo é sistematizado, para os setores de bens de consumo e de capital através das seguintes equações:

Setor de Bens de Consumo

$$(II.2.1) \quad P^c Q^c = W(N^c + N^i) + cL$$

$$(II.2.2) \quad L^c = P^c Q^c - WN^c$$

$$(II.2.3) \quad Q^c = a^c N^c$$

$$(II.2.4) \quad P^c = (1 + u^c) \frac{W}{a^c}$$

Setor de Bens de Capital

$$(II.2.5) \quad P^i Q^i = I$$

$$(II.2.6) \quad L^i = P^i Q^i - WN^i$$

$$(II.2.7) \quad Q^i = a^i N^i$$

$$(II.2.8) \quad P^i = (1 + u^i) \frac{W}{a^i}$$

Lucro Agregado

$$(II.2.9) \quad L = L^c + L^i$$

Definição das variáveis

Q^c, Q^i = Quantidades de bens de consumo (Q^c) e de bens de capital (Q^i) disponíveis. Podem ser considerados como vetores de todos os diferentes bens de consumo e de capital produzidos no sistema.

P^c, P^i = preços dos bens de consumo (P^c) e de bens de capital (P^i), que podem ser tomados como vetores dos diferentes preços ou índices de preços correspondentes.

W = salário monetário que por hipótese é o mesmo em ambos os setores.

N^c, N^i = número de trabalhadores alocados nos setores produtores de bens de consumo (N^c) e de capital (N^i).

L^c, L^i, L = Lucros dos capitalistas nos setores de bens de consumo (L^c), de capital (L^i) e o lucro agregado da economia (L)

c = Propensão a consumir dos lucros ou dos capitalistas.

u^c, u^i = taxa de *mark-up* dos setores de bens de consumo e de bens de capital.

a^c, a^i = produtividade média da mão-de-obra nos seus respectivos setores.

I = total de Investimentos.

II.2.1 - Setor de Bens de Consumo

Embora a especificação matemática do modelo seja aparentemente simples, ela traz em seu bojo uma série de relações que, devidamente analisadas, revelam importantes ligações e implicações entre as variáveis, que nos ajudam no entendimento do objeto desse trabalho qual seja, as consequências nos salários e na distribuição da renda derivados da estrutura da produção, do investimento, dos preços, *mark-ups*, etc.

Nesse sentido vale resgatar a proposição central do modelo, que consiste na demonstração de que o nível do salário real depende fundamentalmente da disponibilidade física de bens de consumo para a classe trabalhadora.

As equações de II.2.1 a II.2.4 definem as principais relações do setor de bens de consumo.

A primeira (II.2.1) representa a demanda agregada monetária para bens de consumo. É uma equação de equilíbrio

na medida em que temos como hipótese que os trabalhadores gastam toda sua renda na compra desses bens $(WN^c + WN^i)$ e os capitalistas despendem parte de seus lucros na aquisição desses produtos (cL) .

A equação II.2.2 representa o lucro obtido no setor de consumo. Assumindo uma integração vertical de todas as firmas da economia, o custo primário de produzir a quantidade de bens de consumo irá ser o custo da folha salarial (WN^c) . Portanto, a renda líquida da venda do setor consumo é a venda bruta (P^cQ^c) menos o custo primário (WN^c) .

Substituindo (P^cQ^c) da equação II.2.1 em II.2.2 temos:

$$L^c = WN^i + cL$$

Podemos observar que o lucro líquido ganho com a venda dos bens de consumo é igual a folha salarial paga aos trabalhadores do setor investimento (WN^i) mais o consumo dos capitalistas (cL) .

Cabe salientar que, na equação acima, os gastos oriundos do lucro causam aumento na receita líquida do capitalista no exato montante de seu consumo.

A equação II.2.3 é a função de oferta dos bens de consumo, onde admite-se coeficiente fixo de produção com

retornos constantes de escala. O coeficiente a^c representa a relação Produto/Trabalho que reflete a produtividade média da mão-de-obra no setor de bens de consumo.

O preço dos bens de consumo é determinado conforme equação II.2.4, pelo *mark-up* sobre o custo primário

Ao se multiplicar a equação II.2.4 por Q fica explicitado a taxa de *mark-up* desse setor:

$$P^c Q^c = (1 + u^c) W N^c$$

ou

$$P^c Q^c - W N^c = u^c W N^c$$

que, considerando a equação II.2.2, fica sendo:

$$L^c = u^c W N^c$$

ou

$$u^c = \frac{L^c}{W N^c}$$

As equações de II.2.5 a II.2.8 são equivalentes àquelas (II.2.1 a II.2.4) definidas acima, sendo que estas representam as relações do setor de bens de capital.

Cabe ressaltar que o valor da produção de bens de capital corresponde ao total dos gastos de investimentos conforme definido na equação de equilíbrio II.2.5.

Por fim, na equação II.2.9, o lucro agregado da economia é definido como a soma dos lucros em cada setor.

II.2.1.1. Salário Real e *Mark-up*

Aqui se amplia analiticamente o modelo de Kregel para explicitar a determinação do salário real e do *mark-up* do setor de bens de consumo.

Substituindo-se as equações II.2.9, II.2.2 e II.2.6 na equação II.2.1 temos:

$$P^c Q^c = W(N^c + N^i) + c(P^c Q^c - WN^c + P^i Q^i - WN^i)$$

ou

$$P^c Q^c = W(N^c + N^i) - cW(N^c + N^i) + cP^c Q^c + cP^i Q^i$$

ou

$$(1 - c)P^c Q^c = (1 - c)W(N^c + N^i) + cP^i Q^i$$

ou

$$(1 - c)P^c Q^c - cP^i Q^i = (1 - c)W(N^c + N^i)$$

ou

$$W(N^c + N^i) = P^c Q^c - \frac{c P^i Q^i}{(1 - c)}$$

ou

$$\frac{W}{P^c} = \frac{Q^c - \frac{c P^i}{(1 - c)} Q^i}{(N^c + N^i)}$$

Substituindo nessa expressão as equações II.2.3, II.2.4, II.2.7 e II.2.8 temos:

$$\frac{W}{P^c} = \frac{a^c N^c - \frac{c}{(1 - c)} \frac{(1 + u^i)}{(1 + u^c)} \frac{a^c}{a^i} a^i N^i}{(N^c + N^i)}$$

ou

$$\frac{W}{P^c} = \frac{a^c \left[1 - \frac{c}{(1 - c)} \frac{(1 + u^i)}{(1 + u^c)} \frac{N^i}{N^c} \right]}{\left(\frac{N^i}{N^c} + 1 \right)} \quad (\text{II.2.10})$$

A equação acima diz que o salário real depende de um conjunto de variáveis tais como: produtividade no setor de bens de consumo, alocação da mão de obra entre os setores de bens de consumo e bens de capital, relação de *mark-up* entre esses respectivos setores e da propensão a consumir dos capitalistas. No entanto para fins de determinação o modelo supõe produtividade constante, de tal maneira que ainda

podemos observar duas forças agindo sobre o salário real do trabalhador, a relação de emprego do setor de investimento para emprego no setor de bens de consumo (N^i/N^c) e a propensão a consumir do capitalista (c). O aumento da participação do investimento na renda nacional (N^i/N^c) diminui o valor do salário real e, o aumento do consumo dos capitalistas, dado (N^i/N^c), também faz cair o poder de compra do salário.

Agora cabe a indagação de como se viabiliza essa queda de salário real. Dado o salário nominal (W), é através da taxa de *mark-up* do setor de bens de consumo (u^c) ou seja via elevação do preço (P^c) que se determina a queda do salário real. Isso pode ser visto na equação II.2.11 abaixo.

Se o salário nominal é dado, para que a relação do salário real (equação II.2.10) seja atendida faz-se necessário encontrar o *mark-up* do setor de bens de consumo que a satisfaça:

$$\frac{\bar{W}}{(1 + u^c) \frac{\bar{W}}{a^c}} = \frac{a^c \left[1 - \frac{c}{(1-c)} \frac{(1 + u^i) N^i}{(1 + u^c) N^c} \right]}{\left(\frac{N^i}{N^c} + 1 \right)}$$

ou

$$a^c \left(\frac{N^i}{N^c} + 1 \right) = a^c \left[(1 + u^c) - \frac{c}{(1-c)} (1 + u^i) \frac{N^i}{N^c} \right]$$

ou

$$u^c = \left[1 + \frac{c}{(1-c)} (1 + u^i) \right] \frac{N^i}{N^c} \quad (\text{II.2.11})$$

Agora podemos fazer algumas considerações sobre as variáveis que regem o comportamento do salário real.

Se se supõe que a quantidade de bens do consumo está fixa temos que o salário real é inversamente associado a (N^i/N^c) e sofre queda sempre que aumenta a propensão a consumir do capitalista.

Caso se abstraia o consumo dos capitalistas no modelo isto é, $c = 0$, o salário real reduz-se simplesmente à expressão da quantidade física disponível de bens de consumo dividida pelo número total de trabalhadores:

$$\frac{W}{P^c} = \frac{Q^c}{N^c + N^i}$$

Cabe salientar que a vinculação entre produção e gasto do setor consumo é equilibrada na equação II.2.1 pelo preço dos bens de consumo (P^c), desde que assumamos que todos os bens serão vendidos, isto é, que exaure-se a demanda agregada destes produtos.

Na equação II.2.11, se supusermos que o capitalista não consome, a expressão fica reduzida a:

$$u^c = \frac{N^i}{N^c}$$

Isto nada mais é que o *mark-up* adicionado ao custo primário, que os produtores de bens de consumo acham compatível com as regras existentes de utilização da capacidade produtiva (N^i/N^c), em outras palavras o grau de monopólio estabelecido. Nesse modelo o que se assume, é um mundo de concorrência imperfeita, onde os preços são determinados pela adição de uma margem de lucro aos custos primários, permitindo a capacidade de utilização se ajustar ao nível da venda que produza o preço desejado.

Se os produtores de bens de consumo resolverem aumentar o *mark-up*, sem modificar a relação (N^i/N^c), os preços dos bens serão maiores que os preços de equilíbrio da equação II.2.1, resultando em um ajuste nas vendas, via quantidade (Q^i), ficando uma parte sem ser realizada. Uma das maneiras que se pode operar sem excesso de oferta, é por meio de uma redução na capacidade de utilização, que necessariamente repercute no nível de emprego, reduzindo (N^c) e conseqüentemente aumentando o quociente (N^i/N^c). Outra forma de aumentar o *mark-up* e manter a capacidade de utilização e emprego no setor consumo, é via aumento no emprego no setor investimento (N^i), que resulta em subida na relação (N^i/N^c).

Podemos constatar a existência de uma interdependência entre o *mark-up* e a alocação de mão-de-obra nesses dois setores da economia. embora a relação de causação entre (N^i/N^c) e (u^e) não seja muito clara. Algumas considerações sobre a determinação do *mark-up* devem ser lembradas. Como bem ressalta Moura da Silva(1979), o limite inferior de u é dado pela taxa mínima aceitável de lucro sobre o valor do estoque total de capital e o superior é dado pela competição potencial e pelas próprias condições de mercado. Assim, quanto maior u , de um lado, maior deverá ser a taxa de lucro esperada para um dado nível de salário nominal, demanda efetiva e emprego; por outro lado, quanto maior a probabilidade de surgimento de concorrentes, eventualmente menor deverá ser a demanda efetiva futura pelos produtos da empresa ou maior a probabilidade de maiores demandas salariais ou mesmo, de surgimento de algum órgão controlador de preço. Dentre esses limites, ainda uma importante consideração, como sugere a aproximação pós-Keynesiana, u não é independente da taxa desejada de crescimento da capacidade instalada num determinado período e, portanto, do investimento. Isso se explica pelas necessidades financeiras decorrentes da implementação das decisões de investimento. Nessas condições u se aproximará de seu limite superior quanto menor for a disponibilidade de crédito ou maior a taxa de juros de mercado.

Cabe salientar, que sempre que temos aumento de *mark-up* este redundará em aumento de preços e conseqüentemente, queda do salário real.

II.2.1.2. Algumas considerações sobre o Consumo

A tradição na literatura é supor que os trabalhadores não poupam, ou seja, gastam todo o seu salário na compra de bens de consumo. Não nos afastaremos desse costume porque, como será mostrado a seguir, isso não aumentaria significativamente a capacidade de explicação do nosso modelo que aqui está sendo desenvolvido.

Seja s_w a parcela poupada da renda do salário e seja b a propensão a consumir do trabalhador ($b=1-s_w$), que é maior que a propensão a consumir dos capitalistas c . A equação II.2.1, então, torna-se:

$$P^c Q^c = bW(N^c + N^i) + cL$$

Observa-se que, para um dado nível de emprego, o gasto agregado é mais baixo quando se supõe que os trabalhadores poupam. Da mesma maneira, a taxa de lucro diminui em razão da queda nos preços e, conseqüentemente, na redução do lucro (L^c). A questão que se coloca, então, é saber até que ponto

os capitalistas irão permitir queda em suas taxas de lucro, sem defendê-la diminuindo a capacidade de utilização e, conseqüentemente, produzindo redução no emprego. Esse impacto no lucro pode ser compensado por alterações no investimento e/ou no consumo dos capitalistas.

Sob certas condições de longo prazo, a existência de poupança do salário não tem efeito na taxa de lucro ou na distribuição de renda entre salários e lucros, mas pode afetar o montante do lucro ganho pelos capitalistas e a distribuição de renda entre trabalhadores e capitalistas.

Se a elevação do investimento reduzir o nível de consumo (Q) que os trabalhadores considerem ser o mínimo aceitável, eles reagirão a essa redução. Como eles não podem afetar diretamente o salário real (W/P^c), resta-lhes demandar aumentos de salários nominais (monetários). Não sendo possível gerar um salário real aceitável pelos trabalhadores, ocorrerão greves, interrupções no processo produtivo e/ou aumentos no salário monetário (W) seguidos por aumentos de preços (uma espiral inflacionária). A segunda hipótese do modelo, de que W é dado, portanto, só será adequada no caso das condições gerais do sistema econômico produzirem um nível de salário real (W/P^c) aceito pelos trabalhadores.

Para que o sistema econômico tenha sucesso é preciso que a demanda dos trabalhadores, por maiores salários, resulte na

mudança da proporção entre bens de consumo e de investimento, que essa demanda resulte na redução de (N^i/N^c) .

O limite da lucratividade é principalmente psicológico e é entendido como o efeito do "espírito animal" e o desejo de investir, enquanto que o limite do salário real tem aspecto psicológico tanto quanto um limite biológico. O limite da relação de investimento para consumo (N^i/N^c) e do consumo dos capitalistas (c_L), os quais afetam o salário real (W/P^c) , é chamado por Joan Robinson de "barreira inflacionária".

II.2.2 - Setor de Bens de Investimento, Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação

Dado o desgaste dos bens de capital, a primeira necessidade para a continuidade do processo produtivo é a produção para a reposição desses bens. Para haver crescimento, essa produção tem que ser maior do que a necessária para a simples reprodução do estoque existente de bens de capital. O setor de investimento produz bens de capital para seu próprio uso e para o setor de bens de consumo.

O problema que se coloca, é como que os preços destes bens são valorizados pelos produtores do setor de bens de consumo e pelos próprios produtores de bens de capital.

Como qualquer bem, os bens de capital não são produzidos sem uma expectativa para o volume de vendas e para o preço a ser atingido, elementos fundamentais para a determinação da taxa de lucro esperada pelo empresário. Quanto maior a imobilização de capital, maior a perda patrimonial que poderá ocorrer com o fracasso do investimento e, por isso, mais relevantes são as informações e as expectativas sobre volume de vendas e preços.

No exemplo deste modelo, de dois setores, os produtores de bens de capital, irão esperar uma taxa de lucro pelo menos igual àquela obtida no setor de bens de consumo. A hipótese de competição resulta numa margem de lucro igual nos dois setores.

Como se supõe que os capitalistas não consomem, o lucro do setor de bens de consumo é destinado à compra de bens de capital. A folha salarial do setor de bens de investimento é coberta com as vendas para o setor de bens de consumo. Os produtos remanescentes são vendidos dentro do próprio setor e investidos em novos bens de capital. Em um dado momento, o lucro líquido do sistema é igual a soma das compras de bens de capital realizadas pelo setor de bens de consumo com as

compras de bens de capital realizadas pelo próprio setor de bens de investimento, deduzidas as reposições dos equipamentos.

O *mark-up* no setor de investimento determina a quantidade de bens de capital que o setor consumo pode comprar com os seus lucros. Determinando, assim, a própria distribuição da acumulação entre estes setores.

Quando coloca-se a hipótese que trabalhadores não poupam e que capitalistas não consomem ($s_w = 0$ e $s_t = 1$), o salário real é igual à produção do setor consumo dividida pelo número de trabalhadores e o lucro líquido total no sistema é igual à produção do setor de bens de capital menos a reposição em cada setor, que constitui a acumulação líquida de capital.

Dado um determinado estoque de capital (K), quando a taxa de lucro (l) é idêntica à taxa de acumulação de capital por período (g), quando ($l = g$), a proporção entre lucro (L) e capital (K) e a taxa de incremento de capital (I/K) são idênticos, o que nos diz que todo o lucro é igual ao investimento ($L = I$) e que a propensão a poupar dos capitalistas é igual à unidade ($s_t = 1$).

A identidade estabelecida acima é rompida quando se introduz o consumo dos capitalistas (cL). Nesse caso, o

montante de lucro passa a ser $L = I + cL$, a taxa de lucro, conseqüentemente, torna-se $l = (I + cL)/K$.

Como a taxa de acumulação continua sendo $g = I/K$, a taxa de lucro é necessariamente maior que a taxa de acumulação ($l > g$).

Como a propensão a poupar é menor que a unidade ($s_1 < 1$), a massa de lucro é maior que a massa de poupança ($L > S$). Portanto, a taxa de lucro é dada por $l = g/s_1$.

Cabe mostrar que, para uma dada taxa de acumulação, as relações entre o salário e o produto para consumo e entre o lucro e a acumulação de capital, são rompidas quando se introduz a hipótese de existência de consumo dos capitalistas. Este consumo (cL) irá afetar o *mark-up*, aumentando os preços dos bens de consumo e reduzindo o salário real. Neste caso, a *golden rule* é perdida e l é diferente de g e L/K é diferente de I/K .

As decisões de investimento entram no lado da oferta e no lado da demanda agregadas relacionadas no sistema. Ou seja, investimento determina a proporção do capital que será alocado para bens de consumo e conseqüentemente a oferta de ambos os bens produzidos. Porém, este investimento também provê a demanda por bens de consumo, através dos salários

pagos aos empregados do setor de bens de capital, tanto quanto a possibilidade de consumo dos capitalistas.

O investimento e a poupança determinam o fluxo de renda que propicia a aquisição de bens de consumo, enquanto que as alocações de investimentos, determinam quanto do produto total será destinado para bens de consumo.

Dado um nível de produção total, um aumento na proporção da produção de bens de capital em relação a produção de bens de consumo, um aumento em (N^i/N^c) , produzirá um aumento no *mark-up*. Sendo assim, preço e taxa de lucro serão maiores e o salário real menor. O mesmo tipo de resultado é obtido se a propensão a poupar dos lucros diminuir (s_1L), porque aumenta a propensão a consumir dos capitalistas, o que expande a demanda, aumenta os preços e aumenta a taxa de lucro.

A questão crucial que se coloca para o crescimento econômico e simultânea elevação do salário real, refere-se a decisão de investimento: volume e sua alocação entre os setores.

II.3 - MODELO DE UMA ECONOMIA ABERTA

II.3.1 - Considerações sobre o comércio internacional

A economia aberta contempla um leque de variáveis que interferem e recondicionam a própria dinâmica interna e externa de um país.

As trocas internacionais podem alterar tanto as disponibilidades globais de recursos como modificar a sua composição. Da mesma forma a economia aberta introduz a competição internacional podendo alterar os preços domésticos limitando a fixação do mark-up interno, que por sua vez pode modificar os planos de investimento ou mesmo introduzir a necessidade de negociação no campo financeiro internacional.

Kregel (1973) enfatiza na balança comercial a importância da análise no que diz respeito à composição dos recursos físicos entre bens de consumo e bens de capital. As trocas internacionais podem trazer impactos de grande relevância para a economia doméstica. Se as trocas ocorrem com predominância de importações de bens de consumo, podem afetar a "barreira inflacionária". Isso devido à estreita relação estabelecida entre investimento, taxa de lucro e salário real que pode ser alterada caso os trabalhadores possam comprar bens importados. Neste caso o nível do salário real,

determinado por uma dada relação de investimento para consumo, pode ser aumentado por efeito da aquisição de bens de consumo importados mais baratos. Em decorrência, o nível de preço interno e a taxa de lucro estabelecida para uma dada taxa de investimento pode ser menor.

Isto teria obviamente que ser balanceado por exportação de bens de capital, entrada de investimento externo etc. Caso contrário esta situação levaria a um déficit em conta corrente, substituindo a "barreira inflacionária" pela "barreira da balança de pagamentos". Tal situação, poderia levar o governo a formular políticas como restrição de demanda, programas de incentivo à exportação e/ou desvalorização cambial, políticas essas que resultariam em redução do poder de compra dos salários. Caso essas medidas encorajem os sindicatos a pressionarem por maiores salários nominais o resultado é a espiral inflacionária de salário/preço, estabelecendo a ligação entre a "barreira inflacionária" e a "barreira da balança de pagamento".

Essas políticas têm caráter depressivo no produto da economia por se constituírem em restrição da demanda agregada. Além disso, no caso da desvalorização, esta irá ter efeito nos termos de comércio que irão impor ao país uma maior quantidade de recursos físicos internos para fazer frente ao mesmo montante anterior de produtos importados.

A ilustração acima nos mostra a importância da análise do comércio internacional em termos da composição das pautas de importação e exportação de ambos os bens: consumo e investimento. Pois a composição desses bens tem efeito direto na disponibilidade de recursos físicos para o país, na composição de produtos finais *available*s e *non available*s, tanto quanto na distribuição de renda.

Cabe salientar, que o salário real incorporado nos produtos importados é de muito pouca relevância para os preços dos importados frente o da produção doméstica. O que irá ser mais importante é o nível do salário nominal e a produtividade relativa, pois são estes que afetam diretamente os preços.

Evidentemente que estas relações são afetadas pela taxa de câmbio a qual traduz preços externos em preços domésticos. A amplitude que as taxas de câmbio são fixadas e suas mudanças periódicas refletem alterações no salário nominal relativamente aos de outros países bem como os níveis de produtividade relativas.

II.3.2 - Modelo Pós-Keynesiano de uma Economia Aberta

Vamos agora analisar a proposta geral da Teoria Pós-Keynesiana em termos de uma economia aberta, consubstanciada no já referido trabalho de Kregel.

Cabe destacar inicialmente que, a exemplo de muitos autores pós-keynesianos, Kregel não explicita um modelo formal de uma economia com setor externo, mas apenas elabora um esquema geral indicativo das relações e possíveis impactos das chamadas variáveis externas sobre a economia.

Não obstante esse fato, apresentaremos nessa seção uma síntese da análise desenvolvida por aquele autor. Entende-se que ela é útil para a colocação da questão do comércio internacional, bem como para estabelecer as bases para a nossa tentativa de formalização do modelo de uma economia aberta que será apresentado nas próxima seção deste trabalho.

Assim, e de forma geral e esquemática, passemos à análise dos efeitos das exportações e importações de bens de capital e de bens de consumo

II.3.2.1. Importação e Exportação

Inicialmente, nos parece oportuno acompanharmos o referido autor nas suas análises dos efeitos das exportações e importações de bens de capital e de bens de consumo tomados separadamente, sem que leve em conta considerações acerca do balanço do comércio, assumindo que a relação de investimento para consumo e nível de salário nominal permanecem inalterados.

Exportação de Bens de Capital - No caso em que apenas estes produtos sejam exportados o resultado é uma acumulação interna de capital menor, decorrente de se ter uma produção de bens de capital maior que sua disponibilidade interna, que é balanceada pelo superávit de comércio. Esta acumulação interna menor faz com que o nível de emprego caia relativamente a oferta de mão-de-obra existente. Desta forma a exportação de bens de capital afeta primariamente o nível de emprego e a lucratividade da produção de bens de capital. Na medida em que não se altera a relação investimento/consumo e se mantém a mesma massa de bens de consumo relativamente a massa de salário, o salário real fica inalterado. Vale no entanto anotar que mudança na lucratividade no setor de bens de capital pode forçar a um aumento da relação investimento/consumo o que afetará o salário real.

Importação de Bens de Capital - Tal tipo de transação propicia o aumento da capacidade produtiva da economia interna promovendo aumento do nível de emprego e menor lucratividade no setor produtor de tais bens. Evidentemente que tal situação acarreta déficit na balança de pagamento. No entanto, conforme qualifica o autor, se temos desemprego na ausência de tal importação, esta representa um empréstimo para aumento da produção presente e futura. Se a taxa de crescimento do Produto é maior do que os juros de financiamento pode ser interessante levar adiante tal política, a despeito do déficit da balança de pagamento.

Exportação de Bens de Consumo - A exportação destes bens resulta numa redução da disponibilidade doméstica de bens de consumo produzindo um efeito de aumento de preços e lucro neste setor. O consumo real do trabalhador é então reduzido. O superávit decorrente de tal exportação é financiado por uma compressão de salário real. A exportação de bens de consumo não traz em si mesmo aumento nos investimentos. A mesma quantidade de recursos precisa assim ser dirigida para sua produção, embora, não seja consumido internamente. A maior participação dos lucros e a menor participação dos salários, associada à uma dada relação investimento/consumo, sob o ponto de vista do comando da utilização dos recursos internos pode ser ilusório, mas possibilita aumentar o investimento na medida em que o superávit do comércio seja usado para comandar mais capital externo.

Importação de Bens de Consumo - Estas importações tem efeito de diminuição da renda recebida pelos produtores de bens de consumo do mercado interno. O preço torna-se menor devido a concorrência internacional e o salário real maior. Desde já deve-se atentar para a possibilidade que tal situação tem de deprimir os investimentos internos com efeitos prejudiciais no emprego. Outro aspecto importante, é que tal situação cria um déficit na balança de pagamentos. Assim, uma carga é colocada na acumulação de capital ou no consumo futuro para fazer frente ao déficit, que deverá ser pago em termos de exportação de bens de consumo, e/ou de capital, e/ou ativos financeiros, e/ou através de ajustes na taxa de câmbio.

Passaremos agora a análise do comércio internacional assumindo a hipótese de equilíbrio da Balança Comercial.

Existem várias maneiras pelas quais a Balança Comercial pode ser equilibrada. A atenção de Kregel está centrada basicamente naquelas que afetam mais diretamente o salário real e a acumulação de capital.

As importações e exportações não são freqüentemente balanceadas, no entanto, assume-se que:

$$X^c + X^i = M^c + M^i$$

onde

X^c = exportações de bens de consumo

X^i = exportações de bens de investimento

M^c = importações de bens de consumo

M^i = importações de bens de investimento

Quanto às relações dessas variáveis com o consumo e investimento, tem-se que:

$$I = I' + X^i$$

$$I' = I'' + M^i$$

$$C = C'' + X^i$$

$$C' = C'' + M^c$$

onde

I = produção interna de bens de capital

I' = disponibilidade interna de bens de capital

I'' = produção interna de bens de capital não exportada

C = produção interna de bens de consumo

C' = disponibilidade interna de bens de consumo

C'' = produção interna de bens de consumo não exportada

Em termos da relação entre investimento e consumo, e conseqüentemente da relação salário real e lucro, está-se principalmente interessado em I que é a produção doméstica total de capital e C' que é a disponibilidade de bens de consumo no sistema.

Então temos duas posições possíveis de equilíbrio de balança:

$$1) X^i > M^i \text{ e } X^c < M^c; I > I' \text{ e } C < C'; \frac{I}{C} > \frac{I'}{C'}$$

$$2) X^i < M^i \text{ e } X^c > M^c; I < I' \text{ e } C > C'; \frac{I}{C} < \frac{I'}{C'}$$

Essas duas situações de equilíbrio evidentemente tem diferentes efeitos no lucro e no salário real.

Na posição (1), a relação efetiva de investimento para consumo é menor. I/C representa as fontes conjuntas de investimento e consumo e I'/C' mostra a relação entre investimento e bens de consumo disponíveis para o comércio.

Neste caso o W/P é aumentado às custas da acumulação de capital I' que é menor que I . Com a mesma taxa de crescimento do produto agregado, a taxa de lucro é menor e a taxa de salário real é maior. O inverso se constata no segundo caso.

No primeiro caso, o país é exportador de capital para aumentar o consumo. No segundo, o país exporta bens de consumo para aumentar a acumulação de capital. No entanto, o que se pode já verificar é que tais composições da balança comercial trazem implicações sobre o salário real e a taxa de lucro.

O que Kregel aponta, com muita propriedade, é que numa análise de crescimento, não é suficiente olhar simplesmente se a balança comercial está ou não em equilíbrio, porque a combinação e a composição dela irá ter um efeito direto no modelo de crescimento, no W/P , na taxa de lucro e portanto na distribuição de renda.

A utilidade de tal formulação depende, nas relações sociais, do que se priorize. Se as importações de bens de consumo estão livres para variar e o sistema é assumido permanecer em equilíbrio, então as exportações de bens de capital precisam se ajustar para preservar o equilíbrio do comércio. Se ambas as importações de bens de consumo e de capital são livres, então a exportação de ambos tem que se ajustar e o resultado final irá depender da composição do comércio.

Os resultados mais realísticos é que nenhuma categoria se ajusta rapidamente e que as políticas econômicas

relacionadas ao mercado externo atuam acarretando impactos no perfil distributivo da renda.

II.3.2.2. Efeito na Taxa de Lucro com o Comércio Internacional

A simples relação $l = g/s_1$ torna-se mais complicada quando levamos em consideração o comércio externo. Nesse caso, e sob a hipótese de que os trabalhadores não poupam, tem-se que o valor total dos lucros é dado por:

$$L = I' + (X^c - M^c) + (X^i - M^i) + cL$$

ou

$$L = \frac{I' + (X^c - M^c) + (X^i - M^i)}{s_1}$$

Portanto, a taxa de lucro agora é dada por:

$$l = \frac{g' + \frac{(X^i + X^c)}{K} - m_w \frac{WN}{K} - m_l \frac{L}{K}}{s_1}$$

onde:

$$g' = \frac{I'}{K}$$

$$g = \frac{I}{K}$$

m = propensão a comprar bens importados dos assalariados ($m_w = M^c/WN$).

m_1 = propensão a comprar bens importados dos capitalistas ($m_1 = M^i/L$).

ou, considerando-se também que:

$$g' + \frac{(X^i - M^i)}{K} = g$$

segue-se, então, que a taxa de lucro pode ser redefinida como:

$$l = \frac{g + \frac{X^c}{K} - m_w \frac{WN}{K}}{s_1 + m_1}$$

A expressão da taxa de lucro descrita acima, mostra os efeitos da importação e exportação de bens de consumo nos lucros, quando as importações e exportações de bens de capital se ajustam para preservar o equilíbrio da balança. O resultado apontado é que a exportação de bens de consumo tem efeito positivo na taxa de lucro e a importação tem efeito de diminuição.

O comércio internacional produz efeitos importantes na economia de um país possibilitando modificações na sua estrutura produtiva e distributiva. Conforme podemos verificar, os trabalhadores podem compensar as consequências distributivas, de qualquer particular taxa de acumulação, pela compra de importados e o capitalista pode ter que estabelecer uma baixa taxa de lucro para uma dada taxa de investimento, devido a existência de competição externa. O pagamento do déficit, que tal situação pode criar, usualmente traz suficiente pressão dos capitalistas para convencer o governo a abandonar tal política de crescimento em favor de uma desvalorização da moeda.

A abordagem geral que Kregel apresenta aponta no sentido de estabelecer as relações que ligam as exportações com a lucratividade do país (exportação de bens de capital ou investimento externo) e importações para prevalecer o nível do salário real (principalmente bens de consumo). O autor ressalta que uma alta relação de investimento para consumo tomada internamente promove tanto a exportação de capital como a importação de bens de consumo o que propicia a ampliação do conflito distributivo na composição do comércio, bem como na relação total de investimento interno para consumo. Desta forma, tanto o resultado como a composição da balança comercial estão envolvidos no conflito da distribuição de renda a qual não pode estar separada da análise de uma economia aberta.

II.4 - MODELO PÓS-KEYNESIANO COM GOVERNO

Um dado da realidade é a existência de governos comandando ou, pelo menos, interferindo, nas economias. Por essa razão, o nosso estudo não poderia deixar de incluir o setor governo.

Registre-se que tal inclusão, é muitas vezes desconsiderada em vários modelos amplamente divulgados na literatura de economia. Um exemplo disso é o modelo de Kregel, do qual partiu este trabalho, que inclui, com muita propriedade, o setor externo mas deixa de lado o setor governo.

Desta forma, ao investigarmos outros autores pós-keynesianos, encontramos no modelo de Minsky a orientação que consideramos adequada, por incluir, explicitamente, o setor governo. Por essa razão seguiremos aqui as pegadas deste autor. Registre-se, no entanto, que nosso trabalho não é uma simples reprodução do enfoque de Minsky pois, como será mostrado adiante, entendemos que a forma como esse autor considera o governo implica em algumas ambiguidades. Nesse sentido, proporemos algumas adaptações na abordagem deste.

Cumpramos ainda esclarecer que a introdução do setor governo não decorre única e exclusivamente da sua existência. Tal inclusão procede, também, da hipótese de que, como

ressaltado por Minsky, a política econômica é eficaz para interferir na realidade.

Esta intervenção na realidade, via política econômica, está sujeita a limites impostos pela capacidade de produção da economia. Isto significa que o governo tem graus de liberdade para decidir sobre "o que", "como" e "para quem". O limite dessa decisão é dado pela fronteira de possibilidade de produção da economia.

II.4.1 - O Modelo de Minsky

Os efeitos provocados pelo governo, na economia, depende da maneira como ele cobra os impostos e da maneira como os programas de gastos afetam os preços. Minsky enfatiza o impacto dos gastos governamentais no fluxo de lucro, no nível de preço e nos preços relativos da oferta. A magnitude de tais efeitos, evidentemente, depende do "tamanho" do governo em relação ao conjunto da economia. Se o setor governo é pequeno o déficit que pode gerar não deverá ter um efeito apreciável nos preços e nos lucros. Por outro lado um governo que seja grande o suficiente para, num processo recessivo, estabilizar os lucros, conforme enfatiza Minsky, colocará uma pressão muito grande nos preços mesmo com queda no emprego. A

inflação pode ser um dos resultados do mecanismo de se evitar depressões ou estimular crescimento via déficit do governo.

A questão que surge e que merece nossa atenção para efeito deste trabalho é a magnitude e a composição do gasto do governo e portanto do déficit. Pois assim como na balança de pagamentos, a composição desse gasto, entre bens de consumo e bens de investimento, traz implicações nos preços relativos e nos lucros de ambos os setores, bem como no nível do salário real da economia, afetando a própria distribuição da renda.

As relações apresentadas no modelo de Minsky, entre governo (gastos e receitas de impostos) e lucros, preços e salário real, são as seguintes:

Setor de bens consumo

$$(II.4.1) \quad P^c Q^c = W^c N^c + W^i N^i + \bar{W}^g \bar{N}^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + \bar{W}^g \bar{N}^g)$$

$$(II.4.2) \quad L^c = P^c Q^c - W^c N^c$$

$$(II.4.3) \quad Q^c = N^c a^c$$

$$(II.4.4) \quad P^c = (1 + u^c) W^c / a^c$$

Setor de bens de capital

$$(II.4.5) \quad P^i Q^i = I$$

$$(II.4.6) \quad L^i = P^i Q^i - W^i N^i$$

$$(II.4.7) \quad Q^i = N^i a^i$$

$$(II.4.8) \quad P^i = (1 + u^i) W^i / a^i$$

Setor Governo

$$(II.4.9) \quad D = \overline{W}^g \overline{N}^g + L^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + \overline{W}^g \overline{N}^g) - t^l L$$

As variáveis nessas equações são as mesmas definidas no item II.2 do modelo básico exceto:

D = déficit do governo

$\overline{W}^g \overline{N}^g$ = folha de salários diretos e indiretos (salários incorporados nos bens consumidos) do governo

TR = transferências de renda do governo para os assalariados

t^w = alíquota do imposto sobre salários

L^g = valor dos lucros envolvidos nos bens consumidos pelo governo

t^l = imposto sobre o lucro

L = valor total dos lucros

Minsky, à partir dessas equações, deriva o conjunto de relações que se segue.

Da equação (II.4.9) segue-se que:

$$t^w(W^cN^c + W^iN^i + \bar{W}^g\bar{N}^g) = \bar{W}^g\bar{N}^g + L^g + TR - t^lL - D$$

Substituindo essa expressão na equação II.4.1, tem-se que:

$$P^cQ^c = W^cN^c + W^iN^i + \bar{W}^g\bar{N}^g + TR - \bar{W}^g\bar{N}^g - L^g - TR + t^lL + D$$

ou

$$P^cQ^c = W^cN^c + W^iN^i - L^g + t^lL + D \quad (\text{II.4.10})$$

Considerando-se, ainda, que na equação II.4.2, $L^c = P^cQ^c - W^cN^c$, obtem-se que:

$$L^c = W^iN^i - L^g + t^lL + D$$

Por outro lado, pelas equações II.4.5 e II.4.6, tem-se que $W^iN^i = I - L^i$. Portanto, a expressão acima fica sendo:

$$L^c = I - L^i - L^g + t^lL + D$$

ou

$$L = L^c + L^i + L^g = I + t^l L + D$$

ou, ainda:

$$L^* = L - t^l L = I + D \quad (\text{II.4.11})$$

Tem-se, portanto, que o valor dos lucros totais da economia, líquido de impostos, é dado pela soma dos valores do investimento e do déficit do governo.

Para determinar a expressão relativa ao preço do bem de salário, basta considerar a equação II.4.10 acima e chega-se a:

$$P^c Q^c = W^c N^c \left(1 + \frac{W^i N^i}{W^c N^c} + \frac{D - L^g}{W^c N^c} + \frac{t^l L}{W^c N^c} \right)$$

que, considerando-se a equação II.4.3, fica sendo:

$$P^c = \frac{W^c}{a^c} \left(1 + \frac{W^i N^i}{W^c N^c} + \frac{D - L^g}{W^c N^c} + \frac{t^l L}{W^c N^c} \right) \quad (\text{II.4.12})$$

Note-se nessa última expressão que, pela equação II.4.4, tem-se que o *mark-up* do setor de bens de salários é dado por:

$$u^c = \frac{W^i N^i}{W^c N^c} + \frac{D - L^B}{W^c N^c} + \frac{t^i L}{W^c N^c} \quad (\text{II.4.13})$$

Mediante a equação II.4.11, o modelo explicita a importância do déficit do governo para manutenção dos lucros. Mediante as equações II.4.12 e II.4.13, o autor ressalta pontos importantes na determinação do preço e do *mark-up* do setor de produção de bens de salário, explicitando que os salários no setor de bens de investimentos, o déficit do governo e a tributação sobre os lucros também constituem-se nos determinantes destes.

No modelo básico anterior, com as hipóteses de inexistência do setor governo e de propensão a consumir do capitalista igual a zero, vimos que o *mark-up* é determinado apenas pela relação N^i/N^c . No modelo que está sendo agora ampliado, a inclusão do governo não elimina a importância da relação N^i/N^c para a determinação do *mark-up*. O que a inclusão do governo permite verificar é que ele afeta o nível do *mark-up* por dois caminhos: pelo nível da tributação sobre os lucros e pelo tamanho do déficit do governo. Pode-se, então, observar que, tanto o déficit quanto os impostos sobre o lucro trazem implicações sobre o preço dos bens de salários e, portanto, sobre o nível de salário real.

Analisando-se mais detidamente o modelo proposto por Minsky para incorporar o setor governo, verifica-se que existe um detalhe que gera ambiguidade.

Ele considera que o governo compra bens , admitindo que além de $W^g N^g$ (sua folha de salário direto), ele paga WN^g_* , implícito no valor dos bens que consome , e também paga L^g , que é a outra parte do valor dos bens que consome, ou seja, o valor dos lucros embutidos nestes, não explicitando formalmente se esses são bens de consumo e/ou investimento .

Portanto , o gasto do governo com bens é dado por $C^g + I^g = WN^g_* + L^g$, onde o lado direito da equação representa, respectivamente, o salário e o lucro implícitos nos gastos que este realiza com bens, e o seu déficit é dado por:

$$D = W^g N^g + C^g + I^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + W^g N^g + WN^g_*) - t^l L$$

ou

$$D = \overline{W^g N^g} + L^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + \overline{W^g N^g}) + t^l L$$

onde

$$\overline{W^g N^g} = W^g N^g + WN^g_*$$

$$L^g = L^g_*$$

Por outro lado , se considerarmos na equação de demanda do setor de bens consumo, que o governo também consome estes bens (C^g), temos que:

$$P^c Q^c = W^c N^c + W^i N^i + W^g N^g + C^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + \bar{W}^g \bar{N}^g)$$

Portanto, para se obter a expressão proposta por Minsky para a demanda desse setor, ou seja:

$$P^c Q^c = W^c N^c + W^i N^i + \bar{W}^g \bar{N}^g + TR - t^w (W^c N^c + W^i N^i + \bar{W}^g \bar{N}^g)$$

é necessário que $C^g = W N^g$. Mas isso implica, pela relação acima especificada, que $I^g = L^g$.

Portanto, se se admitir que o governo também demanda bens de consumo é necessário no modelo de Minsky que:

$$C^g = W N^g = W N_{c^g}^g + W N_{i^g}^g$$

$$I^g = L^g = L_{c^g}^g + L_{i^g}^g$$

ou seja , que a composição dos gastos em bens de consumo e investimentos do governo é também comandada pelas estruturas dos valores adicionados dos setores produtores desses dois bens , e não unicamente como decisão de política econômica.

O outro aspecto ambíguo em relação ao modelo de Minsky, é no sentido de que, se o governo também demanda bens de capital, é necessário explicitar na equação II.4.5 acima definida, que:

$$P^i Q^i = I = I^p + I^g$$

onde I^p representa os investimentos privados.

Fazendo essa explicitação, tem-se que na derivação da equação II.4.11 acima, fica claro que:

$$L = L^c + L^i = I^p + (I^g - L^g) + t^l L + D$$

ou seja, que o valor total dos lucros na economia só pode ser dado pelas somas dos lucros dos setores produtivos da economia (de bens de consumo e de investimento), e que o valor líquido de impostos deste é dado por:

$$L^* = L - t^l L = I^p + D$$

dado que, como explicitado acima, $I^g = L^g$

De verdade, acreditamos que tais ambiguidades refletem mais um problema do tratamento formal empregado por Minsky do que questões de caráter substantivo. De qualquer forma, como se verá no capítulo a seguir, resolvemos proceder a algumas

adaptações do modelo deste autor, buscando eliminar possíveis dúvidas e problemas como os levantados acima.

Nessas adaptações, basicamente considerar-se-á que, dentro da tradição dos modelos pós-keynesianos, onde o setor de bens de consumo representam bens de salários, o governo demanda apenas bens de investimento.

Essa hipótese permite tratar as contas do governo explicitando apenas o valor dos gastos diretos deste com salários e bens de investimento, evitando as ambiguidades apontadas no modelo de Minsky em relação aos salários e lucros embutidos no valor dos bens demandados pelo setor público.

CAPÍTULO III

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PÓS-KEYNESIANO DE UMA ECONOMIA ABERTA, COM GOVERNO

Neste capítulo apresenta-se o esquema analítico a ser utilizado do presente estudo, consubstanciado na proposição de um modelo pós-keynesiano de uma economia aberta, com governo. Com este modelo, procura-se incorporar na análise os aspectos do comércio exterior e do setor governo, apresentados e discutidos no capítulo anterior.

Isso posto, cabe destacar que a principal questão envolvida na adaptação para uma economia aberta, do modelo básico apresentado no capítulo anterior, refere-se à questão do "fechamento" do setor externo.

Conforme visto anteriormente, na sua análise, Kregel opta simplesmente por assumir que a balança comercial está sempre em equilíbrio. Essa hipótese é evidentemente inadequada para o caso brasileiro, onde a regra sempre foi o desequilíbrio da balança comercial e a política cambial que, através do sistema de taxa fixa, tem sido um dos instrumentos mais importantes de política econômica.

Por outro lado, se se considera então que a taxa de câmbio é uma variável determinada exógenamente, e que a

economia transaciona no mercado internacional bens competitivos com os produzidos domesticamente, tem-se o problema de compatibilizar essas hipóteses com aquela de que os setores produtivos internos de bens de consumo e de capital tem poder de fixação dos seus respectivos *mark-ups*.

A solução encontrada para essa questão foi baseada num trabalho feito por Blecker (1989), que utiliza a hipótese de divergência entre *mark-ups* efetivo e desejado, diferença essa que depende, de um lado, da relação entre os preços relativos dos bens produzidos internamente e externamente e, de outro lado, de um coeficiente fixado em função do grau de abertura da economia.

O outro aspecto não tratado no modelo de Kregel, e que reputamos ser importante incorporar na nossa análise, refere-se à não explicitação das importações de bens intermediários. Considerando-se que os chamados "Choques do Petróleo", principalmente o segundo ocorrido no final da década de 70, constituíram-se em elementos importantes para explicar a crise do setor externo da economia brasileira, a variável insumo importado será explicitamente levada em conta no modelo a ser apresentado a seguir.

Com base nessas adaptações para a incorporação do setor externo, e as adaptações já analisadas no tratamento feito

por Minsky para a incorporação do setor governo, o modelo proposto é definido pelo seguinte conjunto de relações:

Setor de bens de consumo

$$(III.1) \quad P^c Q^c - e\bar{P}^c (X^c - M^c) = R^w + cR^l$$

$$(III.2) \quad L^c = P^c Q^c - WN^c - e\bar{P}^m M_m^c$$

$$(III.3) \quad Q^c = N^c a^c$$

$$(III.4) \quad Q^c = M_m^c m^c$$

$$(III.5) \quad P^c = (1 + u^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)$$

$$(III.6) \quad (1 + u^c) = (1 + \bar{u}^c) (e\bar{P}^c / P^c)^{\eta^c}, \quad 0 < \eta^c < 1$$

Setor de bens de capital

$$(III.7) \quad P^i Q^i - e\bar{P}^i (X^i - M^i) = I^p + I^s$$

$$(III.8) \quad L^i = P^i Q^i - WN^i - e\bar{P}^m M_m^i$$

$$(III.9) \quad Q^i = N^i a^i$$

$$(III.10) \quad Q^i = M_m^i m^i$$

$$(III.11) \quad P^i = (1 + u^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right)$$

$$(III.12) \quad (1 + u^i) = (1 + \bar{u}^i) (e\bar{P}^i / P^i)^{\eta^i}, \quad 0 < \eta^i < 1$$

Setor externo

$$(III.13) \quad B = \bar{P}^c X^c + \bar{P}^i X^i - \bar{P}^c M^c - \bar{P}^i M^i - \bar{P}^m (M_m^c + M_m^i) - J_p^c - J_g^c - L^c$$

Setor Governo

$$(III.14) \quad D = WN^g + I^g + T^w + J^d + J_g^c - t^w W(N^c + N^i + N^g) - t^l (L^c + L^i)$$

Rendas

$$(III.15) \quad R^w = (1 - t^w) W(N^c + N^i + N^g) + T^w$$

$$(III.16) \quad R^l = (1 - t^l) (L^c + L^i) + J^d - e(J_p^c + L^c)$$

onde

- Q^c, Q^i = Quantidades de bens de consumo (Q^c) e de bens de capital (Q^i) produzidos domesticamente.
- P^c, P^i = preços internos dos bens de consumo (P^c) e de bens de capital (P^i).
- W = salário monetário, que por hipótese é o mesmo em todos os setores.
- N^c, N^i, N^g = número de trabalhadores alocados nos setores produtores de bens de consumo (N^c), de capital (N^i) e no setor governo (N^g).
- L^c, L^i = Lucros dos capitalistas nos setores de bens de consumo (L^c), de capital (L^i).
- I^p, I^g = Investimentos brutos realizados pelos setores privado e governo, respectivamente.
- X^c, X^i = Quantidades de bens de consumo (X^c) e de bens de capital (X^i) exportados.
- M^c, M^i = Quantidades de bens de consumo (M^c) e de bens de capital (M^i) importados.
- M_m^c, M_m^i = Quantidades de matérias-primas importadas pelos setores de bens de consumo (M_m^c) e de bens de capital (M_m^i).
- $\bar{P}^c, \bar{P}^i, \bar{P}^m$ = Preços externos dos bens de consumo, investimento e matérias-primas, respectivamente.
- e = Taxa nominal de câmbio.
- B = Saldo da balança de transações correntes.
- J_p^c, J_g^c = Juros externo líquido pagos pelos setores privados e governo, respectivamente.

- L^c = Remessa líquida de lucros para o exterior.
 D = Déficit operacional do governo
 J^d = Juros domésticos líquidos pagos para capitalistas.
 T^w = Transferências pagas pelo governo aos trabalhadores.
 R^w, R^i = Rendas disponíveis dos trabalhadores (R^w) e dos capitalistas (R^i).
 t^w, t^i = Alíquotas médias de imposto sobre as rendas brutas dos trabalhadores (t^w) e dos capitalistas (t^i).
 c = Propensão média a consumir dos capitalistas (c).
 m^c, m^i = Inversas dos coeficientes de consumo de matérias-primas por unidade de produto, dos setores de bens de consumo (m^c) e de bens de capital (m^i).
 a^c, a^i = Produtividade média da mão-de-obra dos setores de bens de consumo (a^c) e de capital (a^i).
 u^c, u^i = Taxas de *mark-up* efetivas dos setores de bens de consumo (u^c) e de bens de capital (u^i).
 \bar{u}^c, \bar{u}^i = Taxas de *mark-up* desejadas dos setores de bens de consumo (\bar{u}^c) e de bens de capital (\bar{u}^i).
 η^c, η^i = Elasticidades associadas ao grau de abertura da economia, dos setores de bens de consumo (η^c) e de bens de capital (η^i)

III.1. ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO MODELO

Em relação ao modelo apresentado acima, que envolve uma série de inter-relações entre os setores privado (trabalhadores e capitalista), externo e governo, é pertinente inicialmente fazer uma análise da sua consistência interna, em termos das relações macroeconômicas básicas envolvidas na Contabilidade Nacional.

Para isso, consideraremos em primeiro lugar a identidade básica envolvendo a igualdade entre a oferta e a demanda global da economia.

Manipulando e agregando as equações III.1 e III.7 acima, pode-se facilmente obter que a condição de igualdade entre a oferta e demanda de bens finais produzidos por essa economia:

$$P^c Q^c + P^i Q^i = C^w + C^l + I^p + I^b + e\bar{P}^c (X^c - M^c) + e\bar{P}^i (X^i - M^i) \quad (\text{III.1.1})$$

onde, por simplificação, representa-se os valores dos consumos dos trabalhadores e capitalista, respectivamente, por C^w e C^l .

Por outro lado, no que se refere à decomposição do valor total dos bens produzidos domesticamente, tem-se pelas equações III.2 e III.3, que:

$$P^c Q^c + P^i Q^i = L^c + L^i + W(N^c + N^i) + e\bar{P}^m(M_m^c + M_m^i) \quad \text{III.1.2}$$

Essa última expressão, e a expressão III.1.1 acima, implicam que:

$$L^c + L^i + W(N^c + N^i) = C^w + C^c + I^p + I^s + e\bar{P}^c(X^c - M^c) + e\bar{P}^i(X^i - M^i) - e\bar{P}^m(M_m^c + M_m^i) \quad \text{III.1.3}$$

ou, levando-se em conta também a equação III.13 do modelo, que:

$$L^c + L^i + W(N^c + N^i) = C^w + C^l + I^p + I^s + e[B + J^c + L^c] \quad (\text{III.1.3}')$$

Se considerarmos nessa última equação, que os trabalhadores consomem toda a sua renda disponível, variável essa definida pela equação III.15, tem-se que a mesma pode ser reescrita da seguinte forma:

$$L^c + L^i + W(N^c + N^i) = (1 - t^w)W(N^c + N^i + N^s) + T^w + C^l + I^p + I^s + e[B + J^c + L^c]$$

ou

$$L^c + L^i = WN^s - t^w W(N^c + N^i + N^s) + T^w + C^c + I^p + I^s + e[B + J^c + L^c] \quad (\text{III.1.3}'')$$

Por outro lado, tem-se pela equação III.16, que a renda disponível dos capitalistas é definida por:

$$R^l = (1 - t^l)(L^c + L^i) + J^d - e(J_p^e + L^e)$$

ou que o lucro bruto total dos capitalistas é dado por:

$$L^c + L^i = R^l + t^l(L^c + L^i) - J^d + e(J_p^e + L^e)$$

Logo, da equação III.1.3" pode-se obter que:

$$R^l + t^l(L^c + L^i) - J^d + e(J_p^e + L^e) = WN^g - t^w W(N^c + N^i + N^g) + T^w + C^l + I^p + I^g + e(B + J_p^e + J_g^e + L^e)$$

ou que a renda disponível dos capitalistas é dada por:

$$R^l = WN^g + T^w + J^d + eJ_g^e + I^g - t^w W(N^c + N^i + N^g) - t^l(L^c + L^i) + C^l + I^p + eB$$

Considerando-se, finalmente, a restrição orçamentária do governo dada pela equação III.14, tem-se que a equação acima pode ser reescrita simplesmente como:

$$R^l = D + C^l + I^p + eB \quad (\text{III.1.4})$$

Nessa última expressão, pode-se facilmente verificar que as equações do modelo proposto atendem a condição macroeconômica básica dos chamados Três Hiatos: a soma do superávit de poupança privada mais a poupança externa (déficit

na balança de transações correntes) é igual ao déficit do governo, ou seja:

$$D = R^l - C^l - I^p - eB$$

ou

$$D = (S^l - I^p) - eB$$

onde S^l representa a poupança privada (dos capitalistas), ou seja:

$$S^l = R^l - C^l$$

III.2. *Mark-ups* e Preços dos Bens de Consumo e de Investimento

Principalmente em função da consideração das transações internacionais, a questão dos determinantes dos preços no modelo do tipo pós-keynesiano ora proposto, torna-se bem mais complexa. Além dos já analisados aspectos internos da produção doméstica dos bens de consumo e de investimento, e da tributação e déficit do governo, agora é necessário considerar também as exportações e importações desses bens, os seus preços internacionais e, principalmente, a relação entre o saldo do balanço de transações correntes e a taxa de câmbio. De uma forma preliminar e bem simplista, se

considerarmos, de um lado, que a taxa de câmbio é fixa, os excessos de demandas internas dos bens podem ser ajustados principalmente via geração de déficit externo, sem modificações substantivas nos preços internos. Por outro lado, se existir restrições para a geração e financiamento de déficits externos, ou seja, se a taxa de câmbio necessita ser ajustada para assegurar o equilíbrio das contas externas, é basicamente via pressão da elevação da taxa de câmbio sobre os preços internos dos bens de consumo e de investimento que os excessos de demandas internas desses bens devem ser ajustados.

Ademais, em função do fato de que a existência da competição dos produtos externos evidentemente anula a capacidade dos produtores internos de bens em fixar os seus níveis de *mark-ups* desejados, tem-se agora que as relações dos preços internos dos bens de consumo e de investimento com os preços externos dos mesmos, com a taxa de câmbio e com os coeficientes de *mark-ups* desejados, dependem do grau de abertura da economia.

Esses e outros aspectos podem ser melhor entendidos a partir do exame das equações de preços implicadas pelo modelo ora proposto, onde no caso dos bens de consumo, substituindo a equação III.6 na III.5, tem-se que:

$$P^c = (1 + \bar{u}^c) \left(\frac{e\bar{P}^c}{P^c} \right)^{\eta^c} \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)$$

ou

$$(P^c)^{(1+\eta^c)} = (1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right) (e\bar{P}^c)^{\eta^c}$$

ou

$$P^c = \left[(1 + \bar{u}^c) \left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right) (e\bar{P}^c)^{\eta^c} \right]^{\left(\frac{1}{1+\eta^c} \right)} \quad (\text{III.2.1})$$

Para o caso do bem de capital, substituindo-se a equação III.12 na III.11, tem-se analogamente que o seu preço é dado por:

$$P^i = \left[(1 + \bar{u}^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right) (e\bar{P}^i)^{\eta^i} \right]^{\left(\frac{1}{1+\eta^i} \right)} \quad (\text{III.2.2})$$

Para analisar essas expressões, vamos considerar inicialmente a questão dos graus de abertura da economia em relação aos mercados dos bens de consumo e de investimento, captados, respectivamente, pelas elasticidades η^c e η^i .

No caso extremo em que a economia é fechada para os bens finais de consumo e de investimento, ou seja, $\eta^c = \eta^i = 0$, tem-se as seguintes expressões usuais dos modelos pós-keynesianos:

$$P^c = (1 + \bar{u}^c) \left[\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right]$$

$$P^i = (1 + \bar{u}^i) \left[\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right]$$

Ou seja, os preços são determinados adicionando-se uma percentagem de *mark-up* desejado sobre os custos, por unidade do produto, de mão-de-obra e de insumos importados.

Por outro lado, no caso também extremo em que a economia é completamente exposta à competição internacional ($\eta^c = \eta^i = 1$), tem-se evidentemente que $P^c = e\bar{P}^c$ e que $P^i = e\bar{P}^i$, relações essas que nas equações III.2.1 e III.2.2 implicam que:

$$e\bar{P}^c = \left[(1 + \bar{u}^c) \left[\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right] e\bar{P}^c \right]^{\left[\frac{1}{2} \right]}$$

$$e\bar{P}^i = \left[(1 + \bar{u}^i) \left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right) e\bar{P}^i \right]^{\frac{1}{2}}$$

ou

$$(1 + \bar{u}^c) = \frac{e\bar{P}^c}{\left(\frac{W}{a^c} + \frac{e\bar{P}^m}{m^c} \right)}$$

$$(1 + \bar{u}^i) = \frac{e\bar{P}^i}{\left(\frac{W}{a^i} + \frac{e\bar{P}^m}{m^i} \right)}$$

Essas duas últimas expressões indicam o fato esperado de que os produtores internos de bens não conseguem impor os seus *mark-ups* desejados, sendo os mesmos completa e endogenamente determinados pelos seus custos, preços externos e taxa de câmbio.

Para os casos intermediários em que os graus de abertura da economia interferem mas não anulam os poderes dos produtores de bens de consumo e de investimento de fixarem os seus *mark-ups*, as equações III.2.1 e III.2.2 acima permitem apenas explitar que a questão das determinações dos preços dos bens de consumo e de investimento, dentro de um modelo pós-keynesiano para uma

economia aberta com governo, não pode ficar circunscrita à questão da simples relação destes preços com os poderes de *mark-up* daqueles produtores.

Considerando-se que nesse contexto as incompatibilidades entre ofertas e demandas agregadas dos bens de consumo e de investimento, em geral também são acompanhadas por desajustes nas contas dos setores público e externo, os comportamentos dos preços dos bens de consumo e de investimento, relativos aos dos níveis do salário e da taxa de câmbio, dependem também das formas pelas quais ocorrem os ajustes naqueles dois setores. Em resumo, dependem dos graus em que as chamadas "barreira inflacionária" e "barreira do balanço de pagamentos" atuam no sentido de condicionar as possibilidades de crescimento da produção da economia e da distribuição da renda gerada.

É justamente esse o tema de discussão da seção seguinte, onde, em função dos objetivos deste trabalho, concentraremos a análise nas interrelações do setor produtor de bens de consumo e os setores externo e governo.

III.3. DISPONIBILIDADE DE BENS DE CONSUMO E OS SETORES PÚBLICO E EXTERNO

Nesta seção do trabalho procuraremos estabelecer as principais interrelações entre as variáveis e parâmetros envolvidos no modelo por nós proposto para nortear e embasar a análise dos condicionantes da distribuição da renda na economia brasileira nas duas últimas décadas.

Para isso, dentre as alternativas formas de combinar e simplificar o conjunto de equações acima apresentadas, entendemos que o objeto da nossa análise e o contexto geral da economia brasileira naturalmente nos conduz a enfatizar três relações básicas: a primeira relativa ao conjunto das variáveis que condicionam a disponibilidade de bens de consumo; e as duas outras que dão conta da forma pela qual aquele conjunto de variáveis e o próprio nível de disponibilidade dos bens de consumo estão relacionados, respectivamente, com os saldos do orçamento do setor público e da balança de transações correntes.

Isto posto, podemos inicialmente obter a equação básica do valor da produção do setor de bens de consumo.

Substituindo as equações III.2 a III.4, III.8 a III.10, III.15 e III.16 em III.1, e simplificando, tem-se que:

$$P^c Q^c \left[1 - (1 - t^w) \frac{W}{P^c a^c} - c(1 - t^l) \left[1 - \frac{W}{P^c a^c} - \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right] \right] = (1 - t^w) W N^g + T^w + c J^d -$$

$$c e (J_p^e + L^e) + P^i Q^i \left[(1 - t^w) \frac{W}{P^i a^i} + c(1 - t^l) \left[1 - \frac{W}{P^i a^i} - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right] \right] + e\bar{P}^c (X^c - M^c)$$

Se nessa última expressão, também substituirmos o valor da produção dos bens de investimento dado pela equação III.7, obtem-se a seguinte equação básica para o valor da produção de bens de consumo:

$$P^c Q^c = \frac{1}{\alpha_1} \left\{ \alpha_2 [I^p + I^g + e(X^i - M^i)] + (1 - t^w) W N^g + T^w + c J^d - \right.$$

$$\left. c e (J_p^e + L^e) + e\bar{P}^c (X^c - M^c) \right\} \quad (\text{III.3.1})$$

onde

$$\alpha_1 = 1 - [1 - t^w - c(1 - t^l)] \frac{W}{P^c a^c} - c(1 - t^l) \left[1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right]$$

$$\alpha_1 = [1 - t^w - c(1 - t^l)] \frac{W}{P^i a^i} - c(1 - t^l) \left[1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right]$$

Para analisar essa equação é pertinente inicialmente destacar que ela avalia o impacto do conjunto das variáveis que aparecem no seu lado direito, sobre o valor da produção de bens de consumo. Isto é, dado qualquer alteração em uma variável que aumente a demanda agregada de bens de consumo, essa pressão se traduz numa elevação nos seus preços e/ou nas suas quantidades ofertadas.

As possibilidades de aumentos na disponibilidade de bens de consumo depende, de um lado, do fato óbvio de que exista capacidade produtiva no setor, ou seja, de que exista um adequado fluxo de investimento líquido e/ou aumento de produtividade neste setor. Por outro lado, mesmo na situação em que existe capacidade ociosa naquele setor, evidentemente não está garantido que pressões de aumentos de demanda se materializem em aumentos da quantidade produzida. É o caso, por exemplo, da situação em que as restrições para o financiamento externo do

déficit do saldo de transações correntes da economia, impõe limites para o crescimento real da demanda de bens de consumo, seja pela sua pressão sobre o excedente exportável desses bens, como sobre a demanda dos seus insumos intermediários importados.

É fato sabido que, qualquer que seja a natureza das restrições impostas para o aumento real da demanda de bens de consumo, a acomodação desse desajuste passa principalmente pela necessidade de redução dos salários reais da economia. Nesse aspecto, é importante atentar para o fato de que, na equação acima, pressões de aumento de demanda de bens de consumo que se traduzem apenas em elevações nos preços destes (P^c) são também ajustados via aumento do coeficiente α_1 , que dentre os seus determinantes encontra-se a variável salário real (W/P^c)^(*).

Isto posto, e antes de detalhar a natureza e direção dos impactos de cada uma das variáveis que

(*) Não obstante esse aspecto dos coeficientes α_1 e α_2 não serem fixos dificultarem a leitura e interpretação daquela equação, é necessário ter em mente que o processo matemático de isolar P^c naquela equação demanda a consideração das três equações básicas apresentadas, mais as duas equações de preços apresentadas na seção anterior, resultando numa expressão de leitura e interpretação ainda mais complexa.

aparecem na equação ora analisada, é pertinente destacar que o coeficiente α_2 é claramente positivo, enquanto que α_1 pode, em princípio, assumir valores positivos e negativos. Contudo, considerando-se a natureza dos termos que lá aparecem e o fato de que, se o mesmo fosse negativo, ter-se-ia resultados não razoáveis indicando, por exemplo, que aumentos na folha de salários do governo diminui a demanda de bens de consumo, ao longo da análise a seguir assumiremos que α_1 é positivo.

Assim, do ponto de vista dos impactos sobre o valor da produção de bens de consumo, pode-se estabelecer, em primeiro lugar, que todas as variáveis que aparecem naquela equação, exceto os juros externos privados e remessa de lucro para o exterior ($J_p^e + L^e$), apresentam efeitos de sinal positivo.

Quanto aos mecanismos desses impactos, podemos começar destacando os mais óbvios: a folha de salários do governo (WN^g) e as transferências deste para os assalariados (T^w), que afetam diretamente a renda disponível dos assalariados; os juros doméstico pagos pelo governo para os capitalistas (J^d) e os juros externos privados e remessa de lucro para o exterior ($J_p^e + L^e$), que

afetam a renda disponível desses mesmos capitalistas de forma positiva e negativa, respectivamente; e as exportações líquidas de bens de consumo $(X^i - M^i)$, que afeta diretamente a demanda agregada desses bens. No caso dos investimentos público e privado $(I^b$ e $I^p)$ e exportações líquidas de bens de investimento $(X^i - M^i)$, a natureza dos seus impactos deve ser qualificada. Caso não ocorra apenas variações nos preços desses bens, ou seja, que variações nessas variáveis não sejam compensadas pela variação em sentido contrário do coeficiente α_2 , via W/P^i e e/P^i , os impactos se dão através da variação no nível de produção desse setor, conseqüentemente da renda de salários pagos por este.

No que se refere à equação básica do valor do saldo do balanço de transações correntes, expresso em termos de unidade monetária interna, substituindo III.4, III.7 e III.10 em III.13, tem-se que:

$$eB = e\bar{P}^c(X^c - M^c) + \left[1 - \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right] e\bar{P}^i(X^i - M^i) - \frac{e\bar{P}^m}{m^c} Q^c -$$

(III.3.2)

$$\frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} (I^p + I^b) - e(J_g^c + J_p^c + L^c)$$

No que se refere ao entendimento dessa equação básica, considerando-se que dentre as variáveis que impactam o saldo da balança de transações correntes, aparece explicitamente a quantidade de bens de consumo produzida internamente, cabe destacar inicialmente que é necessário considerar os impactos diretos de cada variável que aparece na equação, bem como os seus impactos indiretos, que pode ocorrer via alteração daquela quantidade de bens de consumo (equação III.3.1 acima), que por seu turno provoca variações nas quantidades de insumos importados

Os casos das variáveis com impactos mais simples são dados pela variável pagamento de juros externos do governo (J_g^e) que só tem impacto direto, obviamente em termos negativos em relação ao saldo da balança de transações correntes (B); e pelos pagamentos do governo aos assalariados, seja em salários (N^s) ou em transferências monetárias (T^w), que só tem efeitos indiretos e negativos, caso essas variáveis provoquem alterações na quantidade produzida dos bens de consumo (Q^c).

Quanto às variáveis que apresentam os dois mencionados tipos de impactos, tem-se o caso dos investimentos público (I^B) e privado (I^P), que apresentam impactos diretos negativos, via aumento de insumos intermediários importados do setor de bens de capital, e indiretos também negativo, caso os mesmos provoquem alterações da produção física de bens de consumo (Q^c)

Os caso das variáveis J_p^c , L^c , $(X^c - M^c)$ e $(X^i - M^i)$ são mais complexos de serem analisados por apresentarem os dois tipos de impactos, mas em sentido contrário. Os pagamentos de juros externos (J_p^c) e remessas de lucros (L^c), feitas pelos capitalista, obviamente apresentam impactos diretos negativos e, por outro lado, podem apresentar efeitos indiretos positivos, dado que um aumento no valor dos mesmos pode implicar em redução na produção de bens de consumo, via redução da renda disponível dos capitalistas, provocando queda na importação de insumos desse setor produtivo. Indefinição quanto ao efeito líquido sobre o saldo da balança de transações correntes também ocorrem com as exportações líquidas de bens de consumo ($X^c - M^c$) e de capital ($X^i - M^i$). Seus efeitos diretos são evidentemente positivos, enquanto

que os indiretos negativos, se os mesmos provocarem alterações em Q^c .

Para tornar mais claro os elementos envolvidos nessa indefinição quanto ao efeito líquido sobre B , apresentamos abaixo os coeficientes associados a cada uma daquelas variáveis:

- $J_p^c + L^c$ depende do sinal de $\left[-1 \frac{ce\bar{P}^m}{\alpha_1 P^c m^c} \right]$
- $(X^c - M^c)$ depende do sinal de $\left[1 \frac{e\bar{P}^m m^c}{P^c \alpha_1} \right]$
- $(X^i - M^i)$ depende do sinal de $\left[1 \frac{e\bar{P}^m m^i}{P^i} \frac{e\bar{P}^m m^c \alpha_2}{P^c \alpha_1} \right]$

Considerando-se esses coeficientes envolvem as variáveis preços dos bens de consumo e de capital e a taxa de câmbio, ou seja, aspectos ligados ao grau de resposta das quantidades produzidas desses bens às pressões das suas respectivas demandas, em princípio é difícil definir claramente os seus sinais. Contudo, se considerarmos que a propensão média a consumir dos capitalistas (c) em geral

é reduzida e que uma economia como a brasileira historicamente apresenta um grau de "fechamento" relativamente alto, ou seja, produções por unidade de insumos importados ($m^c e m^i$) altos, é razoável admitir que o efeito líquido de $J_p^c + L^c$ é negativo em termos de B, e que nos casos de $(X^c - M^c)$ e $(X^i - M^i)$ são positivos.

Finalmente, quanto à equação básica do déficit do setor público, a substituição das equações III.2 a III.4 e III.8 a III.10 em III.14, resulta na seguinte expressão:

$$D = (1 - t^w)WN^g + I^g + T^w + J^d + eJ_g^c - P^cQ^c \left[t^w \frac{W}{P^c a^c} + t^l - t^l \frac{W}{P^c a^c} - t^l \frac{e\bar{P}^m}{P^c m^c} \right] -$$

$$P^i Q^i \left[t^w \frac{W}{P^i a^i} + t^l - t^l \frac{W}{P^i a^i} - t^l \frac{e\bar{P}^m}{P^i m^i} \right]$$

Substituindo ainda a equação III.7 nesta última expressão e simplificando a mesma, tem-se que:

$$D = (1 - t^w)WN^g + I^g + T^w + J^d + eJ_g^c - \beta_1 P^c Q^c -$$

$$\beta_2 [I^p + I^g + e\bar{P}^i (X^i - M^i)]$$

(III.3.3)

onde

$$\beta_1 = t^w \frac{W}{P^c a^c} + t^l \left[1 - \frac{W}{P^c a^c} - \frac{e \bar{P}^m}{P^c m^c} \right]$$

$$\beta_1 = t^w \frac{W}{P^i a^i} + t^l \left[1 - \frac{W}{P^i a^i} - \frac{e \bar{P}^m}{P^i m^i} \right]$$

sendo ambos os coeficientes claramente positivos.

Aqui também existem efeitos diretos das próprias variáveis, bem como efeitos indiretos, via alterações de Q^c e/ou P^c , que provoca alterações na receita de impostos.

Os dois únicos casos em que ocorrem apenas um desses tipos de impactos são constituídos pelas variáveis juros doméstico e externo pagos pelo governo (J^d e J^e), que só apresentam efeitos diretos positivos sobre o déficit, e $(X^c - M^c)$ que apresenta só o efeito indireto negativo, via alterações em $P^c Q^c$, que altera a receita tributária.

Quanto às variáveis que apresentam os dois tipos de impactos, o caso que não gera nenhuma ambiguidade é constituído pelas variáveis I^p e $(X^i - M^i)$, que apresentam

efeitos diretos negativos, via modificação do valor da produção de bens de capital e conseqüente alteração da receita tributária, e efeitos indiretos também negativos, via alteração do valor da produção de bens de consumo e a conseqüente receita de impostos gerada pelo setor.

Nos casos das variáveis WN^B , T^W e I^B , que claramente apresentam impactos diretos positivos sobre o déficit público, as dificuldades de interpretação decorrem dos seus efeitos indiretos negativos, uma vez que as duas primeiras também afetam o valor da produção de bens de consumo e a terceira o valor da produção de bens de capital, alterações essas que afetam as receitas tributárias geradas por esses dois setores produtivos.

Seus efeitos líquidos são comandados pelos seguintes coeficientes:

- $WN^B + T^W$ depende do sinal de $\left[1 - \frac{\beta_1}{P^c \alpha_1} \right]$

- I^B depende do sinal de $\left[1 - \beta_2 \frac{\beta_1 \alpha_2}{P^c \alpha_1} \right]$

Do ponto de vista formal, aqui também é difícil definir a priori e claramente, os sinais desses dois últimos coeficientes. Contudo, se se tem em mente que os mesmos representam os impactos líquidos sobre o déficit público, do incremento de uma unidade monetária de gasto do governo em salários, transferências e investimento, por maiores que fossem as capacidades multiplicadoras de renda desses gastos, dificilmente poder-se-ia esperar que esses gastos tivessem efeitos líquidos negativos sobre o déficit público. Afinal, ainda não existe e provavelmente nunca será observada uma experiência concreta onde aumentos de gastos governamentais seja o remédio para a solução eliminar o déficit público.

Feita essas considerações, a título de conclusão da presente seção do trabalho, é pertinente reenfatizarmos a natureza do exercício analítico aqui feito. Evidentemente ele representa apenas um visão simplificada da realidade, com utilização de variáveis e categorias analíticas estilizadas e aproximadas. No entanto, entendemos que em relação à temática deste estudo, é esse tipo de abordagem que é particularmente rico em explicitar as interrelações gerais e básicas que condicionam a distribuição de renda de uma economia.

É, portanto, menos com o intuito de identificar e quantificar os vários aspectos específicos do tema em estudo, mas mais como um esquema analítico para auxiliar a organização, análise e articulação dos movimentos gerais da economia brasileira nas duas últimas décadas, que utilizaremos essa metodologia no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE MACROECONÔMICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

A base desse estudo assentou-se na proposição de que as decisões de investimento e o conjunto das relações econômicas internas e externas, a que elas estão submetidas, têm importância decisiva na determinação do perfil de distribuição de renda de uma sociedade. Chamamos de decisão de investimento ao volume e a alocação dos investimentos nos setores relevantes da economia sob os objetivos desse trabalho: no setor produtor de bens de capital e no setor de bens de consumo.

Tal decisão de investimento é a questão crucial para o crescimento econômico com elevação ou queda de salário real. Ela determina a distribuição da acumulação e, conseqüentemente, a capacidade de produção, entre esses dois setores. A oferta de bens de consumo se constitui na variável decisiva para a determinação do salário real.

As decisões de investimentos entram tanto no lado da oferta como no da demanda agregada. O investimento, ao determinar a proporção do capital alocado para os bens de consumo, determina, também, a oferta dos produtos de ambos os setores, isto é, a oferta de bens de consumo e a de bens de

capital. Este mesmo investimento, além do mais, alimenta a demanda por bens de consumo, mediante os salários pagos aos trabalhadores do setor de bens de capital gerando, portanto, impactos no valor da oferta de bens de consumo.

O presente estudo trata do impacto das variáveis macroeconômicas sobre o comportamento do salário real, que se constitui no indicador chave para a avaliação da participação dos salários na Renda Nacional.

A distribuição de renda, pode ser afetada pelas políticas econômicas levadas a cabo no país, na medida em que estas afetem a disponibilidade doméstica de bens de consumo e/ou a demanda monetária global de bens de consumo. Ela pode ser afetada pela política de comércio exterior que se configura no saldo do balanço comercial e no saldo do balanço de transações correntes. Ela pode ser afetada, ainda, pelos comportamentos (e resultados) das contas do setor público.

Apresentaremos neste capítulo, em primeiro lugar, os dados empíricos que permitam avaliar: a) as variáveis que compõem a disponibilidade de bens nos dois setores considerados relevantes; b) as variáveis que compõem o saldo do balanço de transações correntes; c) as variáveis que permitem uma avaliação da composição do déficit público; e) uma série de dados que chamamos de básicos, pois se constituem no próprio salário real e no nível de emprego.

Esses dados empíricos foram organizados em três grupos de informações, conforme explicitados a seguir. Dados básicos, compreendendo os dados sobre emprego, salário real e valor da produção, para vinte e três setores industriais, onde podem ser visualizado aqueles que compõem o setor de bens de consumo e de bens de capital. Dados relativos ao Orçamento do Setor Público, onde estão consolidadas as contas do governo e seus resultados em termos de déficit ou superávit. Dados relativos às contas do Setor Externo indicadas pelo nosso modelo, especialmente, os saldos da balança comercial de bens de consumo e de bens de capital, além do saldo da balança de transações correntes.

Por fim, neste capítulo, buscaremos analisar os movimentos das variáveis descritas para a economia brasileira, verificando se os impactos que geram, positivos e/ou negativos, na produção de bens de consumo, no saldo do balanço de transações correntes e no déficit operacional do setor público interagem na economia brasileira de maneira consistente com aqueles sugeridos pelo modelo no capítulo anterior.

A análise das variáveis mencionadas acima compreende o período de 1970 a 1993. Tal período, portanto, abrange o que a literatura corrente de economia trata como sendo fases bem distintas da economia brasileira: a fase do auge (1970/73) do

que costuma ser chamado de "milagre" econômico brasileiro; a fase do II PND, que costuma ser enfatizada como uma resposta aos problemas colocados por aquele "milagre", e; a fase que costuma ser denominada de década "perdida".

IV.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE SETENTA E OITENTA.

O caráter dessa seção é essencialmente expositivo, mostrando os movimentos das variáveis e a consistência, ou não, das interrelações desses movimentos na economia brasileira com o modelo proposto.

IV.1.1 Composição da Demanda Agregada

Fazemos, aqui, um breve reconhecimento de nossa economia, através de uma apresentação do comportamento da Demanda Agregada , para o período 1970 a 1993.

Assim, no quadro 1, apresentamos os componentes da demanda agregada no Brasil expressos em valores de 1980 e no quadro 1.a apresentamos os mesmos componentes como percentagem do PIB.

CR\$ (continua)

COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA-BRASIL A PREÇOS CONSTANTES DE 1980												
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
CONSUMO FINAL	4.558	5.133	5.697	6.445	7.209	7.312	8.016	8.400	8.741	9.450	9.840	9.254
das famílias	3.919	4.437	4.941	5.597	6.359	6.332	6.962	7.403	7.670	8.286	8.701	8.097
adm. públicas	639	696	756	849	850	979	1.054	997	1.071	1.164	1.139	1.157
FORMAÇÃO BRUTA DE K FIXO	1.115	1.286	1.501	1.816	2.056	2.256	2.415	2.387	2.500	2.597	2.947	2.589
adm. públicas	223	233	249	294	327	361	414	347	342	284	293	282
empresas e famílias	892	1.053	1.251	1.521	1.729	1.896	2.001	2.039	2.158	2.313	2.654	2.307
EXPORTAÇÕES	435	459	570	651	666	744	741	739	836	914	1.121	1.360
IMPORTAÇÕES	610	759	911	1.097	1.410	1.346	1.329	1.229	1.285	1.391	1.400	1.227
SALDO COMERCIAL	-175	-300	-341	-446	-744	-603	-588	-490	-449	-476	-279	133
PIB = C + I + X - M	5.498	6.119	6.856	7.816	8.521	8.965	9.843	10.296	10.792	11.571	12.508	11.976
Taxa de variação %		11,30%	12,05%	13,98%	9,04%	5,21%	9,79%	4,61%	4,82%	7,21%	8,10%	-4,25%

CR\$ (continuação)

COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA-BRASIL A PREÇOS CONSTANTES DE 1980												
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
CONSUMO FINAL	9.581	9.244	9.542	10.214	11.177	11.367	11.219	11.647	11.501	11.601	11.218	11.827
das famílias	8.302	8.009	8.373	8.814	9.566	9.411	9.067	9.057	8.925	9.356	8.814	9.307
adm. públicas	1.279	1.235	1.169	1.400	1.611	1.956	2.152	2.591	2.577	2.245	2.404	2.520
FORMAÇÃO BRUTA DE K FIXO	2.413	2.019	2.015	2.191	2.687	2.650	2.519	2.549	2.269	2.196	1.996	2.192
adm. públicas	256	198	225	299	432	382	350	301	374	377	384	347
empresas e famílias	2.156	1.821	1.790	1.893	2.255	2.269	2.168	2.249	1.895	1.818	1.612	1.845
EXPORTAÇÕES	1.235	1.412	1.722	1.843	1.648	1.965	2.222	2.335	2.220	2.367	2.916	3.270
IMPORTAÇÕES	1.153	952	924	924	1.189	1.154	1.141	1.243	1.379	1.517	1.598	2.160
SALDO COMERCIAL	82	460	798	919	459	811	1.081	1.092	841	850	1.318	1.110
PIB = C + I + X - M	12.076	11.723	12.355	13.324	14.323	14.828	14.819	16.288	14.611	14.647	14.532	15.129
Taxa de variação %	0,84%	-2,92%	5,39%	7,84%	7,50%	3,53%	-0,06%	3,16%	-4,43%	0,25%	-0,79%	4,11%

Fonte: IBGE- Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais-1987 e 1994
 obs: Valores obtidos utilizando-se deflatores dos itens que compõe a Demanda Agregada

QUADRO 1.A

(continua)

COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA (em % sobre o PIB)												
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
CONSUMO FINAL	82,91%	83,90%	83,09%	82,48%	84,60%	81,55%	81,44%	81,58%	80,99%	81,67%	78,67%	77,27%
das famílias	71,28%	72,51%	72,07%	71,62%	74,62%	70,63%	70,73%	71,90%	71,07%	71,61%	69,56%	67,61%
adm. públicas	11,63%	11,38%	11,02%	10,86%	9,98%	10,92%	10,71%	9,68%	9,93%	10,06%	9,11%	9,66%
FORMAÇÃO BRUTA DE K FIXO	20,27%	21,01%	21,89%	23,23%	24,13%	25,17%	24,53%	23,18%	23,16%	22,45%	23,56%	21,62%
adm. públicas	4,06%	3,81%	3,64%	3,77%	3,84%	4,02%	4,21%	3,37%	3,17%	2,45%	2,34%	2,36%
empresas e famílias	16,22%	17,20%	18,25%	19,46%	20,29%	21,14%	20,33%	19,81%	19,99%	19,99%	21,22%	19,26%
EXPORTAÇÕES	7,91%	7,50%	8,31%	8,33%	7,82%	8,29%	7,53%	7,17%	7,75%	7,90%	8,96%	11,36%
IMPORTAÇÕES	11,09%	12,41%	13,29%	14,04%	16,55%	15,02%	13,51%	11,93%	11,91%	12,02%	11,19%	10,25%
SALDO COMERCIAL	-3,18%	-4,91%	-4,98%	-5,71%	-8,73%	-6,72%	-5,98%	-4,76%	-4,16%	-4,12%	-2,23%	1,11%
PIB = C + I + X - M	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(continuação)

COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA (em % sobre o PIB a preços constantes de 1980)												
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
CONSUMO FINAL	79,34%	78,85%	77,23%	76,66%	78,04%	76,66%	75,71%	76,18%	78,71%	79,20%	77,20%	78,17%
das famílias	68,74%	68,32%	67,77%	66,15%	66,79%	63,47%	61,18%	59,24%	61,08%	63,87%	60,65%	61,52%
adm. públicas	10,59%	10,53%	9,46%	10,51%	11,25%	13,19%	14,52%	16,94%	17,63%	15,33%	16,54%	16,66%
FORMAÇÃO BRUTA DE K FIXO	19,98%	17,22%	16,31%	16,44%	18,76%	17,87%	17,00%	16,67%	15,53%	14,99%	13,74%	14,49%
adm. públicas	2,12%	1,69%	1,82%	2,24%	3,02%	2,57%	2,36%	1,97%	2,56%	2,57%	2,64%	2,29%
empresas e famílias	17,85%	15,54%	14,49%	14,20%	15,74%	15,30%	14,63%	14,71%	12,97%	12,41%	11,09%	12,20%
EXPORTAÇÕES	10,23%	12,04%	13,94%	13,83%	11,51%	13,25%	14,99%	15,27%	15,19%	16,16%	20,07%	21,61%
IMPORTAÇÕES	9,55%	8,12%	7,48%	6,93%	8,30%	7,78%	7,70%	8,13%	9,44%	10,36%	11,00%	14,28%
SALDO COMERCIAL	0,68%	3,92%	6,46%	6,90%	3,20%	5,47%	7,29%	7,14%	5,76%	5,80%	9,07%	7,34%
PIB = C + I + X - M	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE- Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais- 1987 e 1994

A evolução do PIB brasileiro, que pode ser verificado através do quadro 1, expõe uma notável diferença no desempenho da economia entre a década de 70 e a de 80/93. Merece no entanto atenção, a inflexão nas taxas de variações anuais de crescimento do PIB, que ocorre já na primeira metade da década de setenta.

Para os anos de 1970 e 1973 tal variação foi de 11,3% e 14% respectivamente. Em 1974, ela já cai para 9%, ficando abaixo desta taxa de crescimento no restante da década, exceção feita para 1976. Constata-se portanto que, em 1974, a economia brasileira começa a dar seus primeiros sinais de arrefecimento nas taxas de crescimento, vinculado, mais visivelmente, ao primeiro choque do petróleo.

Conforme a literatura de economia enfatiza, para fazer frente a esse choque, o Brasil adotou uma estratégia diferente do resto do mundo. O II PND foi, simultaneamente, uma tentativa de ajuste à crise externa e de superação do subdesenvolvimento.

No entanto, quando se compara o desempenho da economia entre as duas décadas, 70 e 80/93 a crise deixa de ser um presságio para tomar forma concreta em nossa realidade. Não é sem razão, portanto, que, referindo-se à década de 80, a literatura econômica cunhou a expressão década "perdida".

Em resumo, o crescimento médio do produto na década de 70, foi de 8,66%, chegando a crescer 14% em 1973, enquanto que na década seguinte foi de apenas 1,6%, sendo que no período 1980 a 1983 ocorreu uma redução média equivalente a - 2,12%. Se avaliarmos o período 90/93 o crescimento médio do PIB foi de 1,55% o que demonstra que tal período não foi diferente do observado na década de 80.

Os componentes da demanda agregada também apresentam comportamento bastante diferenciado entre as duas décadas estudadas.

Conforme pode ser observado nos quadros referidos acima e nos gráficos 1 e 1.A a participação do consumo final no PIB na década de 70 é de 82%, sendo que o consumo das famílias representa em média 71,65% do PIB e o consumo do governo tem uma participação média de 10,48%. A taxa de investimento situou-se em torno de 23% do PIB nos anos setenta, tendo atingido 25% em 1975.

Foi uma década em que, ao contrário da de oitenta, todos os anos apresentaram déficit na balança comercial, especialmente no período regido pelo II PND. Tal resultado indica a forte presença do endividamento externo como fonte de financiamento ao longo desse período.

GRÁFICO 1

Componentes da Demanda Agregada

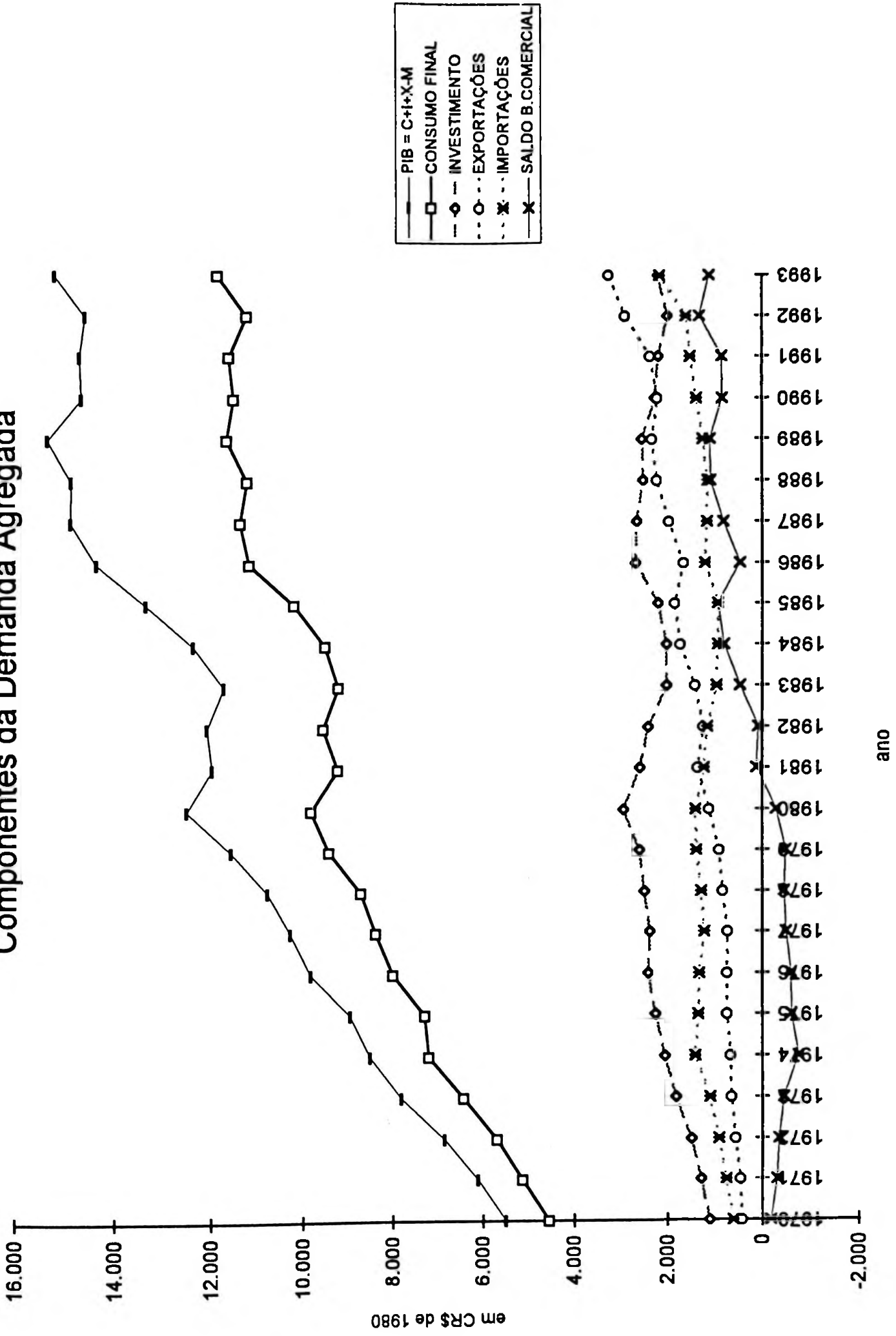
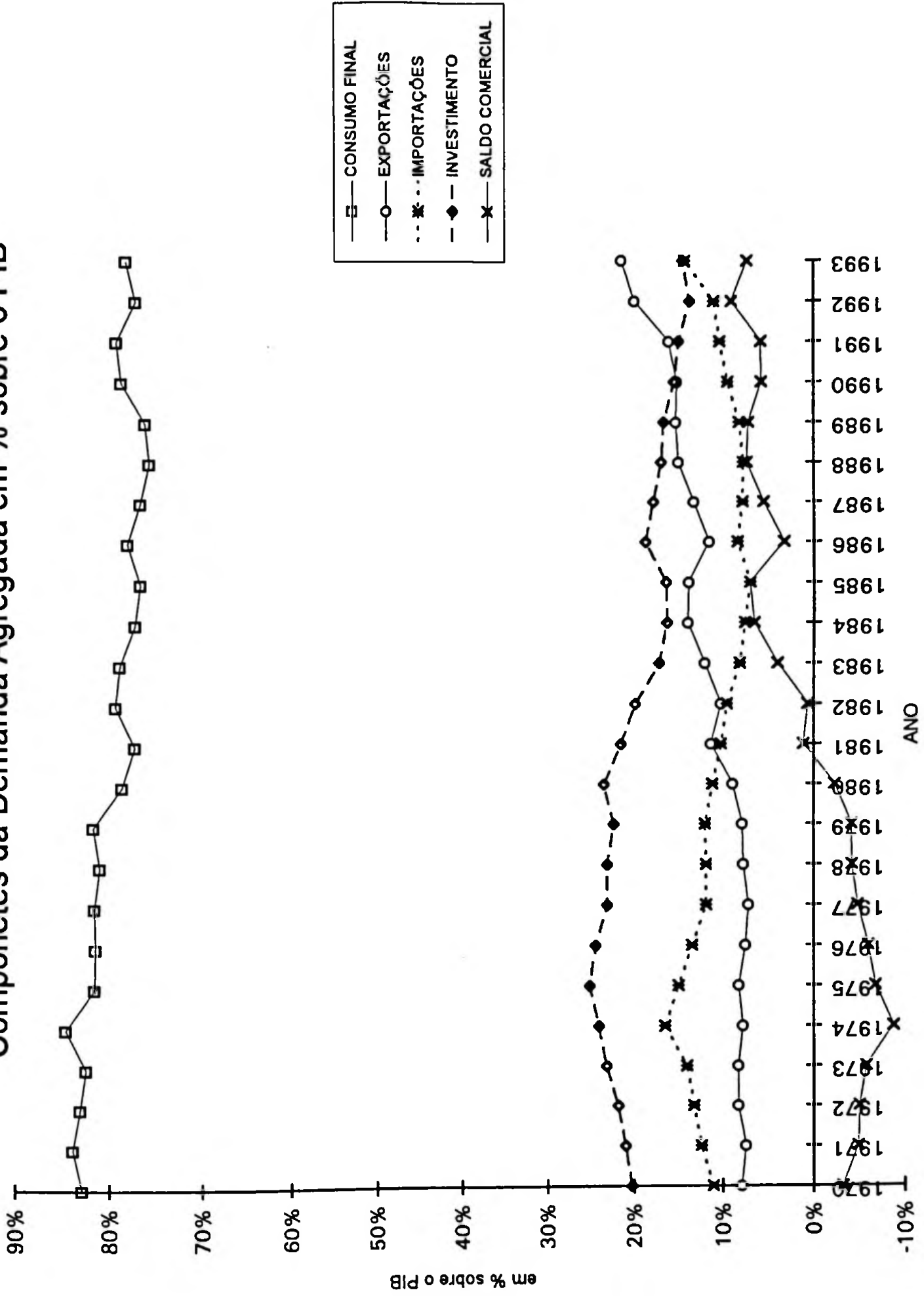


GRÁFICO 1.A

Componentes da Demanda Agregada em % sobre o PIB



Cruz (1983) mostra que, em 1975, as altas taxas de crescimento são sustentadas pelo investimento público pois as inversões privadas se encontram em forte ritmo de desaceleração. É bom lembrar que tal investimento público é aplicado pelas empresas estatais que, nas Contas Nacionais, são contabilizadas junto às empresas privadas. De qualquer forma o investimento público, exceto estatais, tem neste ano uma de suas melhores performance, atingindo 4,02% do PIB.

A partir da segunda metade da década de setenta, com o crescimento do endividamento externo, associado ao financiamento do II PND e ao crescimento do custo da dívida externa, aumenta a vulnerabilidade da economia brasileira às variáveis externas. A elevação brutal das taxas de juros no mercado internacional, que traz efeitos devastadores sobre as contas externas brasileiras com repercussões desestabilizadoras e fortemente recessivas, especialmente, de 1980 a 1983.

A década de 80 apresenta uma fotografia da crise. Além de anos com fortes reduções no crescimento do produto, a participação média do consumo final no PIB cai de maneira não desprezível, situando-se em torno de 77,6%. A maior redução proporcional ocorreu no consumo das famílias, que fica em torno de 64,3%. A participação média do consumo do governo, no entanto, sobe, ficando em 13,3%. A participação média da

taxa de investimento global do PIB, conseqüentemente, declina expressivamente, ficando em torno de 16,8% na década.

No início dos anos 90 as taxas de investimento da economia assumem proporções ainda menores, atingindo, apenas 13,7% em 1992 e 14,5% em 1993.

A situação da balança comercial de 1981 a 1993, se inverte, apresentando sucessivos superávites. Com a crise do endividamento externo, precipitada pelo segundo choque do petróleo a partir de 1979 e aprofundada pela elevação do juros externos e ainda com a ruptura do mercado internacional de créditos voluntários em 1982 o país passa a realizar um grande esforço de geração de superávites comerciais, para honrar o serviço da dívida externa.

A geração de superávites, exigida pelo ajuste externo, naquele contexto, exigia, como contrapartida, o controle da demanda interna. Diante deste complexo quadro da economia brasileira é importante buscar entender, mais especificamente, como interage o setor público e que repercussões tal setor pode introduzir, para melhora ou piora, na distribuição da renda.

IV.1.2 As Contas do Governo

Apresentaremos agora, as contas do setor governo, avaliando o comportamento dos itens de receita e de despesa, bem como seus resultados em termos de déficit ou superávit operacional do governo.

Apresentamos o orçamento do setor público brasileiro, em valores de 1980, através do quadro 2 e do gráfico 2. O quadro 2.a mostra esses valores como percentagem do PIB.

A arrecadação bruta do governo apresenta um crescimento no início do período analisado, mas mantém sua participação no PIB entre 25% e 26,4% por toda década de setenta (exceção do ano de 1979, quando cai para 24%). No início da década de oitenta, período de auge da manifestação da crise econômica com taxas de variações anuais negativas do PIB, a arrecadação tributária não sofre quedas significativas em suas taxas de participação, exceto em 1984. Em 1985 e 1986, a arrecadação volta a crescer em termos reais e enquanto proporção do PIB. No entanto, torna a cair em 1987/88/89 voltando a se recuperar em 1990, crescendo 19%, quando atinge 29,6% do PIB. De 1991 a 1993 mantém sua proporção do PIB em torno de 26%.

Começaremos a analisar então, o comportamento da receita líquida do governo que se constitui na arrecadação bruta deduzidas as transferências, chamando logo a atenção para as

ORÇAMENTO DO SETOR PÚBLICO-BRASIL (em CR\$ de 1980)													PIB(*)		
ANO	Carga tributária bruta			Transferências					Receita Líquida		Consumo do Governo			Poupança Corrente	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9 = 3-8	10	11	12			13 = 9-12
	Imp. dir	Imp. indir	Total	juros dívida pub. interna	juros dívida pub. externa	Assistência e Previdência	Subsídios	Total		salários e encargos	Bens e serviços	Total			
1970	507,76	920,46	1.428,22	28,29	2,83	451,60	42,36	525,08	903,14	456,01	166,62	622,64	280,51	5.498,00	
1971	584,90	950,47	1.535,37	23,53	4,71	429,92	49,01	507,16	1.028,21	504,18	170,28	674,45	353,76	6.119,00	
1972	717,04	1.063,30	1.780,34	19,75	11,85	500,01	47,27	578,87	1.201,47	544,53	192,67	737,20	464,26	6.856,00	
1973	849,34	1.214,48	2.063,82	32,20	8,05	550,58	96,05	686,88	1.376,94	575,42	240,88	816,30	580,64	7.815,00	
1974	921,72	1.307,77	2.229,49	35,83	8,36	540,66	192,38	777,22	1.452,27	577,64	252,59	830,23	622,03	8.521,00	
1975	1.059,43	1.301,50	2.360,93	35,69	17,84	629,35	252,13	935,01	1.425,92	668,37	285,27	953,64	472,28	8.965,00	
1976	1.150,02	1.332,29	2.482,31	48,35	18,13	710,78	153,29	930,55	1.551,76	706,32	329,25	1.035,57	516,19	9.843,00	
1977	1.255,03	1.377,93	2.632,97	49,61	16,54	746,57	154,23	966,94	1.666,02	676,75	294,73	971,48	694,54	10.236,00	
1978	1.324,50	1.441,49	2.765,98	50,59	20,83	875,53	200,92	1.147,87	1.618,11	744,57	297,44	1.042,01	576,11	10.792,00	
1979	1.416,20	1.390,65	2.806,86	63,02	32,47	887,93	218,22	1.201,64	1.605,22	795,45	331,64	1.127,09	478,13	11.571,00	
1980	1.384,00	1.674,00	3.058,00	94,00	46,00	962,00	478,00	1.580,00	1.478,00	781,00	358,00	1.139,00	339,00	12.508,00	
1981	1.435,17	1.580,78	3.015,94	132,15	35,90	1.005,31	328,12	1.501,49	1.514,45	789,89	350,06	1.139,95	374,50	11.976,00	
1982	1.591,58	1.576,45	3.168,02	146,85	143,38	1.075,36	311,07	1.676,66	1.491,36	883,85	370,61	1.254,46	236,90	12.076,00	
1983	1.540,05	1.610,14	3.150,18	182,88	182,88	1.051,13	332,87	1.749,76	1.400,42	830,79	383,24	1.214,03	186,39	11.723,00	
1984	1.562,28	1.429,71	2.991,99	256,98	218,68	1.064,62	218,31	1.758,59	1.233,40	775,35	360,65	1.136,00	97,39	12.355,00	
1985	1.824,06	1.612,20	3.436,26	310,45	201,19	1.104,56	242,50	1.857,37	1.578,89	1.059,26	446,35	1.505,61	73,28	13.324,00	
1986	1.928,74	1.867,40	3.796,14	170,44	193,36	1.192,88	220,40	1.777,08	2.019,05	1.093,20	505,14	1.598,34	420,72	14.323,00	
1987	1.811,40	1.784,80	3.596,21	149,76	225,39	1.162,13	244,49	1.781,77	1.814,43	1.197,05	676,83	1.873,89	-59,45	14.828,00	
1988	1.739,80	1.721,48	3.461,28	234,14	254,89	1.135,08	193,77	1.817,88	1.643,40	1.252,93	740,24	1.993,17	-349,77	14.819,00	
1989	1.848,32	1.781,80	3.630,12	218,62	308,82	1.239,90	318,91	2.086,26	1.543,86	1.607,40	761,54	2.368,94	-825,08	15.288,00	
1990	2.069,32	2.256,02	4.325,34	-147,57	309,75	1.307,89	271,03	1.741,10	2.584,24	1.653,99	811,64	2.465,63	118,60	14.811,00	
1991	1.744,72	1.989,92	3.734,64	-77,63	194,81	1.297,30	269,36	1.683,84	2.050,80	1.348,13	872,82	2.220,96	-170,15	14.647,00	
1992	1.911,38	2.011,74	3.923,12	345,86	139,51	1.467,26	295,74	2.248,37	1.674,75	1.440,46	954,16	2.394,62	-719,87	14.532,00	
1993	2.017,69	1.971,70	3.989,39	84,72	181,55	1.661,34	68,93	1.996,54	1.992,85	1.451,72	1.042,94	2.494,66	-501,81	15.129,00	

Fonte: BGE Contas Nacionais 1987, 1994; Banco Central-Departamento Econômico 1990, 1994

obs: valores reais obtidos aplicando-se as percentagens do PIB nominal sobre o PIB real.

(*)- Deflacionado pelos valores dos respectivos itens que compõe a Demanda Agregada

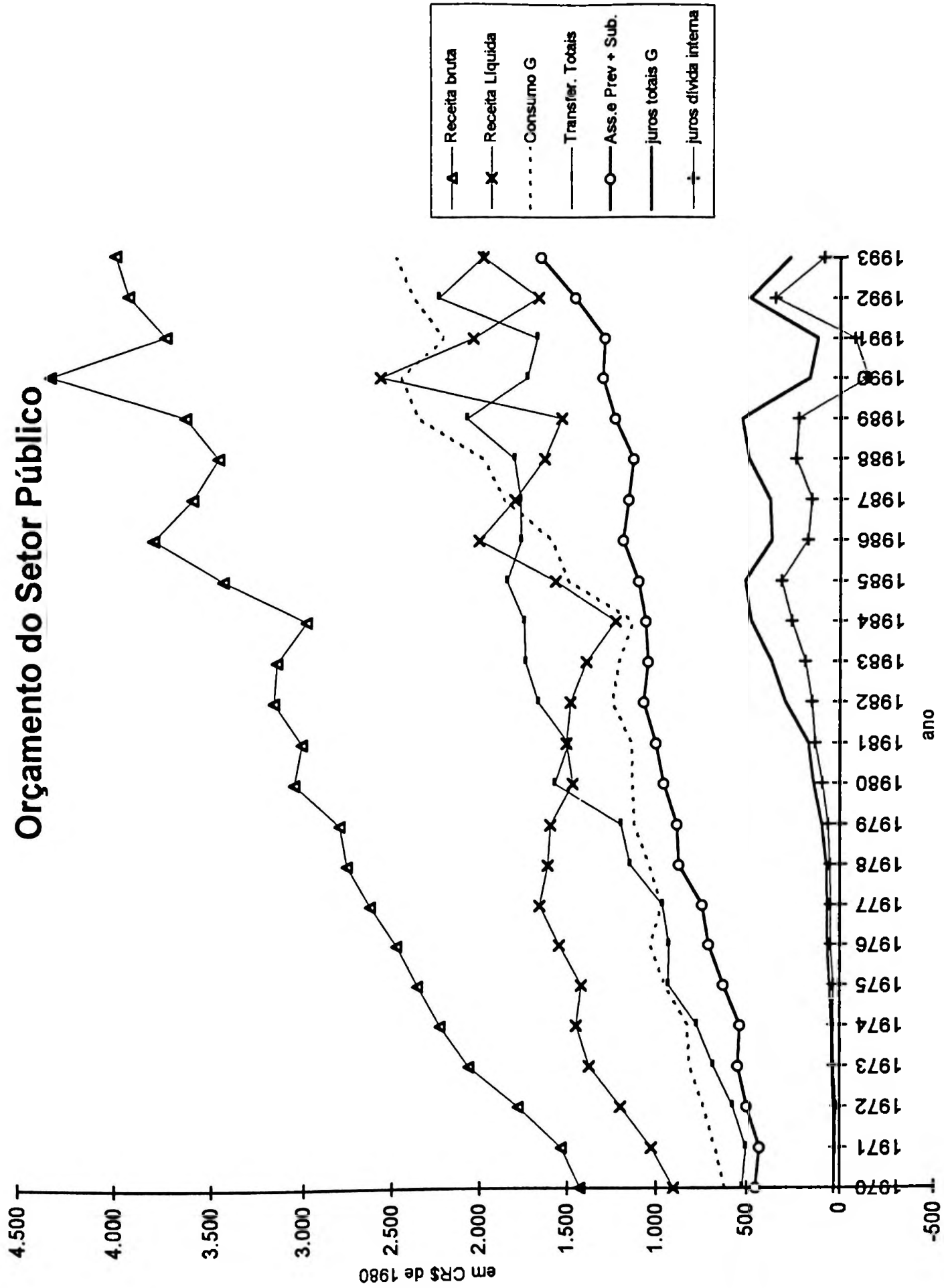
ORÇAMENTO DO SETOR PÚBLICO-BRASIL (em % sobre o PIB)

ANO	Carga tributária bruta			Transferências								Receita Líquida			Consumo do Governo			Poupança Corrente
	1	2	3	4	5	6	7	8	9=3-8	10	11	12	13=9-12					
														Imp. dir	Imp. indir	Total	juros dívida pub. interna	
1970	9,24%	16,74%	25,98%	0,51%	0,05%	8,21%	0,77%	9,55%	16,43%	8,29%	3,03%	11,32%	5,10%					
1971	9,56%	15,53%	25,09%	0,38%	0,08%	7,03%	0,80%	8,29%	16,80%	8,24%	2,78%	11,02%	5,78%					
1972	10,46%	15,51%	25,97%	0,29%	0,17%	7,29%	0,69%	8,44%	17,52%	7,94%	2,81%	10,75%	6,77%					
1973	10,87%	15,54%	26,41%	0,41%	0,10%	7,05%	1,23%	8,79%	17,62%	7,36%	3,08%	10,45%	7,17%					
1974	10,82%	15,35%	26,16%	0,42%	0,10%	6,35%	2,26%	9,12%	17,04%	6,78%	2,96%	9,74%	7,30%					
1975	11,82%	14,52%	26,33%	0,40%	0,20%	7,02%	2,81%	10,43%	15,91%	7,46%	3,18%	10,64%	5,27%					
1976	11,68%	13,54%	25,22%	0,49%	0,18%	7,22%	1,56%	9,45%	15,77%	7,18%	3,35%	10,52%	5,24%					
1977	12,19%	13,38%	25,57%	0,48%	0,16%	7,25%	1,50%	9,39%	16,18%	6,57%	2,86%	9,44%	6,75%					
1978	12,27%	13,36%	25,63%	0,47%	0,19%	8,11%	1,86%	10,64%	14,99%	6,90%	2,76%	9,66%	5,34%					
1979	12,24%	12,02%	24,26%	0,54%	0,28%	7,67%	1,89%	10,38%	13,87%	6,87%	2,87%	9,74%	4,13%					
1980	11,06%	13,38%	24,45%	0,75%	0,37%	7,69%	3,82%	12,63%	11,82%	6,24%	2,86%	9,11%	2,71%					
1981	11,98%	13,20%	25,18%	1,10%	0,30%	8,39%	2,74%	12,54%	12,65%	6,60%	2,92%	9,52%	3,13%					
1982	13,18%	13,05%	26,23%	1,22%	1,19%	8,90%	2,58%	13,88%	12,35%	7,32%	3,07%	10,39%	1,96%					
1983	13,14%	13,73%	26,87%	1,56%	1,56%	8,97%	2,84%	14,93%	11,95%	7,09%	3,27%	10,36%	1,59%					
1984	12,64%	11,57%	24,22%	2,08%	1,77%	8,62%	1,77%	14,23%	9,98%	6,28%	2,92%	9,19%	0,79%					
1985	13,69%	12,10%	25,79%	2,33%	1,51%	8,29%	1,82%	13,94%	11,85%	7,95%	3,35%	11,30%	0,55%					
1986	13,47%	13,04%	26,50%	1,19%	1,35%	8,33%	1,54%	12,41%	14,10%	7,63%	3,53%	11,16%	2,94%					
1987	12,22%	12,04%	24,25%	1,01%	1,52%	7,84%	1,65%	12,02%	12,24%	8,07%	4,56%	12,64%	-0,40%					
1988	11,74%	11,62%	23,36%	1,58%	1,72%	7,66%	1,31%	12,27%	11,09%	8,45%	5,00%	13,45%	-2,36%					
1989	12,09%	11,65%	23,74%	1,43%	2,02%	8,11%	2,09%	13,65%	10,10%	10,51%	4,98%	15,50%	-5,40%					
1990	14,16%	15,44%	29,60%	-1,01%	2,12%	8,95%	1,86%	11,92%	17,69%	11,32%	5,55%	16,88%	0,81%					
1991	11,91%	13,59%	25,50%	-0,53%	1,33%	8,86%	1,84%	11,50%	14,00%	9,20%	5,96%	15,16%	-1,16%					
1992	13,15%	13,84%	27,00%	2,38%	0,96%	10,10%	2,04%	15,47%	11,52%	9,91%	6,57%	16,48%	-4,95%					
1993	13,34%	13,03%	26,37%	0,56%	1,20%	10,93%	0,46%	13,20%	13,17%	9,60%	6,89%	16,49%	-3,32%					

Fonte: IBGE Contas Nacionais 1987, 1994; Banco Central-Departamento Econômico 1990, 1994

obs: percentagens obtidas a partir dos valores nominais sobre o PIB nominal

Orçamento do Setor Público



quedas de sua participação no PIB, que podemos considerar não abruptas porém persistentes, a partir de 1975.

Os dados revelam que de 1970 a 1974 a receita líquida apresenta suas melhores performances, que só vai se reproduzir em 1990, situando-se em torno de 17% do PIB. Tal resultado ocorreu devido, de um lado, a um bom desempenho relativo da carga tributária que atingia aproximadamente 29,6% do PIB e de outro, ao volume de transferências que foi menos pressionado pelos juros internos e pelos subsídios. De 1974 a 1979, as quedas que se pode observar na receita líquida decorrem, fundamentalmente, do crescimento dos subsídios.

Em 1980 a receita líquida se reduz para 11,8% do Produto devido principalmente a uma alavancagem no nível dos subsídios que, neste ano, cresceu em relação ao ano anterior, 119% e o total das transferências cresceu 31,5%. A partir de 1982 o nível dos subsídios se faz acompanhar por uma pressão maior dos juros internos e externos. As transferências de assistência e previdência embora se constituam numa saída de recursos de grande expressão, não apresenta grandes oscilações até 1992/1993, mas apresentam alguma tendência de crescimento. De fato, nos anos 70 pode-se dizer que tal item teve uma participação média de 7,4% do PIB, nos anos 80 situou-se, em torno de 8,1% e, em 1992 e 1993, como nos referimos acima, tais transferências atingem,

respectivamente, um patamar de 10,1% e 11,0% do PIB, não se verificando tais proporções em nenhum ano anterior.

É interessante observar crescimentos significativos na receita líquida em 1985, 1986 e 1990, anos em que são implementados novos governos, "Nova República" em 1985 e, principalmente, planos de estabilização como o Plano Cruzado (1986) e Plano Collor em 1990. Nestes casos convém notar que a receita tributária aumentou e que o volume de transferências teve algum declínio produzindo uma receita líquida maior. Isto não foi porém, suficiente para se evitar déficits públicos conforme veremos mais adiante.

No que se refere a participação do consumo do governo ou de sua despesa corrente, verifica-se que no início dos anos 70, este situou-se em torno de 11% do PIB, caindo, na segunda metade da década, para algo em torno de 9,5% devido a uma ligeira queda em termos reais ocorrida em 1977, de tal forma que a participação média do consumo do governo na década de 70 foi da ordem de 10,4% do PIB.

Na primeira metade dos anos oitenta, período com taxas negativas de variação do Produto, a participação média do consumo do governo caiu para 9,7% do PIB. Na segunda metade da década de 80, o consumo do governo volta a crescer em termos reais, e atinge 15,5% em 1989 e a partir de 1990, passa a representar algo em torno de 16% do PIB. Para estes

resultados contribuem tanto o crescimento real do gasto do governo com pessoal como o crescimento real do custeio.

O que é interessante de se observar é que o consumo e a receita líquida do governo têm um comportamento que estabelece alguma consistência entre ambos pelo menos até a primeira metade da década de 80. De 1987 a 1989 qualquer sincronia entre receita e despesa do governo deixa de existir. Isto se encontra bem visível no gráfico 2 quando o consumo do governo cresce em termos reais, e a receita líquida se reduz significativamente. Em 1990 a receita líquida cresce, ficando levemente superior ao consumo do governo. Mas, de 1991 em diante, a receita líquida volta a cair passando a ser menor que o consumo do governo. De forma que a poupança do governo, ver a seguir gráfico 4, cai de um patamar da ordem de 6% de 1970/78 para 2,7% em 1980, tornando-se negativa a partir de 1987 até 1993, exceção feita para o ano de 1990.

A posição negativa da poupança do governo a partir de 1987, gráfico 4, é resultado, por um lado, da queda na arrecadação tributária bruta naquele ano, a que já nos referimos acima, e do crescimento das transferências do governo, o que só pode resultar em redução da receita líquida disponível para o consumo do governo. E por outro lado dada a posição da receita líquida, a poupança do governo dependerá do nível do consumo do governo em especial do item de gastos

com pessoal que é o mais expressivo. Desta maneira torna-se importante agora analisarmos com mais atenção a relação entre a receita líquida do governo e as suas despesas com pessoal.

É realmente impressionante como, embora existindo uma tendência de queda na receita líquida do governo na década de oitenta, a despesa de consumo do governo apresenta uma tendência de crescimento a partir de 1985. Dentro da despesa corrente, o componente de maior expressão em valor é a despesa com pessoal que cresce, sendo que, a partir de 1989 mais que dobra em relação a 1984, refletindo um comportamento muito diferente daquele observado para a receita líquida.

Em resumo, enquanto a receita líquida de 1980 em relação a 1984, caiu 20%, de 1985 a 1989 caiu 2,3% e de 1985 a 1990 cresceu 64%, o gasto do governo com salários e encargos caiu 0,7% de 1980 a 1984, cresceu 52% de 1985 a 1989 e 56% de 1985 a 1990. O extraordinário crescimento ocorrido na receita líquida em 1990 foi decorrência do Plano Collor que propiciou um salto na arrecadação tributária tanto pelo efeito da redução das taxas de inflação, como também ao permitir que os cruzados novos bloqueados pudessem ser utilizados para pagamento de impostos correntes ou em atrasos. No entanto, a queda na arrecadação já foi expressiva em 1991, recuperando-se um pouco em 1992 e 1993 sem jamais atingir o nível de 1990.

No quadro 3. apresentamos a poupança e o investimento do governo, a sua receita líquida global e sua despesa global. Tais dados nos permitiram obter resultados das contas do governo em termos de déficit ou superávit . No quadro 3.a apresentamos estes mesmos dados enquanto suas participações no PIB. Acrescentamos os gráficos 3 e 4 que apresentam com mais nitidez os desacertos nas contas públicas a partir da segunda metade da década de oitenta.

Ao examinarmos os dados dos quadros referidos logo acima, e os gráficos 3 e 4, podemos constatar que o governo obtém superávites até 1981. De 1982 até o final da série que estamos analisando ocorrem déficits operacionais que são inicialmente pequenos, passando a crescer consideravelmente a partir de 1985 exceção feita a 1986 que fica em apenas 0,28% e 1990 em 2,96% do PIB.

Para os nossos propósitos faz-se necessário compreender melhor os resultados expostos no referido quadro 3 e nos gráficos 3 e 4.

De 1982 a 1984, verifica-se um esforço de equilíbrio nas contas públicas não permitindo crescimento no consumo, e assim, mesmo com poupança positiva, os investimentos do governo também se contraem minimizando o déficit. É bom lembrar que a taxa de crescimento do PIB havia sido -4,5% em 1981 e -2,94% em 1983.

QUADRO 3

DÉFICIT OU SUPERÁVIT DO GOVERNO						
(em CR\$ de 1980, conforme deflator implícito do PIB)						
<i>ANO</i>	<i>Receita Líquida</i>	<i>Despesa Corrente</i>	<i>Investimento</i>	<i>Despesa Global</i>	<i>Déficit ou Superávit</i>	<i>PIB</i>
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4 = 3 + 2</i>	<i>5 = 1 - 4</i>	
1970	903,14	622,64	243,00	865,64	37,51	5.498,00
1971	1.028,21	674,45	260,00	934,45	93,76	6.119,00
1972	1.201,47	737,20	266,00	1.003,20	198,26	6.856,00
1973	1.376,94	816,30	306,00	1.122,30	254,64	7.815,00
1974	1.452,27	830,23	343,00	1.173,23	279,03	8.521,00
1975	1.425,92	953,64	370,00	1.323,64	102,28	8.965,00
1976	1.551,76	1.035,57	398,00	1.433,57	118,19	9.843,00
1977	1.666,02	971,48	340,00	1.311,48	354,54	10.296,00
1978	1.618,11	1.042,01	339,00	1.381,01	237,11	10.792,00
1979	1.605,22	1.127,09	282,00	1.409,09	196,13	11.571,00
1980	1.478,00	1.139,00	293,00	1.432,00	46,00	12.508,00
1981	1.514,45	1.139,95	318,00	1.457,95	56,50	11.976,00
1982	1.491,36	1.254,46	295,00	1.549,46	-58,10	12.076,00
1983	1.400,42	1.214,03	230,00	1.444,03	-43,61	11.723,00
1984	1.233,40	1.136,00	260,00	1.396,00	-162,61	12.355,00
1985	1.578,89	1.505,61	327,00	1.832,61	-253,72	13.324,00
1986	2.019,05	1.598,34	461,00	2.059,34	-40,28	14.323,00
1987	1.814,43	1.873,89	495,00	2.368,89	-554,45	14.828,00
1988	1.643,40	1.993,17	501,00	2.494,17	-850,77	14.819,00
1989	1.543,86	2.368,94	484,00	2.852,94	-1.309,08	15.288,00
1990	2.584,24	2.465,63	551,00	3.016,63	-432,40	14.611,00
1991	2.050,80	2.220,96	493,00	2.713,96	-663,15	14.647,00
1992	1.674,75	2.394,62	548,00	2.942,62	-1.267,87	14.532,00
1993	1.992,85	2.494,66	488,00	2.982,66	-989,81	15.129,00

Fonte: IBGE Contas Nacionais 1987,1994;
Banco Central-Departamento Econômico 1990,1994

QUADRO 3.A.

DÉFICIT OU SUPERÁVIT DO GOVERNO					
(em percentagem sobre o PIB)					
<i>ANO</i>	<i>Receita Líquida</i>	<i>Despesa Corrente</i>	<i>Investimento</i>	<i>Despesa Global</i>	<i>Déficit ou Superávit</i>
	1	2	3	4 = 3 + 2	5 = 1 - 4
1970	16,43%	11,32%	4,42%	15,74%	0,68%
1971	16,80%	11,02%	4,25%	15,27%	1,53%
1972	17,52%	10,75%	3,88%	14,63%	2,89%
1973	17,62%	10,45%	3,92%	14,36%	3,26%
1974	17,04%	9,74%	4,03%	13,77%	3,27%
1975	15,91%	10,64%	4,13%	14,76%	1,14%
1976	15,77%	10,52%	4,04%	14,56%	1,20%
1977	16,18%	9,44%	3,30%	12,74%	3,44%
1978	14,99%	9,66%	3,14%	12,80%	2,20%
1979	13,87%	9,74%	2,44%	12,18%	1,70%
1980	11,82%	9,11%	2,34%	11,45%	0,37%
1981	12,65%	9,52%	2,66%	12,17%	0,47%
1982	12,35%	10,39%	2,44%	12,83%	-0,48%
1983	11,95%	10,36%	1,96%	12,32%	-0,37%
1984	9,98%	9,19%	2,10%	11,30%	-1,32%
1985	11,85%	11,30%	2,45%	13,75%	-1,90%
1986	14,10%	11,16%	3,22%	14,38%	-0,28%
1987	12,24%	12,64%	3,34%	15,98%	-3,74%
1988	11,09%	13,45%	3,38%	16,83%	-5,74%
1989	10,10%	15,50%	3,17%	18,66%	-8,56%
1990	17,69%	16,88%	3,77%	20,65%	-2,96%
1991	14,00%	15,16%	3,37%	18,53%	-4,53%
1992	11,52%	16,48%	3,77%	20,25%	-8,72%
1993	13,17%	16,49%	3,23%	19,71%	-6,54%

Fonte: IBGE Contas Nacionais 1987,1994;

Banco Central-Departamento Económico 1990,1994

GRÁFICO 3

Déficit do Setor Público

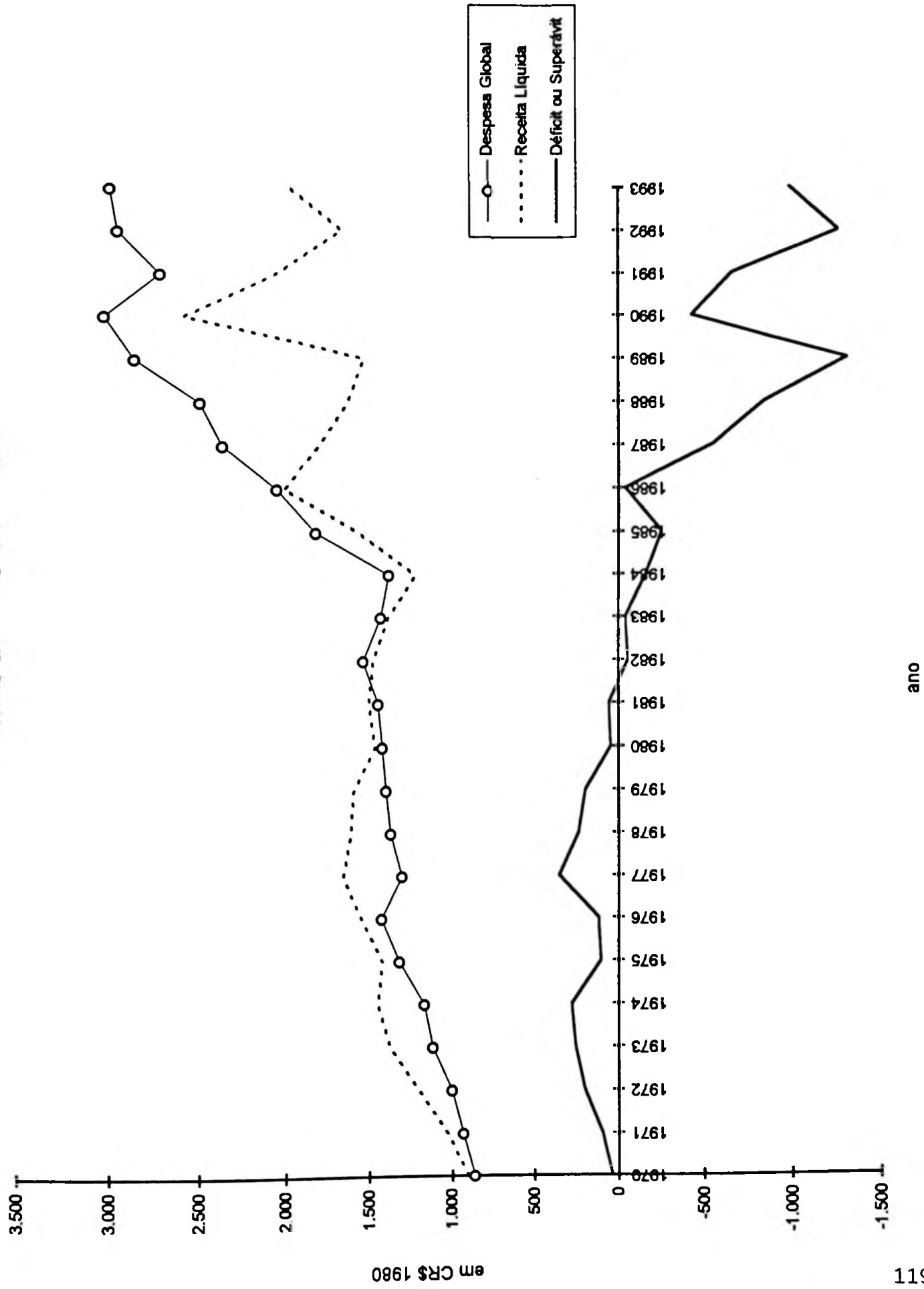
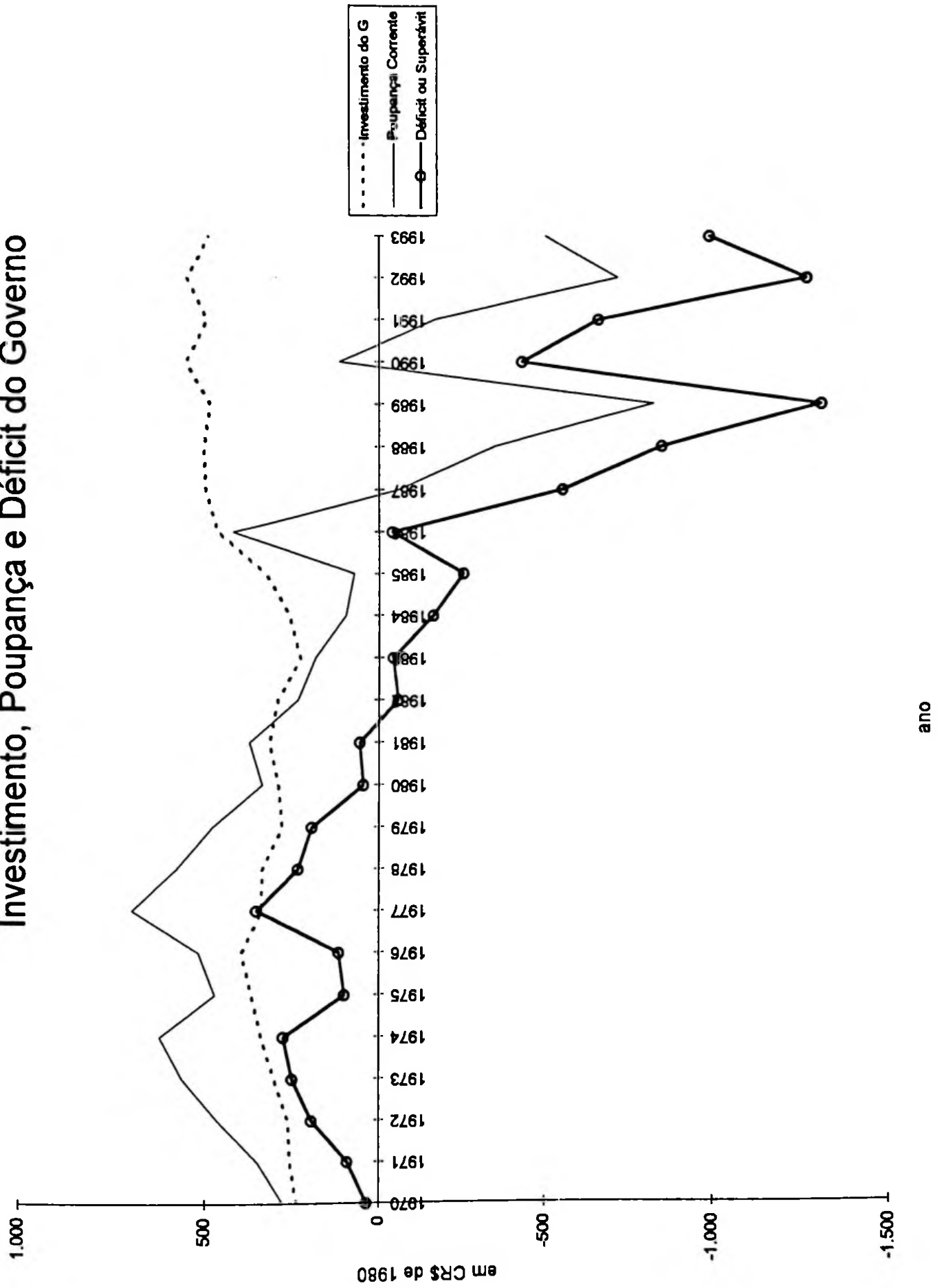


GRÁFICO 4

Investimento, Poupança e Déficit do Governo



A partir de 1985 os resultados apontam gastos expansionistas. Enquanto o PIB cresce em termos reais, em média, 2,3% de 1985 a 1993 o consumo do governo cresce 9,7% e a despesa com pessoal cresce 8,3%.

O consumo do governo, à partir de 1987, torna-se maior que a receita líquida do governo, resultando em poupança negativa. Isso estreita enormemente o espaço para o investimento público.

O investimento público, desejável pelos seus efeitos multiplicadores na economia, não se constitui, portanto, no principal item responsável pela pressão significativa de crescimento que ocorre na despesa global, no referido período, e, conseqüentemente, no nível do déficit. A relação da poupança, do investimento e do déficit público consta do gráfico 4.

O déficit decorre, tanto de pressões que fazem reduzir a receita líquida, quanto de pressões que fazem aumentar as despesas do governo.

O déficit decorre, de um lado, do volume das tranferencias, que na década de setenta representou em média 9,4% do PIB e na década de oitenta passou para algo em torno de 13% do PIB. Para isso contribuíram todos os elementos que compõem as tranferencias: os juros da dívida pública interna

crecem significativamente em relação a década de setenta; os juros da dívida pública externa também crescem aumentando sua participação no PIB para aproximadamente 2% em média na década, não ficando muito distante da participação dos subsídios que só ultrapassam de modo significativo os juros externos de 1980 a 1983; por fim é a transferência para assistência e previdência a mais relevante em termos de volume pois tem representado mais de 60% do total das transferências se movimentando em torno de 7% a 9% do PIB. Em 1992 e 1993 assistência e previdência passa a representar 10,10% e 10,98% do PIB respectivamente.

O déficit decorre, de outro lado, dos gastos com salários e encargos, que se constituíram na maior fonte de pressão na despesa do governo. Na década de 1970 os salários e encargos participavam em média 7,4% do PIB. De 1980 a 1984, tais valores, em termos reais, não se alteraram significativamente, com uma participação média no Produto na casa dos 6,7%. De 1985 a 1993 a despesa com pessoal cresceu significativamente em termos reais, passando a participação média no PIB para 9,2%. Não se pode esquecer também as despesas de custeio que, embora com menores valores, a partir de 1990 crescem expressivamente.

Os gastos com investimento do governo na primeira metade da década de oitenta estiveram em torno de 2,4% do PIB, exceção feita ao ano de 1983 que foi de 1,96%. Na segunda

metade da referida década a taxa de investimento do governo situou-se em torno de 3,5% do PIB. Quando olhamos o gráfico 4 constatamos que de fato o investimento não sofre grandes oscilações, nem sua tendência se altera significativamente no período por nós estudado.

IV.1.3 O Setor Externo

O setor externo brasileiro tem apresentado grandes desequilíbrios, tanto a nível da balança comercial como o nível da balança de transações correntes. Esses desequilíbrios se refletem nos déficits e superávites que vão permear a economia ao longo do período aqui analisado. Para efeito de nossa análise, não apenas a quantidade mas, sobretudo, a origem/destino do déficit ou do superávit serão aqui considerados, pois se constituem de extrema relevância para determinação do salário real e, portanto, da distribuição da renda.

O saldo da balança comercial já expresso no quadro 1 e nos gráficos 1 e 2, muda de comportamento entre a década de setenta e a de oitenta. A primeira com sucessivos déficits, que crescem em termos reais, especialmente, em 1974 e 1975 quando representam 8,73% e 6,72% do PIB. A segunda, com sucessivos superávites, os quais estiveram mais altos nos dois últimos anos da série aqui estudada.

Quando olhamos o saldo da balança de transações correntes, no quadro 4 e gráfico 5, verificamos que este foi também sistematicamente negativo por toda década de setenta, embora, relativamente pequeno até 1973. Os resultados observados na década de setenta não se reproduzem, com a mesma frequência, dimensão e sentido, na década de oitenta, exceto no período de 1980 a 1982 (quando ocorreram os maiores déficits, por ocasião da explosão do juro internacionais). A partir de 1983, embora com fortes oscilações, o déficit de transações não apenas desce de patamar como, em alguns anos, apresenta superávit.

O resultado dessas duas balanças nos diz que o Brasil usou outro tipo de financiamento nos anos setenta, que foi o do endividamento externo, dispensando a pressão na balança por superávit comercial. Cruz (1983) ressalta o intenso processo de endividamento externo experimentado pela economia brasileira nessa década, periodizando as características de tal processo.

No início da década, até 1973, tal dívida crescia pela "convergência de uma situação de grande liquidez internacional com a de um ciclo expansivo interno". A partir de 1974, a despeito de uma conjuntura internacional altamente recessiva, o endividamento se acentua, financiando a "manutenção de elevadas taxas de crescimento - notadamente

(continua)

Juros externos, Remessa de lucros para o exterior, Taxa de câmbio e saldo da balança de transações correntes (em US\$ milhões)												
% dos juros do setor público e privado sobre juros totais												
ANO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Juros externos - total	234,00	302,00	359,00	514,00	652,40	1.498,00	1.809,50	2.103,50	2.695,00	4.185,50	6.311,10	9.161,00
Juros externos - Governo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juros externos - Privado	21,77	37,82	101,11	81,62	103,09	246,09	281,08	277,78	386,74	634,33	872,87	767,59
	9,30%	12,62%	28,16%	16,88%	16,80%	16,43%	15,63%	13,21%	14,36%	16,18%	13,83%	8,38%
Remessa líquida de lucro	212,23	264,18	257,89	432,38	549,31	1.251,91	1.528,42	1.825,72	2.308,26	3.551,17	5.438,23	8.393,41
	90,70%	87,48%	71,84%	84,12%	84,20%	83,57%	84,47%	86,79%	85,85%	84,84%	86,17%	91,62%
Saldo Bal. de Trans. Correntes	119,00	118,00	161,00	198,40	248,10	234,70	379,60	455,10	560,50	635,70	309,80	369,60
Taxa de câmbio(Cr\$/US\$)	-562,00	-1.309,00	-1.489,00	-1.688,00	-7.122,40	-6.751,30	-6.133,20	-4.037,30	-5.891,70	-10.741,60	-12.807,00	-11.734,30
	4,59E-06	5,29E-06	5,93E-06	6,13E-06	6,79E-06	8,13E-06	1,07E-05	1,44E-05	1,81E-05	2,68E-05	5,27E-05	9,38E-05

(continuação)

Juros externos, Remessa de lucros para o exterior, Taxa de câmbio e saldo da balança de transações correntes (em US\$ milhões)												
% dos juros do setor público e privado sobre juros totais												
ANO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Juros externos - total	11.353,30	9.555,40	10.202,70	9.659,40	9.327,00	8.792,00	9.832,00	9.633,00	9.748,00	8.621,00	7.253,00	8.453,00
Juros externos - Governo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juros externos - Privado	3.211,11	2.942,11	3.328,42	2.941,38	3.464,14	4.294,66	5.287,17	8.321,65	9.269,55	5.097,27	3.711,67	5.238,46
	28,28%	30,79%	32,82%	30,46%	37,14%	48,86%	53,78%	86,38%	95,09%	59,13%	51,17%	61,97%
Remessa líquida de lucro	8.142,19	6.613,29	6.874,28	6.718,02	5.862,86	4.497,34	4.544,83	1.311,35	478,45	3.523,73	3.541,33	3.214,54
	71,72%	69,21%	67,38%	69,56%	62,86%	51,15%	46,22%	13,61%	4,91%	40,87%	48,83%	38,03%
Saldo Bal. de Trans. Correntes	585,20	757,80	796,10	1.056,50	1.350,40	910,00	1.539,00	2.383,00	1.592,00	665,00	584,00	1.805,00
Taxa de câmbio(Cr\$/US\$)	-16.310,50	-6.837,40	44,80	-241,50	-5.304,10	-1.436,00	4.175,00	1.033,00	-3.782,00	-1.407,00	6.143,00	-637,00
	1,80E-04	5,80E-04	1,85E-03	0,01	0,01	0,04	0,26	2,84	68,55	409,75	4.400,00	88.500,00

Fonte: Conjuntura Econômica maio-setembro/1984, janeiro/1995, BACEN - Boletim jul.76, mai.84, jan.88; Departamento Econômico 1990-1994.

(continua)

Saldo da Balança Comercial por setores da economia(em US\$ milhão)												
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Bens de consumo	1.585.829	1.519.465	2.357.944	3.602.931	3.562.897	4.230.050	5.174.500	7.076.290	6.151.294	6.414.590	9.079.538	10.121.572
Bens de capital	-734.374	-1.155.244	-1.596.628	-2.078.491	-3.865.306	-3.497.017	-2.565.813	-1.727.076	-1.411.222	-751.854	-458.823	1.365.169
Outros	-619.429	-707.758	-1.002.445	-1.517.478	-4.381.826	-4.273.429	-4.863.366	-5.252.451	-5.764.274	-8.502.420	-11.443.481	-10.284.286
petróleo bruto	-173.612	-250.648	-343.918	-605.790	-2.558.065	-2.673.540	-3.353.908	-3.602.388	-4.083.702	-6.283.525	-9.372.420	-10.603.996

(continuação)

Saldo da Balança Comercial por setores (em US\$ milhão)												
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Bens de consumo	8.247.590	10.073.653	13.148.500	10.677.000	7.672.000	9.786.000	13.192.000	10.713.000	9.487.000	9.315.000	10.656.000	11.370.000
Bens de capital	1.710.758	2.976.379	4.230.082	5.347.000	4.075.000	5.073.000	9.258.000	8.836.000	5.956.000	8.674.000	8.925.000	7.120.000
Outros	-9.178.275	-6.578.643	-4.289.067	-3.553.000	-3.442.000	-3.686.000	-3.266.000	-3.429.000	-4.391.000	-5.385.000	-4.342.000	-5.418.000
petróleo bruto	-9.585.867	-7.882.277	-6.735.473	-5.418.000	-2.786.000	-3.859.000	-3.194.000	-3.390.000	-4.282.000	-3.370.000	-3.069.000	-2.142.000

Fontes: Relatórios CACEX 1974, 1979 e 1984; BACEN 1985, 1987, 1989, 1990, 1991 e 1993.

GRÁFICO 5

Juros externos, Remessa de Lucro e Saldo da Balança de Transações Correntes

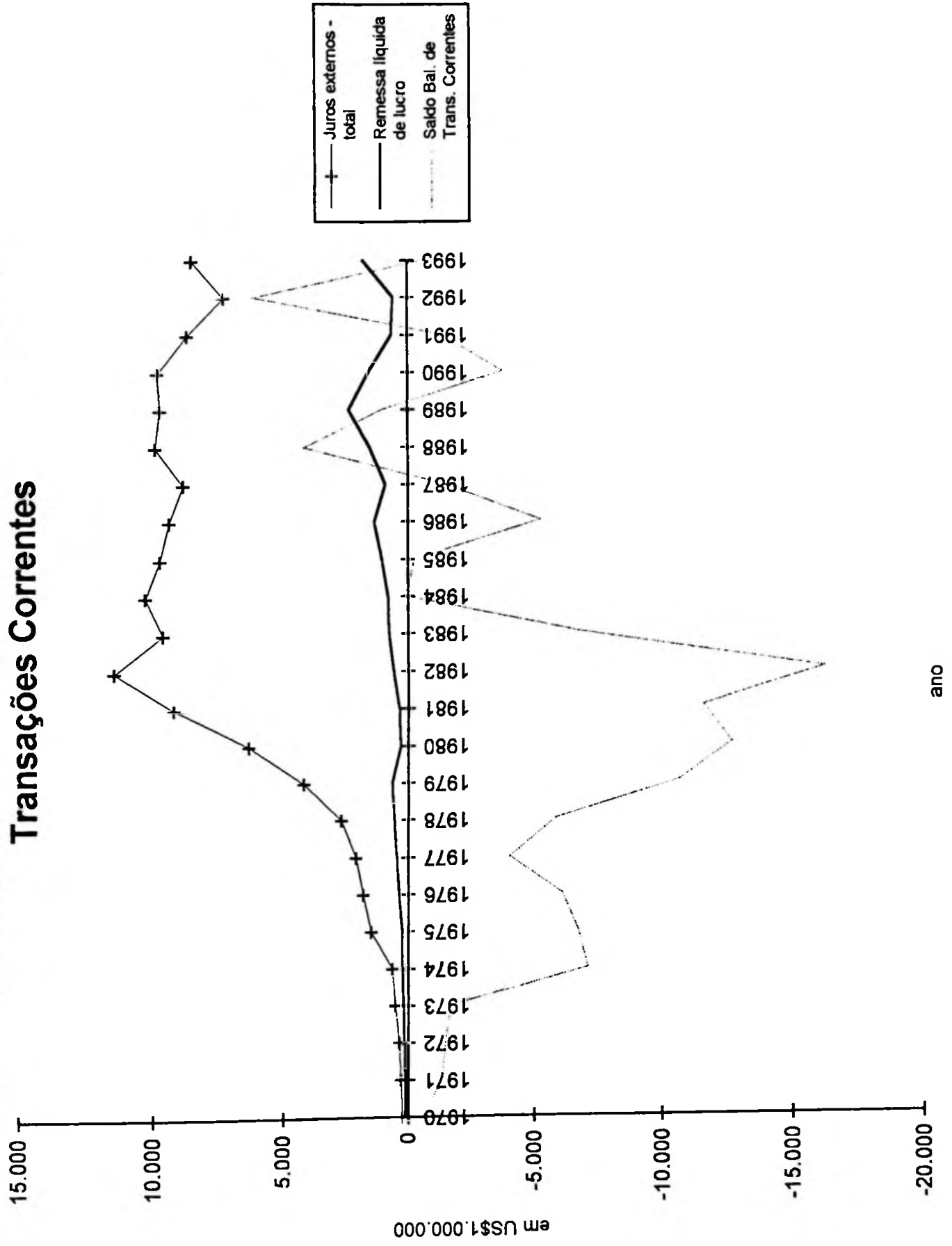
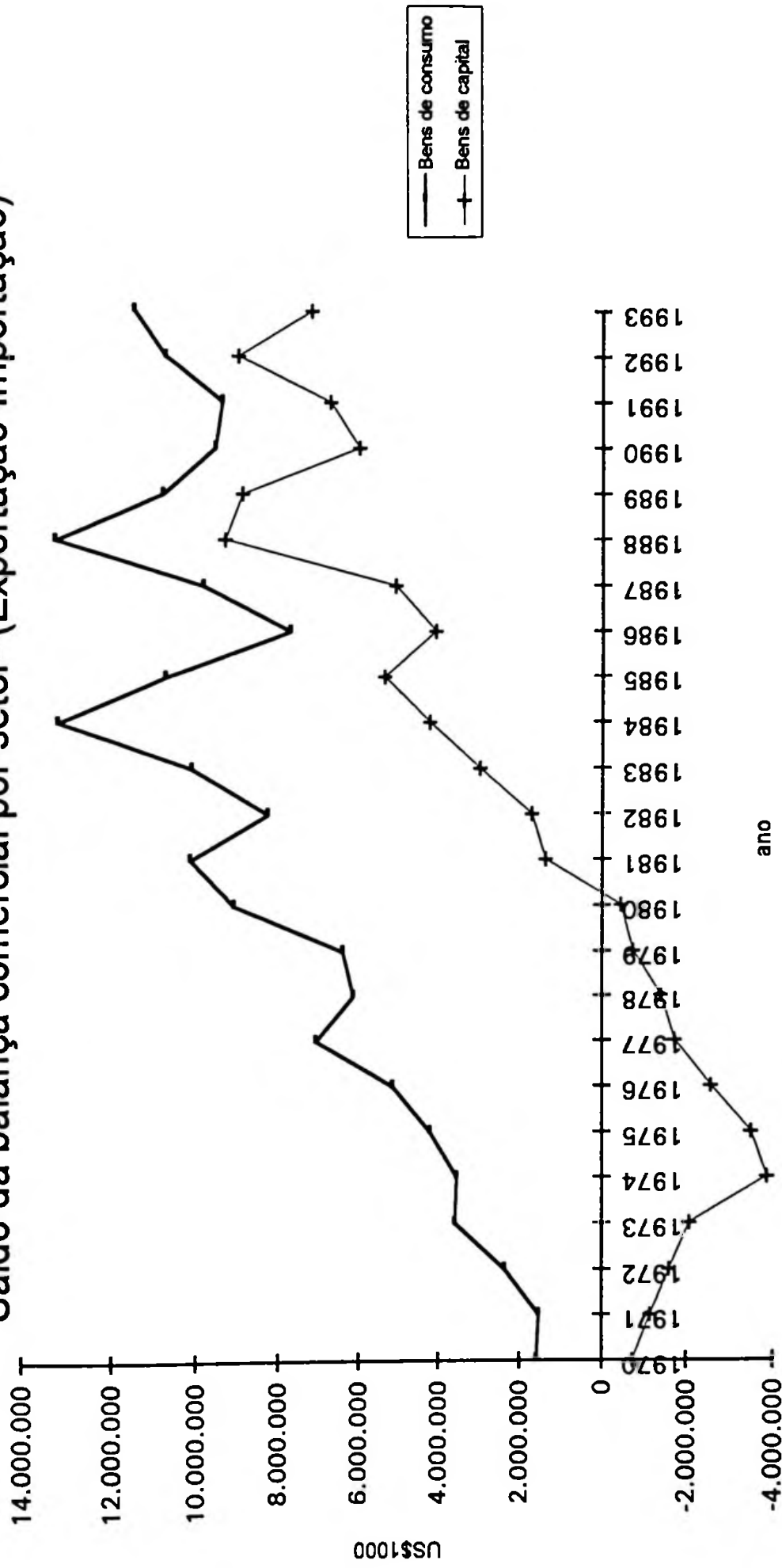


GRÁFICO 6

Saldo da balança comercial por setor- (Exportação-Importação)



via inversões em projetos contemplados pelo II PND - com um total descaso frente a crise internacional". A crise do endividamento externo a partir de 1979, faz com que o País passe a realizar um grande esforço de geração de superávites comerciais.

Evidentemente que essas formas de financiamento via financiamento externo ou superávites comerciais produzem impactos diferenciados, conforme ressaltado acima, na balança de transações correntes. No quadro 4, podemos a verificar, na década de setenta, o movimento dos juros externos que embora cresçam desde o início de nossa série, simplesmente mais que dobram em 1975. Tal fato está associado ao primeiro choque de preço do petróleo pois, se atentarmos para o salto no gasto com essa matéria prima, ver quadro 5 , observamos que, em 1973 foi de 605 milhões de dólares e em 1974 salta para 2,5 bilhões de dólares. Em 1979, outra vez as despesas com juros externos do país quase dobram. Naquele ano se estava defrontando com o segundo choque do petróleo , resultando numa despesa para o país, com esta matéria prima de 6,2 bilhões de dólares.

Com a explosão das taxas de juros internacionais no início dos anos oitenta, a conta dos juros externos alcança a cifra de 11,3 bilhões de dólares em 1982. De 1985 até 1993 os juros externos situam-se em torno de 9 bilhões de dólares. O gráfico 5 reproduz o comportamento dos juros externos quando

se verifica a brutal elevação no início dos anos oitenta, para a tendência apresentar algum declínio de 1983 para frente porém, situando-se ainda em patamares muito superiores àqueles verificados na década de setenta

Outro aspecto que queremos considerar é o da composição do pagamento dos juros pelo setor público e pelo privado . No quadro 4 e no referido gráfico 5, pode-se constatar que na década de setenta, o grande tomador de recursos externos foi o setor privado. Vale ressaltar que as empresas estatais constam do grupo do setor privado nas fontes de dados presentes, e não do setor público. Nota-se que esta composição sofre importante alteração na década de oitenta.

Com o choque dos juros externos, no início dos anos oitenta, e com a profunda crise cambial Mexicana, que resultou na moratória daquele país, a economia brasileira entra em grande turbulência com possibilidades de percursos semelhantes, dívida elevada e suspensão de qualquer financiamento ou refinanciamento externo. Neste cenário, o governo parte para uma negociação da dívida externa, o Banco Central do Brasil centraliza o câmbio de tal maneira que ninguém pode remeter dólares para fora do país sem expressa autorização do BACEN. Consolida-se, então, aquilo que se passou a chamar de processo de estatização da dívida.

De fato, em 1981 os juros externos do governo representava 8,3% do total, em 1983 tal proporção sobe para 30,7% que vai crescendo, chegando em 1987 a ser praticamente metade setor público metade setor privado, para que em 1989/90 o pagamento dos juros externos fiquem, em quase sua totalidade, por conta do setor público, invertendo a posição em relação a década de setenta.

A estatização da dívida ocorria, também, com a permissão ao setor privado para antecipar os pagamentos dos juros ao BACEN. Essa antecipação, em moeda nacional, transferia o risco cambial para o BACEN. Este, por sua vez, só pagava os acordos multilaterais (Clube de Paris, Banco Mundial etc), até fechar o primeiro acordo com o FMI em 1983. Tal acordo, na verdade, apenas iniciou um longo processo de negociação e renegociação que o Brasil só conseguiu concluir em 1994.

A partir de 1991, pode-se observar que a proporção dos juros externos pagos pelo setor privado volta a subir, ficando até 1993 em torno de 40% privado e 60% para o setor público. Esta reversão a partir de 1991 é resultado de uma nova realidade do mercado internacional, do princípio de abertura da economia brasileira. A isso se junta juros internos altos que tornam o custo do crédito interno maior que o custo do crédito externo já considerando queda no risco cambial, de tal forma que bancos e empresas nacionais passam a ter acesso a novos recursos externos.

Para efeito do nosso tema é importante ressaltar que tanto os juros externos como a remessa de lucro são sensivelmente maiores na década de oitenta e que dado as circunstâncias nacionais e internacionais mencionadas acima, especialmente no início da referida década, o ajuste externo passa a exigir cada vez maiores volumes de exportação para obtenção de verdadeiros megas superávites comerciais. A necessidade de superávites comerciais, especialmente naquelas circunstâncias da economia brasileira, impunha o encolhimento da disponibilidade de bens para o mercado interno, determinando compressão da demanda agregada interna.

A composição da nossa balança comercial em termos de bens de consumo e bens de capital, conforme quadro 5, revela que, em todo o período analisado, ocorre superávit no comércio de bens de consumo comprovando que somos um país predominantemente exportador de bens de consumo. A balança de bens de capital se apresenta deficitária em toda década de setenta, para se inverter na década de oitenta quando também passa a ser superavitária.

No caso da importação de matérias primas e bens intermediários, tentamos identificar a demanda de tal importação, estritamente pelos setores de bens de consumo e bens de capital. No entanto, os resultados não se mostraram razoáveis, porque identificamos um enorme item dessas

importações, de utilização ambígua ou que seriam demandadas pelos dois setores mas que não tínhamos como separar os impactos em cada um.

IV.1.4 Massa de Salário, Salário Real, Emprego e Valor da Produção no Setor Industrial

Os dados relativos a salário, emprego e produção se referem exclusivamente ao setor industrial. Tal procedimento se ateve a verificação da importância do setor industrial na estrutura de bens de consumo no Brasil. Além do que, a pesquisa de dados empíricos nos revelou, não ser factível, sem que se introduzisse um alto grau de imprecisão, obter informações para outros setores, de emprego, salário e produção que pudessem ser agrupadas em termos de bens de consumo final e bens de capital. As restrições abrangem o setor de serviço e parte da agricultura que não sofre nenhum grau de transformação, que aliás deve ser uma parte pequena daquela disponível para mercado interno

Este item corresponde de certa maneira ao nosso modelo básico, por isso mesmo se contitue no miolo de nossa pesquisa que deverá ser, no final deste trabalho, relacionado com os movimentos das variáveis observadas tanto a nível do setor público como do setor externo.

IV.1.4.1 Massa de Salário e Salário Real

Conforme podemos acompanhar no quadro 6 e gráfico 7 a seguir, a massa de salário real do setor industrial no Brasil, até 1982, apresenta tendência de crescimento inquestionável, avaliada em termos de qualquer um dos deflatores utilizados. A partir de 1983 até o final da série, a tendência que se verifica é de declínio na massa de salário real em pelo menos três das quatro medidas apresentadas no gráfico 7. Todos os quadros referentes à massa de salário para os vinte e dois ramos da indústria, encontram-se no anexo I deste trabalho.

Ao observarmos o gráfico 7, nota-se que os pontos de inflexão, para cima ou para baixo, são coincidentes nas quatro medidas de massa de salário apresentadas e o que varia é a intensidade com que ocorrem. Em 1983, verifica-se expressiva queda na massa de salário real, que fica estável em 1984. De 1985 a 1986, começo da Nova República e ano de implementação do Plano Cruzado, a massa de salário cresceu com taxas que variam de acordo com seus respectivos deflatores mas que são positivas em todos os anos deste sub-período. Em 1987 todas apresentam queda, em 1989 apresentam alguma recuperação para daí apresentarem forte queda até 1991. De 1991 a 1993 a tendência é de leve crescimento sem contudo restabelecer o maior nível anteriormente atingido.

QUADRO 6

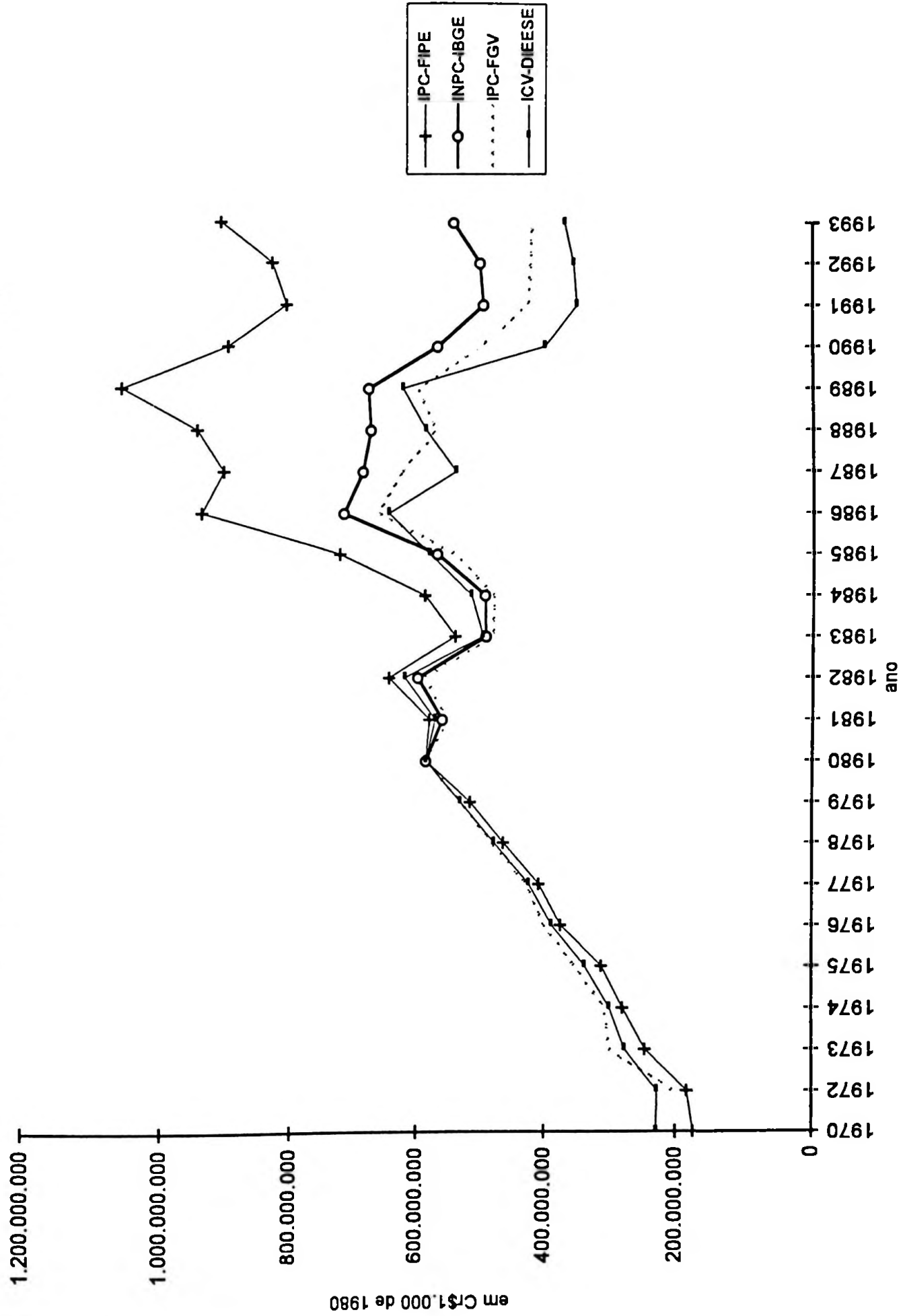
Massa de salário do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993				
(em Cr\$ 1.000 de 1980)				
ano	ICV-DIEESE	IPC-FGV	INPC-IBGE	IPC-FIPE
1970	228.793.602			174.232.175
1972	228.059.958	203.070.797		183.331.115
1973	276.804.141	299.937.020		245.517.732
1974	299.247.195	307.682.975		279.523.438
1975	337.408.414	352.743.148		311.910.670
1976	388.212.814	399.744.879		374.327.186
1977	423.871.254	427.286.314		408.289.221
1978	478.627.884	482.517.248		463.505.134
1979	531.779.562	530.519.188		516.294.088
1980	586.414.682	586.414.682	586.414.682	586.414.682
1981	571.358.989	552.381.420	559.998.121	580.364.996
1982	619.787.539	587.653.663	598.925.351	645.161.832
1983	496.027.444	480.038.651	491.704.291	540.300.557
1984	514.191.978	479.409.716	492.922.862	588.100.918
1985	581.220.087	542.298.490	569.160.928	723.627.241
1986	646.208.288	662.909.623	718.151.131	937.843.313
1987	539.756.318	626.752.244	687.742.126	905.064.964
1988	587.525.053	571.374.523	675.466.966	944.748.078
1989	624.784.659	600.399.549	679.160.039	1.055.745.345
1990	401.425.597	500.821.046	570.131.819	898.692.719
1991	352.293.708	427.532.935	497.499.189	809.723.881
1992	357.493.941	424.506.533	502.686.154	831.467.279
1993	371.071.405	421.124.451	544.191.966	909.973.051

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflatores-base:1980=100

GRÁFICO 7

massa de salário (deflatores base:1980=100)



Resumindo, a massa de salário real do setor industrial, cresce de 1970 a 1982, apresenta forte queda em 1983 e fica estável em 1984. De 1985 a 1986 a massa de salário real se eleva. A partir de 1987 a tendência observada é de nítida queda.

Quando olhamos o comportamento do salário real propriamente dito, no período analisado, ver quadro 7 e gráfico 8, logo constatamos que a tendência observada guarda muita semelhança com aquela verificada para a massa de salário. Até 1982 existe uma clara tendência de crescimento no salário real.

A partir de 1983 observam-se resultados diferentes com a utilização de diferentes deflatores. A tendência é de declínio no salário real, quando se utiliza como deflator o IPC-FGV e o ICV-DIEESE. Já o salário real medido pelo INPC-IBGE não apresenta tendência definida de queda ou de crescimento. Quando o deflator utilizado é o IPC-FIPE, o salário real apresenta nítida tendência de crescimento em todo o período observado.

As diferenças observadas entre os vários deflatores, resultam de suas metodologias. Conforme pode ser extraído da tese de doutoramento de Esvael do Carmo (1987), os desvios entre os índices dependem da dispersão de preços, que tende a crescer com a elevação da taxa de inflação. A metodologia da

QUADRO 7

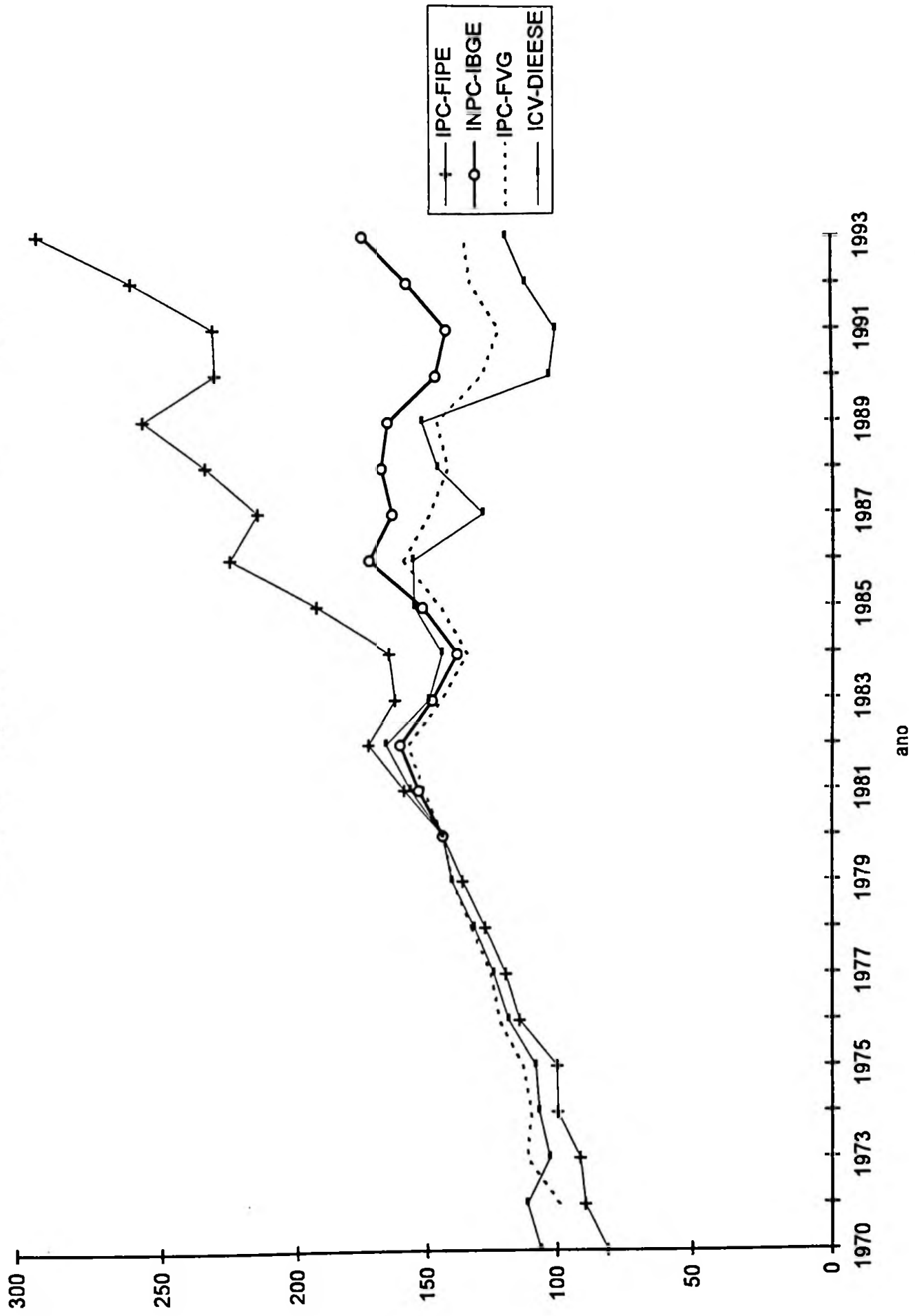
Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993				
ano	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPC-FVG	IPC-FIPE
1970	106,21			80,88
1972	111,25		99,06	89,43
1973	102,92		111,52	91,29
1974	106,76		109,77	99,72
1975	108,07		112,99	99,91
1976	118,58		122,11	114,34
1977	124,28		125,28	119,71
1978	131,83		132,90	127,66
1979	140,46		140,12	136,37
1980	143,95	143,95	143,95	143,95
1981	156,25	153,14	151,06	158,71
1982	165,80	160,22	157,20	172,59
1983	148,77	147,48	143,98	162,05
1984	143,70	137,76	133,98	164,36
1985	154,52	151,31	144,17	192,38
1986	154,78	172,01	158,78	224,64
1987	127,81	162,85	148,41	214,31
1988	145,17	166,90	141,18	233,43
1989	151,24	164,41	145,34	255,57
1990	102,71	145,87	128,14	229,94
1991	100,34	141,69	121,77	230,62
1992	111,66	157,01	132,59	259,70
1993	119,00	174,52	135,05	291,82

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflatores-base:1980=100

GRÁFICO 8

salário real (deflatores base 1980=100)



FIPE utiliza a média geométrica, enquanto os demais índices utilizam a média aritmética (a fórmula de Laspeyres) e, para um mesmo conjunto de dados, a média aritmética é maior que a média geométrica.

Embora o comportamento do salário real, em termos tendenciais, guarde grande semelhança com o da massa de salário, os pontos de inflexão e a intensidade deles podem não ser coincidentes. Evidentemente que isso ocorre em razão de que a massa de salário é definida não apenas pelo salário real mas também pelo nível de emprego.

A metodologia utilizada para os índices de salários, pela FIBGE, é compatível com a metodologia utilizada para os índices de preços, pela FIBGE, pela FGV e pelo DIEESE (média aritmética), mas não é compatível com a metodologia utilizada pela FIPE (média geométrica). Onde existe compatibilidade metodológica, pode-se dizer, sem margem de erro, que, no período pós 1982, não existe indicação de aumento do salário real. Adicionalmente, os indicadores de produção apontam para queda no volume produzido (desde 1981). Assim, sem descartarmos as observações do índice da FIPE, optamos por enfatizar os índices que apontam para queda no salário real, após 1982.

Podemos observar queda do salário real em 1983/84 e crescimento em 1985/86. Apresenta forte queda em 1987, e

nota-se alguma recuperação em 1988/89 para despencar em 1990, mantendo este patamar em 1991. Em 1992/93, final do nosso período, verificamos um novo crescimento de salário real.

IV.1.4.2 Nível de Emprego

O nível de emprego do setor industrial foi obtido também, para vinte e dois gêneros de transformação industrial e para a indústria extrativa. Tais informações constam do quadro 8 e se encontram agregadas para a indústria como um todo, no gráfico 9. Ali, podemos constatar o crescimento do volume de emprego industrial durante a década de setenta. De 1980 a 1983 aparece uma forte queda no volume de emprego que volta a subir em 1984, 1985 e 1986. De 1987 a 1989 fica praticamente estabilizado e volta a apresentar quedas significativas nos últimos quatro anos de nossa série isto é de 1990 a 1993.

A seguir apresentaremos o gráfico 10 e gráfico 11, que consistem na tentativa de darmos mais visibilidade ao nível de emprego nos setores relevantes para efeito de nosso estudo, quais sejam, o setor produtor de bens de capital e o setor de bens de consumo, respectivamente. Escolhemos então para ilustrar o emprego no setor de bens de capital a indústria metalúrgica, a mecânica, a de material elétrico e de comunicação e a de material de transportes. Para

QUADRO 8

Pessoal ocupado ligado à produção, segundo as classes e gêneros industriais

ano	ind. geral	ind. extrat	ind. trans	min.ñ met	metalur.	mecânica	mat.el.c.	at. transp	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1970	2.154.146	52.702	2.101.444	171.066	223.451	150.434	97.086	133.515	103.107	74.937	56.851	27.684	21.529
1971													
1972	2.050.001	52.116	1.997.885	143.108	239.449	142.664	106.169	149.304	85.377	59.599	58.557	27.876	22.072
1973	2.689.446	54.004	2.635.442	179.523	302.999	239.925	145.125	175.936	130.246	88.540	71.625	40.266	25.771
1974	2.803.064	49.891	2.753.173	186.919	338.127	283.092	157.402	164.720	137.608	90.091	72.727	41.766	24.911
1975	3.122.014	51.884	3.070.130	224.491	376.452	341.133	153.256	193.211	149.639	102.437	72.592	39.166	30.781
1976	3.273.774	51.688	3.222.086	224.065	397.092	350.074	167.742	194.553	152.297	108.938	75.172	44.941	34.517
1977	3.410.604	55.312	3.355.292	244.650	413.282	377.144	183.387	197.852	155.722	109.294	77.040	45.177	32.569
1978	3.630.715	59.606	3.571.109	255.633	422.454	398.697	201.783	221.507	161.905	119.296	81.628	47.293	37.085
1979	3.786.063	60.963	3.725.100	260.421	443.797	423.667	198.171	234.733	163.556	122.816	88.574	48.260	33.943
1980	4.073.753	69.918	4.003.835	308.663	450.981	470.271	213.378	249.185	196.091	131.916	90.719	48.749	36.120
1981	3.656.731	66.928	3.589.803	257.892	391.670	405.690	186.490	196.632	165.420	122.015	80.498	39.563	34.543
1982	3.738.224	62.866	3.675.358	275.550	384.410	373.512	182.155	208.598	198.471	127.031	100.080	41.211	36.156
1983	3.334.092	55.781	3.278.311	224.818	310.907	369.263	158.935	200.779	114.774	107.477	87.314	41.728	37.999
1984	3.578.124	60.738	3.517.386	218.833	371.230	383.179	172.724	209.628	162.773	115.823	88.906	48.684	41.383
1985	3.761.481	62.246	3.720.143	225.555	387.729	422.377	192.826	239.513			92.402	53.924	
1986	4.174.965	61.228	4.137.106	259.499	436.347	476.413	225.854	279.985			102.339	59.504	
1987	4.223.112	57.474	4.189.498	270.546	452.480	482.502	242.409	284.438			106.717	61.570	
1988	4.047.230	51.200	4.019.520	264.886	439.294	456.202	222.035	276.033			99.504	62.796	
1989	4.130.955	46.905	4.109.701	265.807	434.967	451.820	227.007	282.255			103.991	63.212	
1990	3.908.399	41.891	3.891.548	252.798	413.746	426.175	207.761	273.017			102.333	62.851	
1991	3.511.058	35.299	3.499.696	224.444	364.950	370.002	177.996	244.864			92.902	59.559	
1992	3.201.674	32.736	3.189.376	223.899	310.119	354.163	152.222	233.767			89.237	44.550	
1993	3.118.293	29.593	3.109.704	212.020	295.126	340.260	148.253	237.938			88.567	35.558	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

QUADRO 8

Pessoal ocupado ligado à produção, segundo as classes e gêneros industriais												
ano	química	prod.farm.	perf.,sab.	mat. plas.	têxtil	vest.,calç.	prod. alim.	bebidas	fumo	edit.gráf.	diversas	ativ.apoio
1970	81.061	20.652	13.683	36.290	313.317	139.209	265.918	39.533	12.483	69.666	49.972	
1971												
1972	82.910	20.259	12.130	35.316	283.762	121.001	246.109	34.679	14.510	59.523	53.511	
1973	101.196	23.240	15.536	61.213	332.009	192.730	311.728	39.818	16.992	77.029	63.995	
1974	94.120	25.431	15.946	61.819	316.979	208.247	312.765	31.301	16.705	78.293	94.204	
1975	100.977	23.142	16.049	68.237	304.576	264.079	342.292	36.356	18.904	84.400	67.917	60.043
1976	104.987	26.593	17.204	74.002	323.853	276.039	356.413	37.148	20.511	91.270	74.325	70.350
1977	109.722	27.850	18.367	77.969	319.820	286.305	376.076	39.544	23.746	94.050	80.509	65.217
1978	115.805	27.539	19.946	87.430	327.506	325.775	390.096	41.636	24.249	100.026	86.887	76.933
1979	130.438	28.401	19.539	95.593	337.682	345.721	402.850	42.391	26.784	100.876	91.648	85.239
1980	127.622	26.852	19.247	101.938	345.410	399.694	439.048	41.659	16.032	101.076	89.358	99.826
1981	122.739	22.688	20.075	104.301	341.191	354.625	419.215	45.485	16.211	103.074	80.906	78.880
1982	135.348	24.349	18.678	99.317	284.689	425.493	424.432	38.123	16.405	114.545	80.299	86.506
1983	126.572	22.994	16.829	80.253	235.556	424.410	404.407	40.321	13.541	94.711	84.436	80.287
1984	143.023	21.632	16.455	90.597	250.600	471.951	384.973	40.643	13.486	90.337		103.905
1985	147.128	20.957	15.636	99.964	272.082	476.784	384.407	40.571	13.487			
1986	150.569	22.868	18.069	121.996	309.676	511.764	414.195	43.333	13.416			
1987	155.998	24.814	18.603	125.850	337.440	443.982	414.262	46.280	13.830			
1988	152.104	23.908	17.687	112.870	329.833	425.995	412.523	45.031	12.887			
1989	152.404	24.598	18.414	120.111	333.322	446.385	442.993	47.601	13.302			
1990	142.571	23.616	19.462	123.296	318.986	399.029	426.550	48.576	12.176			
1991	129.932	24.352	20.565	106.477	288.223	338.474	409.550	48.181	11.679			
1992	122.023	23.777	17.872	95.048	245.642	286.744	395.423	45.476	13.276			
1993	113.907	23.517	17.406	104.211	241.312	296.438	371.174	41.703	11.679			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

GRÁFICO 9

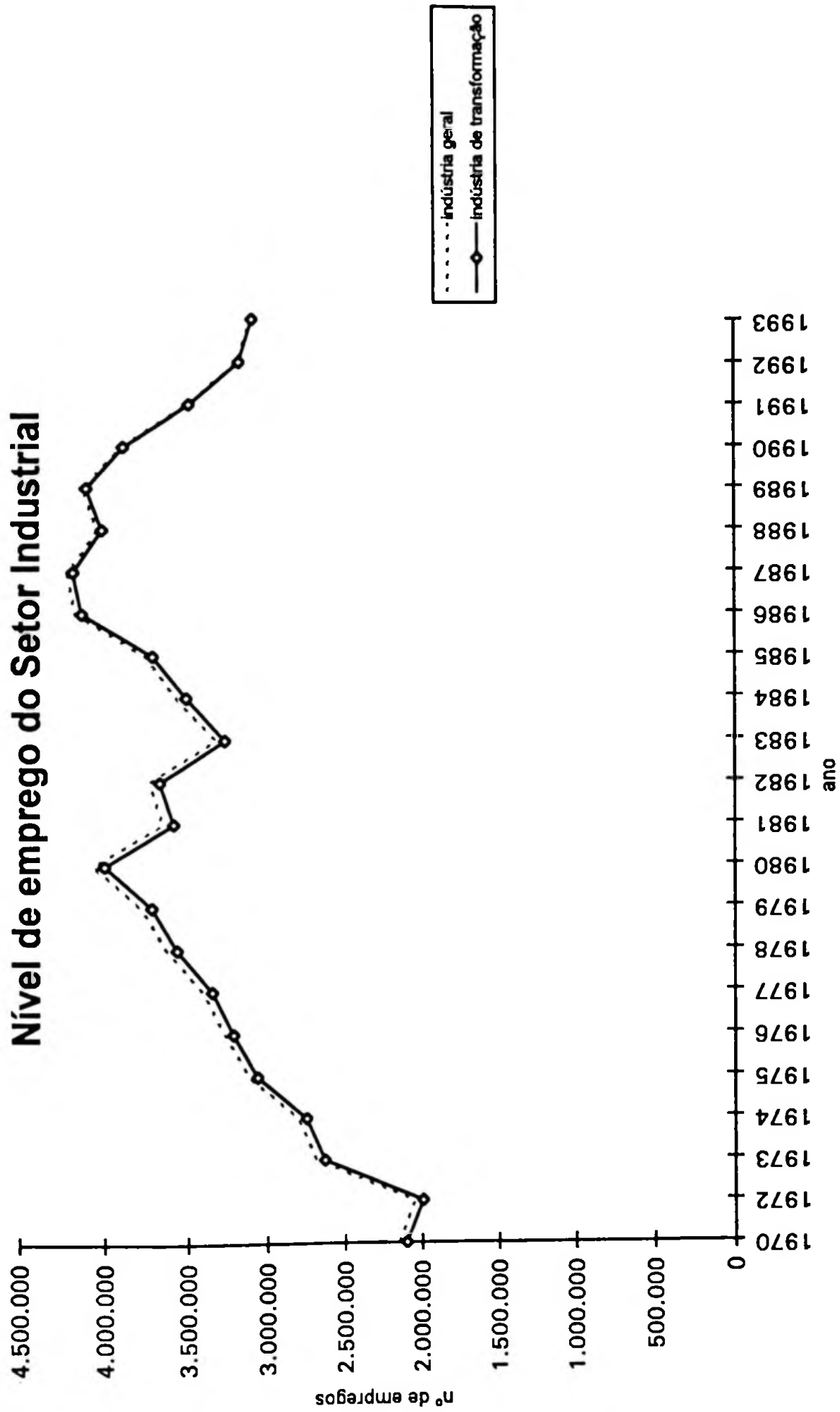


GRÁFICO 10

Nível de emprego em algumas indústrias do setor de bens de capital

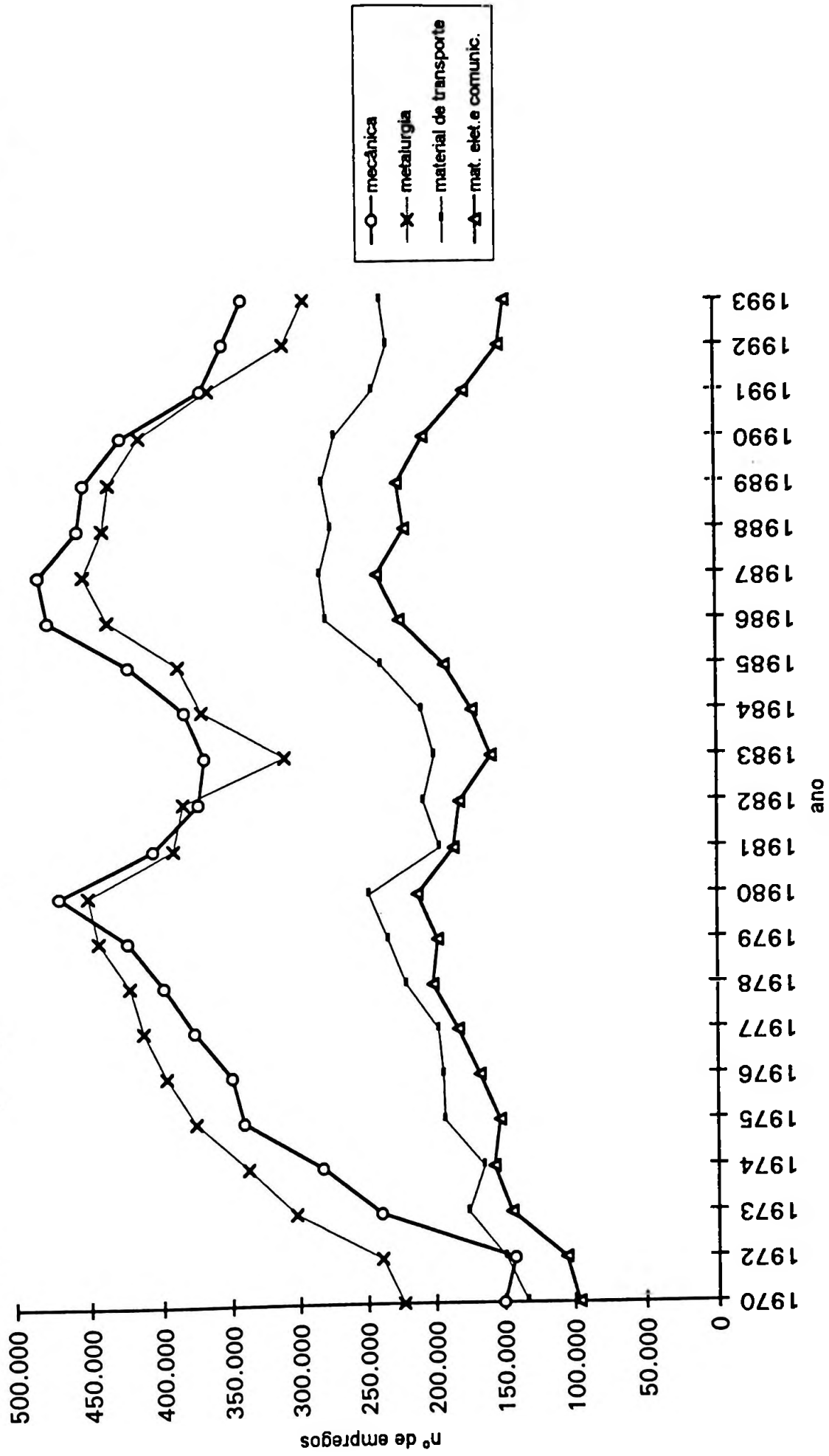
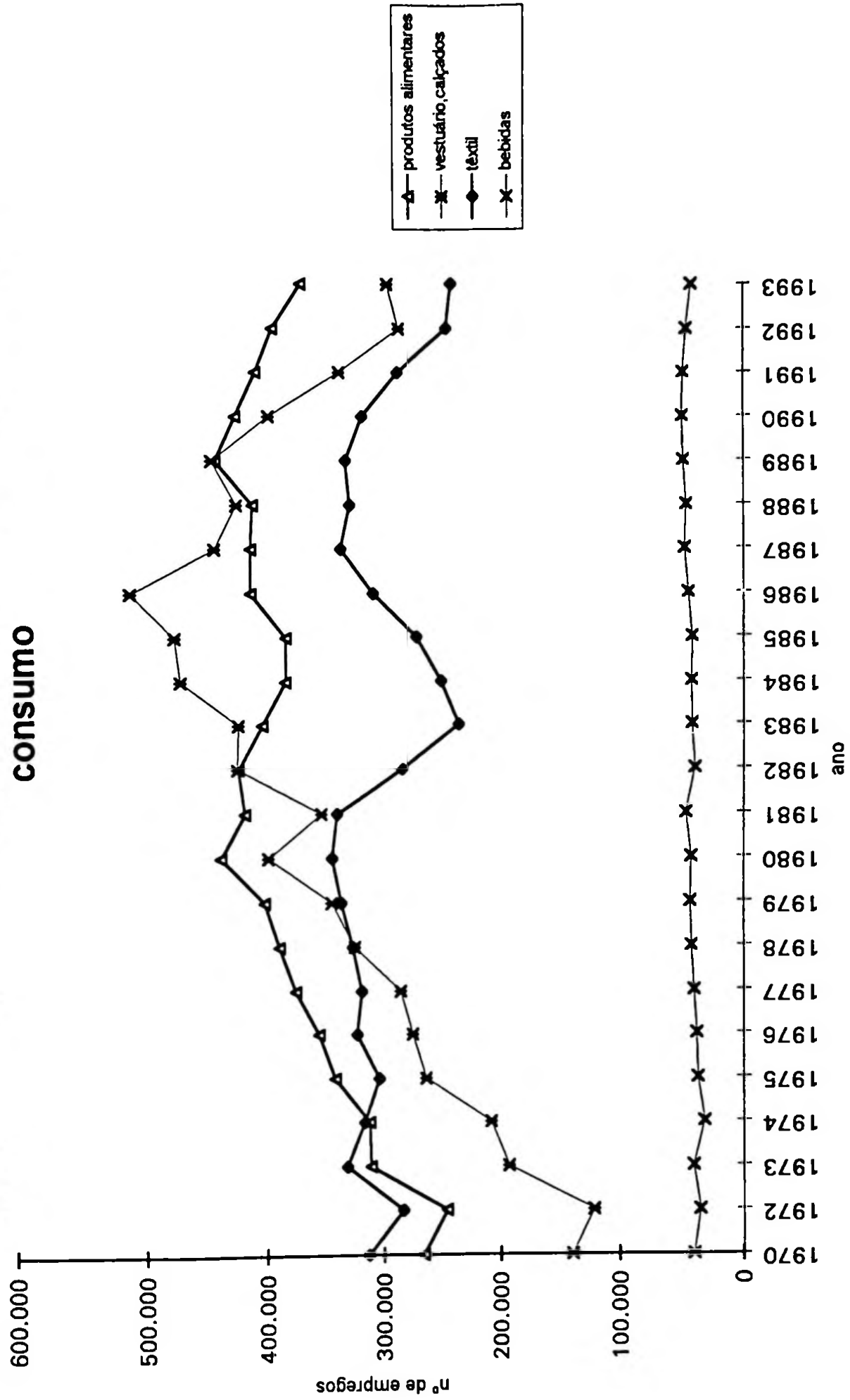


GRÁFICO 11

Nível de emprego em algumas empresas do setor de bens de consumo



representar o setor produtor de bens de consumo foram escolhidos: indústria têxtil, indústria de vestuário e calçados, indústria de alimentos e indústria de bebidas.

Assim, à semelhança do total da indústria, até 1980, o volume de emprego no setor de bens de capital apresenta crescimento. No entanto, de 1981 até 1983 a tendência se inverte, quando se verifica fortes quedas, especialmente, no setor metalúrgico que é responsável pela ocupação de um expressivo contingente de mão-de-obra. De 1984 até 1987 o volume de emprego volta a crescer atingindo níveis até superiores ao de 1980. No entanto a partir de 1988 o nível de emprego do setor de bens de capital passa a cair sensivelmente até o final da série estudada.

O setor de bens de consumo não apresenta a mesma intensidade nas oscilações no emprego que o setor de bens de capital, embora nele também se verifique a mesma periodização de crescimentos e quedas corridas no setor de bens de capital. As exceções ficam por conta da indústria de bebidas, cuja variação do emprego é muito pequena em todo o período estudado, e a indústria de vestuário e calçado cujo nível de emprego permanece crescendo de 1970 a 1986, não sendo atingido pela recessão do início dos anos oitenta. No entanto, o emprego em tal setor cai acentuadamente a partir de 1990 como aliás ocorre em todas as indústrias do setor de

bens de consumo excetuando-se, como já foi mencionado a indústria de bebidas.

No quadro 9 e no gráfico 12, apresentamos um resumo do exposto acima, que se torna muito útil para uma visualização mais clara do que ocorre com o volume de emprego no setor de bens de consumo e de bens de capital, sem que tal agregação transgrida em relação as análises do comportamento das indústrias feitas separadamente.

O gráfico 12 permite observar, além do já apontado acima, e a título mais conclusivo, que o volume de emprego no setor de bens de capital é maior do que no de bens de consumo. No entanto, enquanto o declínio do emprego no setor de bens de capital volta a se verificar a partir de 1988, no setor de bens de consumo, tal declínio se verifica um pouco depois, a partir de 1989. O resultado é que o nível de emprego nos dois setores se aproximam bastante nos últimos cinco anos da série. Isto significa que a queda do emprego no setor de bens de capital foi mais acentuada que no de consumo.

Finalmente, a queda do nível de emprego de forma persistente desde 1988, dificilmente pode deixar de ser também caracterizada como sendo estrutural, devido aos novos arranjos técnicos e tecnológicos da produção visando reduzir custos. De tal maneira que combinamos nesse final dos anos

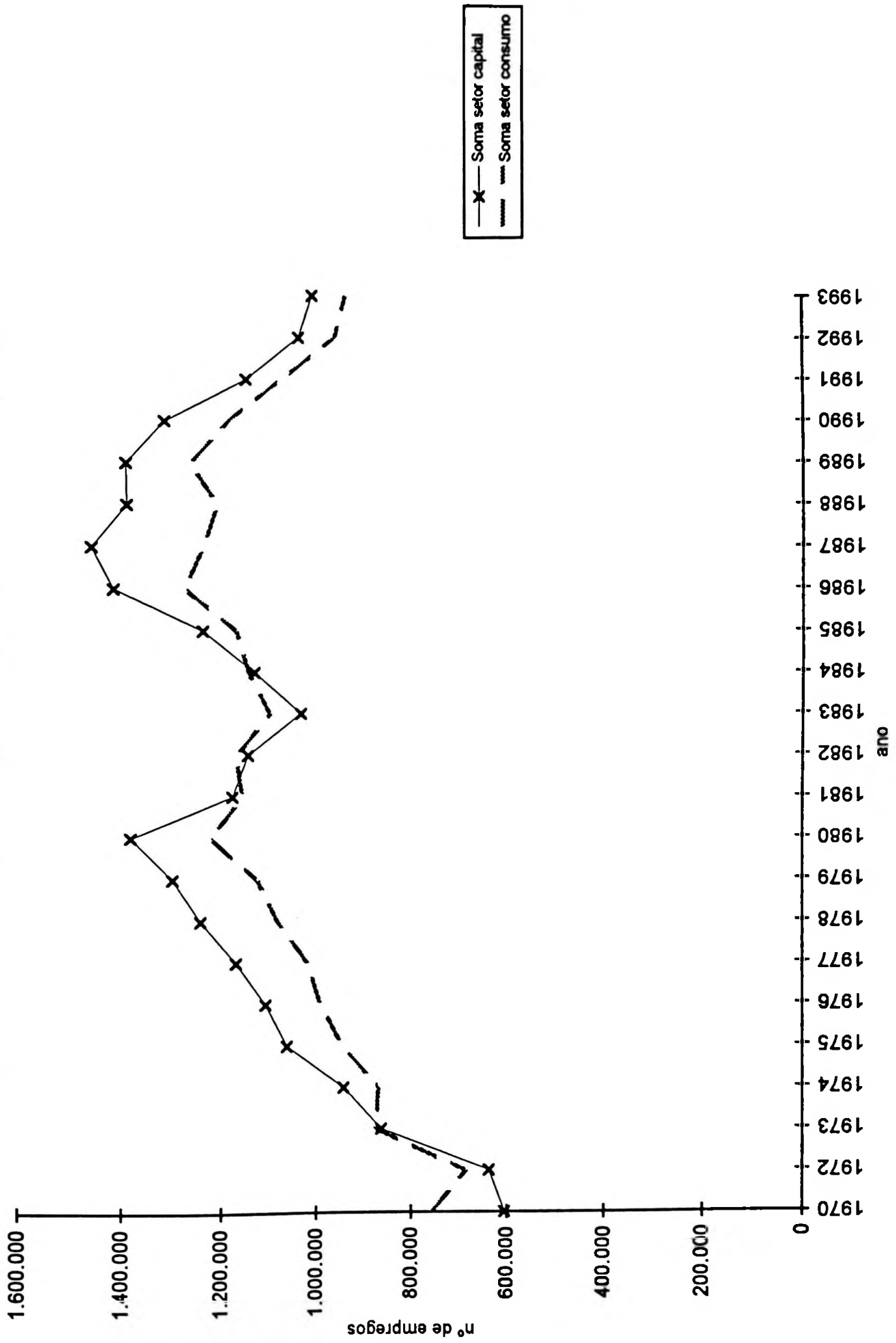
QUADRO 9

<i>Pessoal ocupado ligado à produção, segundo as classes e gêneros industriais</i>		
ano	Soma setor bens de capital (metal.+mecânico+mat.el.com.+mat.transp.)	Soma setor bens de consumo (têxtil+prod.aliment+vest. calç.+bebidas)
1970	604.486	757.977
1971	0	0
1972	637.586	685.551
1973	863.985	876.285
1974	943.341	869.292
1975	1.064.052	947.303
1976	1.109.461	993.453
1977	1.171.665	1.021.745
1978	1.244.441	1.085.013
1979	1.300.368	1.128.644
1980	1.383.815	1.225.811
1981	1.180.482	1.160.516
1982	1.148.675	1.172.737
1983	1.039.884	1.104.694
1984	1.136.761	1.148.167
1985	1.242.445	1.173.844
1986	1.418.600	1.278.968
1987	1.461.829	1.241.964
1988	1.393.564	1.213.382
1989	1.396.049	1.270.301
1990	1.320.698	1.193.141
1991	1.157.813	1.084.428
1992	1.050.270	973.285
1993	1.021.577	950.627

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

GRÁFICO 12

Pessoal ocupado ligado à produção do setor industrial



oitenta início dos anos noventa dois acontecimentos dramáticos para o nível de emprego: baixas taxas de investimentos, baixos níveis de produção e ajustes estruturais no processo produtivo.

IV.1.4.3 Valor da Produção

O valor da produção industrial, informação fundamental neste estudo, não apresenta dados completos para todos os ramos industriais aqui considerados, de tal forma que não foi possível apresentar o valor da produção global do setor industrial. No entanto, para os fins desse trabalho, a falta de tal informação não constitui problema na medida em que trabalhamos com os ramos industriais de forma desagregada.

O quadro 10 permite visualizar o comportamento da produção nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo. O gráfico 13 descreve o comportamento das quantidades ofertadas de bens nas principais indústrias que pertencem ao setor produtor de bens de capital.

Aponta a indústria metalúrgica como uma das maiores e que mais tem crescido, no período analisado. Revela também que é das que mais sofre em termos de queda de produção no pós-Plano Cruzado ou seja, a partir de 1987.

QUADRO 10

Valor da Produção Industrial (em Cr\$1.000 de 1980)

ano	Indústria Geral	Extr.Mineral	Transformação	Min.ñ.Metal.	Metalúrgica	Mecânica	mat.el.com.	mat. transp.
1970	2.489.727.752	39.405.187	2.450.322.564	102.125.748	239.076.121	105.283.300	87.579.608	137.480.242
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	2.935.320.853	48.992.741	2.886.328.112	111.267.010	303.032.482	136.013.917	116.182.749	202.069.639
1973	4.380.039.236	67.870.802	4.312.168.434	152.389.198	453.737.638	251.790.948	179.985.893	287.233.780
1974	5.410.042.580	86.674.943	5.323.367.638	198.227.173	593.670.996	348.874.865	250.957.296	397.586.893
1975	6.168.840.908	85.593.214	6.083.247.694	244.916.448	644.173.914	434.128.817	299.520.748	447.604.386
1976	6.803.042.845	103.109.717	6.699.933.128	266.791.387	716.590.095	467.507.621	333.073.028	505.528.679
1977	7.265.590.123	121.146.235	7.144.443.887	294.503.943	831.106.661	493.172.721	362.684.733	522.506.758
1978	7.987.549.340	154.197.170	7.833.352.170	314.464.201	957.802.516	550.542.482	419.610.305	540.938.796
1979	8.597.466.320	176.518.914	8.420.947.406	342.418.880	1.082.773.875	623.674.294	437.131.046	589.201.504
1980	9.460.812.300	133.152.889	9.327.659.411	392.252.774	1.310.028.966	725.566.334	493.904.305	751.444.085
1981	8.254.325.891	145.397.853	8.108.928.038	305.917.424	1.163.329.389	568.018.324	412.645.081	508.284.331
1982	8.644.778.487	167.263.638	8.477.514.849	300.905.962	1.330.081.130	549.887.507	434.957.817	478.754.867
1983	8.080.526.169	250.762.689	7.829.763.480	236.157.368	1.362.262.154	451.950.906	367.405.666	510.165.795
1984	8.894.963.673	427.707.038	8.467.256.634	215.632.714	1.599.484.344	508.886.584	398.755.690	558.272.588
1985	634.956.275	634.956.275	634.956.275	210.957.761	1.927.475.233	557.027.366	509.973.763	755.329.115
1986	683.553.934	683.553.934	683.553.934	235.583.311	2.350.915.870	800.799.103	624.853.359	825.277.420
1987	795.462.788	795.462.788	795.462.788	180.903.360	2.250.286.008	751.822.465	675.908.658	709.418.344
1988	771.180.508	771.180.508	771.180.508	152.448.836	2.210.508.239	559.212.324	564.513.369	736.616.952
1989	795.620.027	795.620.027	795.620.027	137.825.412	2.094.257.589	549.398.264	594.634.448	747.246.913
1990	760.090.264	760.090.264	760.090.264	119.621.360	1.796.636.671	414.372.554	423.618.430	576.063.455
1991	796.819.338	796.819.338	796.819.338	122.222.167	1.939.097.637	452.896.624	492.451.829	598.972.663
1992	682.767.493	682.767.493	682.767.493	110.320.684	1.662.554.274	432.858.059	442.130.848	532.544.800
1993	643.406.483	643.406.483	643.406.483	110.030.856	1.708.375.064	450.345.901	537.265.015	675.975.257

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

QUADRO 10

Valor da Produção Industrial (em Cr\$1.000 de 1980)

ano	madeira	mobil.	papel	borracha	cour.,pel.	química	prod. farm.	perf,sabões
1970	106.829.163	40.590.803	58.874.919	35.331.683	20.561.083	436.507.295	85.953.879	55.129.402
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	82.594.707	43.173.207	70.768.363	40.792.620	25.346.144	543.310.302	105.649.972	57.440.642
1973	129.546.718	71.591.559	108.156.885	56.397.092	27.735.298	843.919.853	137.016.174	80.112.482
1974	161.276.813	78.057.992	135.437.708	80.884.662	26.677.942	1.077.186.299	107.344.944	81.424.715
1975	214.490.069	91.174.157	121.345.552	88.331.225	35.825.080	1.230.843.004	121.425.068	80.385.883
1976	214.465.260	104.747.686	156.741.667	95.924.341	41.406.076	1.364.306.997	130.189.787	83.397.637
1977	217.562.285	107.546.549	165.281.087	100.871.582	40.480.716	1.394.279.286	123.418.909	91.230.634
1978	224.285.139	119.785.347	188.869.853	118.020.151	46.660.546	1.562.987.387	131.336.811	98.364.959
1979	204.114.005	123.772.440	231.078.392	133.545.302	40.524.148	1.695.697.379	131.208.014	101.358.565
1980	185.350.484	136.527.256	256.048.113	143.296.480	45.251.102	1.821.616.678	103.076.017	77.528.188
1981	165.406.055	112.190.935	202.089.356	109.826.181	42.233.025	1.625.910.202	95.868.633	73.121.277
1982	247.387.801	121.437.782	243.212.386	93.651.687	45.662.736	1.677.653.857	96.322.961	75.026.428
1983	134.035.324	86.894.769	215.959.120	87.916.747	49.554.307	1.627.385.011	82.869.476	63.925.499
1984	156.257.298	91.740.924	237.275.312	100.809.789	42.769.360	1.772.495.180	80.338.907	61.894.907
1985			245.128.804	113.211.048		1.745.206.668		64.239.394
1986			283.194.720	114.082.045		1.769.964.741		74.763.476
1987			301.031.671	111.302.767		1.684.292.339		84.952.273
1988			233.477.439	116.639.009		1.654.547.066		76.742.326
1989			270.360.404	147.049.390		1.433.606.254		71.222.243
1990			233.636.407	113.292.966		1.170.067.438		52.559.102
1991			274.116.405	107.134.341		1.220.735.671		55.342.303
1992			227.006.013	64.474.797		1.115.624.318		43.630.525
1993			233.868.506	58.387.330		1.085.371.056		41.145.465

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

QUADRO 10

Valor da Produção Industrial (em Cr\$1.000 de 1980)

ano	mat. plas.	têxtil	vest.,calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit. e gráf.	diversas
1970	30.141.772	152.733.020	39.176.550	551.314.880	43.712.972	23.048.078	60.753.039	38.119.007
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	40.100.996	180.652.728	37.506.321	614.598.147	50.954.418	25.824.422	59.490.951	39.558.375
1973	79.324.460	252.194.998	70.425.720	882.339.236	64.579.714	29.668.059	88.391.571	65.631.158
1974	99.312.669	312.755.923	96.576.405	971.924.941	68.793.566	37.432.535	105.709.439	93.253.861
1975	101.283.755	373.794.374	129.246.060	1.087.858.315	72.233.953	46.209.008	136.725.033	81.732.843
1976	122.133.865	430.585.017	170.892.335	1.133.419.743	84.101.616	47.176.818	131.679.559	99.273.913
1977	126.396.597	436.140.992	186.941.084	1.263.119.321	86.580.168	51.722.120	134.709.114	114.188.626
1978	154.628.761	491.488.572	215.073.911	1.289.708.654	88.038.168	53.432.211	141.221.290	126.092.110
1979	181.039.474	557.755.131	244.112.672	1.263.542.141	94.233.518	59.029.324	143.329.088	141.408.213
1980	193.163.181	612.280.307	362.370.013	1.277.686.518	99.060.344	50.579.903	151.650.611	138.977.752
1981	140.367.537	605.838.818	316.344.721	1.250.268.796	88.524.437	58.833.927	150.252.866	113.656.725
1982	146.586.065	568.849.480	379.484.198	1.243.129.120	76.933.088	50.810.389	189.029.435	127.750.153
1983	124.256.765	542.502.239	436.860.829	1.092.684.882	75.195.986	42.703.418	122.082.691	116.994.527
1984	118.457.125	566.237.266	487.228.260	1.122.730.874	75.769.237	46.743.587	112.906.648	112.570.042
1985	135.790.412	565.795.457	546.105.131	1.057.117.537	80.425.165	57.611.098		
1986	191.600.663	666.595.580	662.079.596	888.397.788	85.449.895	59.032.003		
1987	195.836.824	619.900.265	572.332.421	972.897.988	71.541.173	52.107.295		
1988	163.963.830	500.592.840	468.711.259	875.055.692	79.732.173	47.438.816		
1989	194.544.751	528.776.980	344.461.787	1.031.354.494	102.567.253	33.966.718		
1990	154.360.805	508.737.889	377.442.034	888.758.317	80.077.873	36.400.234		
1991	139.616.570	565.013.984	355.510.318	817.153.484	80.947.014	45.040.270		
1992	104.898.478	498.297.645	342.014.628	810.829.646	65.358.675	47.103.309		
1993	118.986.714	504.973.962	390.850.310	793.507.022	62.775.202	49.211.079		

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

GRÁFICO 13

Valor da Produção - Indústrias do Setor de bens de Capital

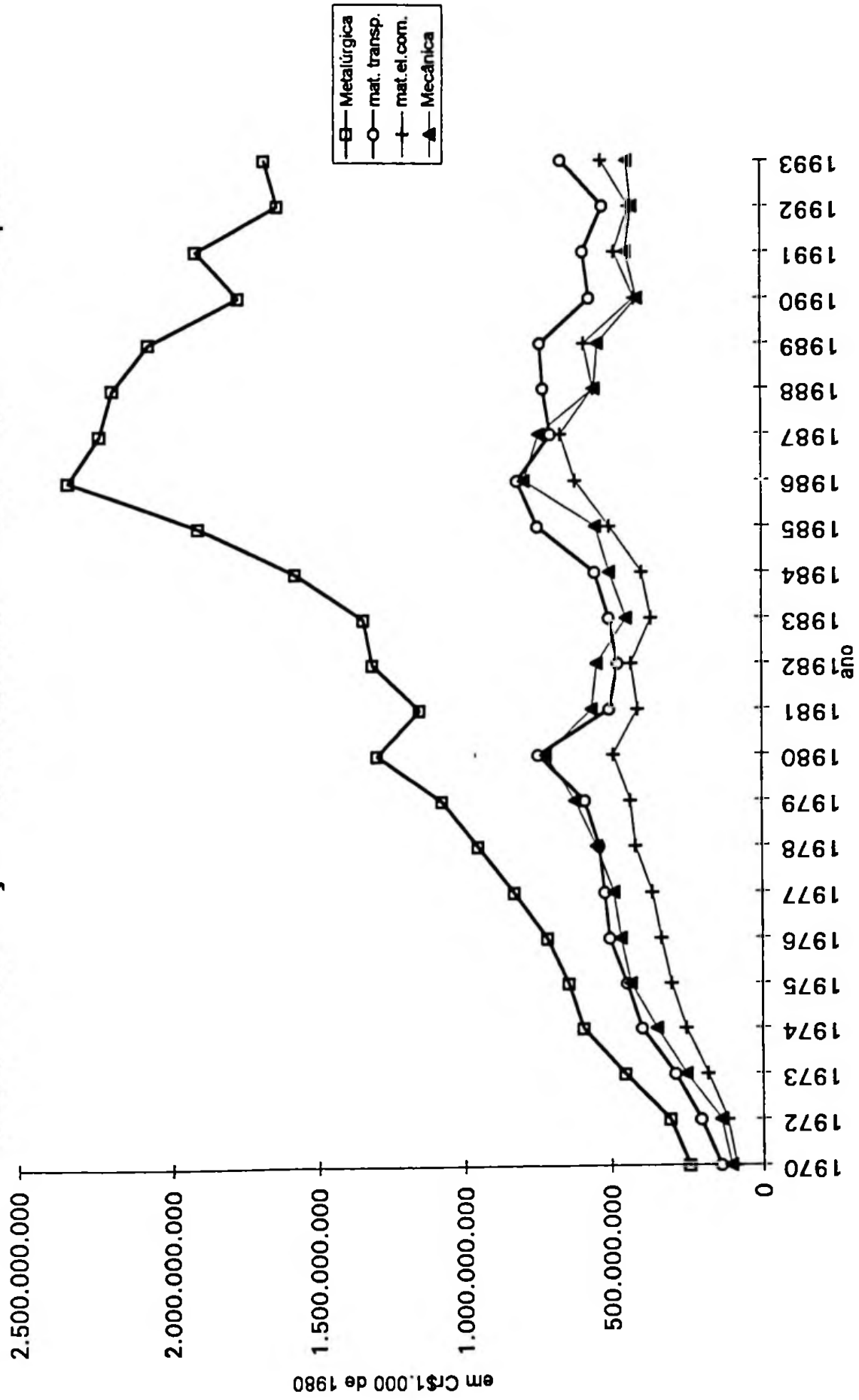
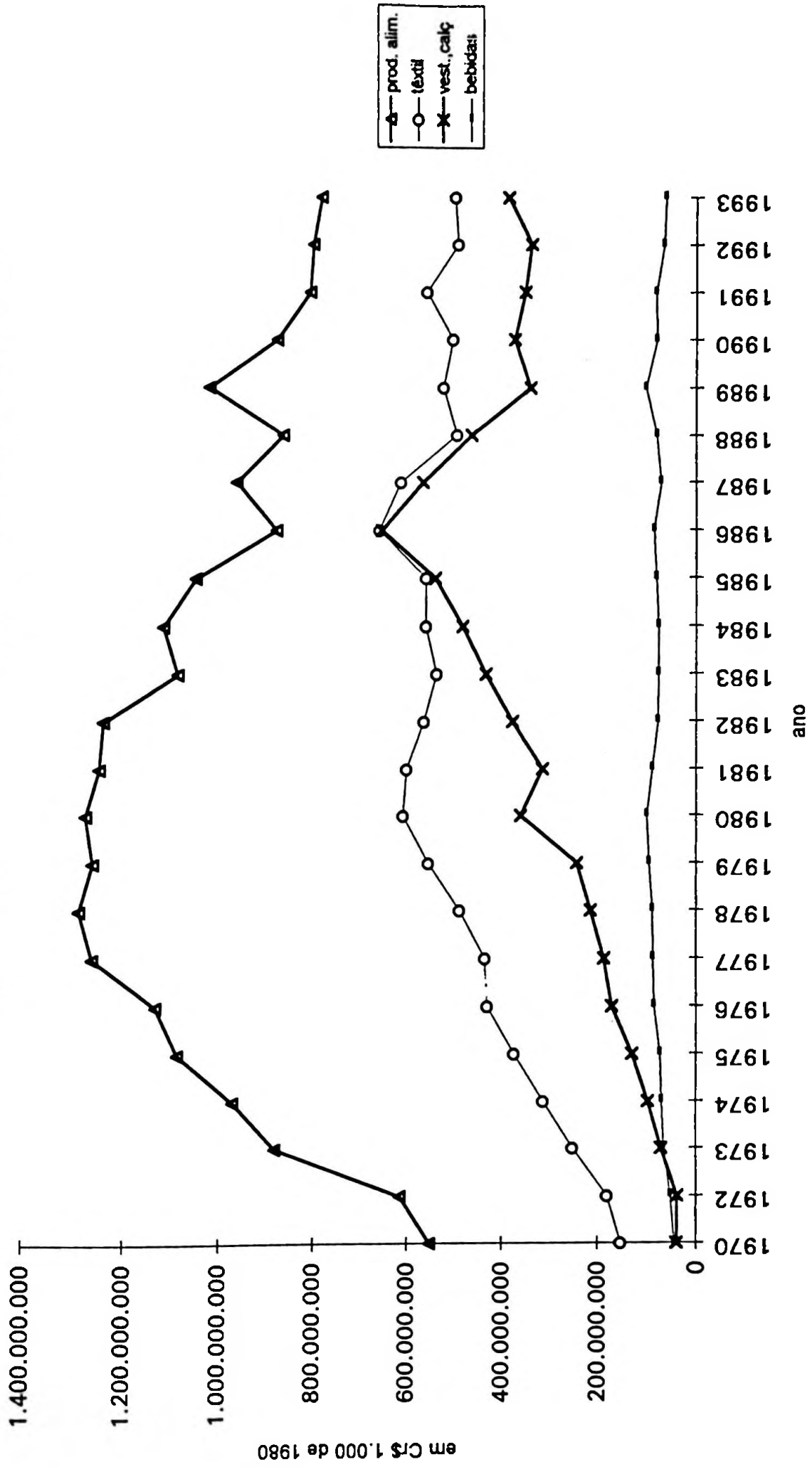


GRÁFICO 14

Valor da Produção - Indústrias do Setor de bens de Consumo



É interessante ressaltar que o gráfico 13 mostra a um ligeiro declínio na produção de bens de capital, em 1981, voltando a crescer a partir de 1983/84. No caso do setor metalúrgico, este já se recupera em 1982. Todas crescem de 1984 a 1986 e declinam, em proporções variadas, a partir de 1987.

No caso do setor de bens de consumo, no gráfico 14 é mostrado que a indústria de alimentos, como as demais, cresce nos anos setenta e diferentemente das outras indústrias consideradas no setor, marca sua tendência nítida de declínio já a partir de 1980, se constituindo inclusive numa das raras indústrias cuja oferta cai em 1986, chegando em 1993 com as mesmas quantidades de 1975.

O comportamento das indústrias que resume o desempenho do valor da produção dos bens de consumo e dos bens de capital se encontra no quadro 11 e gráfico 15, onde agregamos os valores, a preços constantes, das indústrias de bens de consumo e das indústrias de bens de capital para visualizarmos de maneira mais objetiva os comportamentos das quantidades produzidas desses bens, tendo o cuidado antes para que tais agregações não acarretem distorções significativas.

A conclusão que podemos ressaltar, a partir do gráfico 15, é a vantagem que a produção de bens de capital passou a

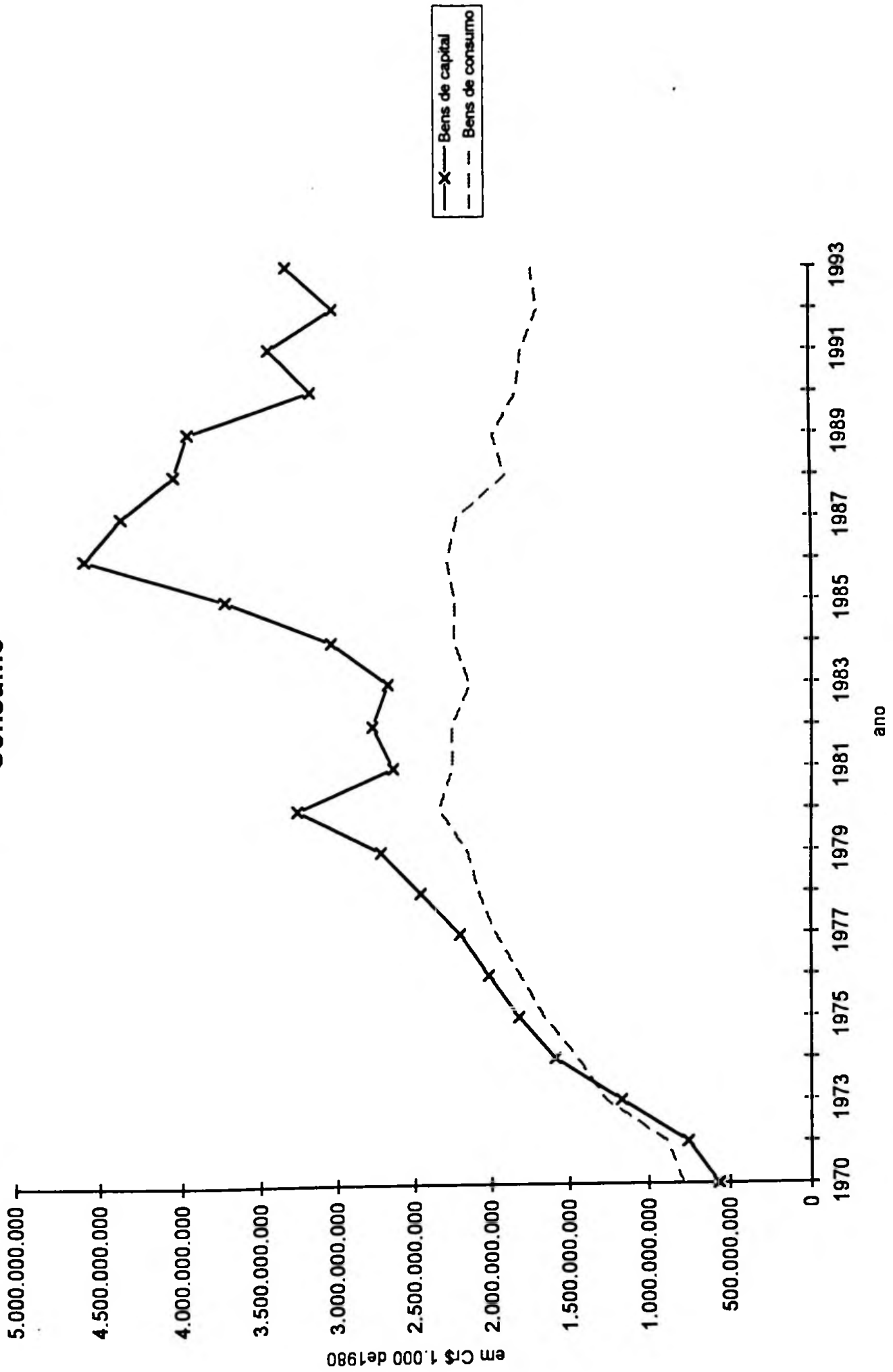
QUADRO 11

Valor da Produção Industrial (em Cr\$1.000 de 1980)		
ano	Soma do setor de bens de capital (metal.+mecânico+mat.el.com.+mat.transp.)	Soma do setor de bens de consumo (têxtil+prod.aliment+vest.calç.+bebidas)
1970	569.419.270,34	786.937.422,36
1971	0,00	0,00
1972	757.298.786,75	883.711.614,46
1973	1.172.748.259,75	1.269.539.668,69
1974	1.591.090.050,66	1.450.050.834,54
1975	1.825.427.865,53	1.663.132.702,14
1976	2.022.699.423,42	1.818.998.710,89
1977	2.209.470.873,94	1.972.781.565,85
1978	2.468.894.099,19	2.084.309.305,33
1979	2.732.780.719,04	2.159.643.461,56
1980	3.280.943.690,00	2.351.397.182,00
1981	2.652.277.124,63	2.260.976.771,62
1982	2.793.681.321,27	2.268.395.885,73
1983	2.691.784.522,12	2.147.243.935,34
1984	3.065.399.205,11	2.251.965.637,23
1985	3.749.805.475,18	2.249.443.290,06
1986	4.601.845.751,95	2.302.522.859,17
1987	4.387.435.474,25	2.236.671.846,48
1988	4.070.850.884,05	1.924.091.964,63
1989	3.985.537.213,50	2.007.160.513,78
1990	3.210.691.109,64	1.855.016.112,86
1991	3.483.418.753,18	1.818.624.800,25
1992	3.070.087.981,10	1.716.500.593,40
1993	3.371.961.236,55	1.752.106.495,69

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

GRÁFICO 15

Valor da produção dos setores de Bens de Capital e de Bens de Consumo



ter a partir de 1974 em relação a produção de bens de consumo.

A oferta de bens de consumo cresce até 1980 e, a partir de então, apresenta uma tendência de declínio que vai até 1983 voltando a subir, ainda que levemente, de 1984 a 1986 para a partir de 1987 apresentar um declínio que vai até o final do período estudado. De fato, a quantidade de bens de consumo em 1993 se encontra próxima, a do ano de 1976.

No caso do setor de bens de capital, este cresce fortemente por toda década de setenta. Em 1981, sofre uma inflexão para baixo, voltando, em 1984, a crescer aceleradamente até 1986. De 1987 a 1990 o setor de bens de capital experimenta sucessivas e significativas quedas na sua produção, diminuindo mais a queda nos últimos três anos da série, chegando em 1993 a apresentar um nível de produção próximo ao do ano de 1980.

IV.1.4.4 Produção por Empregado nos Setores de Bens de Consumo e de Capital

Ao tratarmos aqui de identificar as quantidades produzidas de bens de consumo e de bens de capital por trabalhador ao longo do período estudado, pensamos em

obtermos um indicador da produtividade do trabalho a qual, embora seja tratada como dada em nosso modelo, certamente contribuirá para se qualificar melhor os resultados da análise. Desta forma, apresentamos no quadro 12, uma aproximação da produtividade do trabalho nos setores em estudo, o qual está reproduzido no do gráfico 16.

Alguns resultados, muito interessantes, podem ser destacados no gráfico 16. O primeiro deles é que a produtividade do trabalho é praticamente a mesma em ambos os setores até 1978. A partir daí o setor de bens de consumo assume uma posição de franca desvantagem em relação ao setor de bens de capital. Basta verificar que em 1993, último ano da série, a produtividade do setor de bens de consumo é aproximadamente a metade da que se verifica no setor de bens de capital.

Isto é muito relevante pois o "linkage" de produtividade parece se perder, o que traz sérias implicações distributivas que trataremos mais adiante.

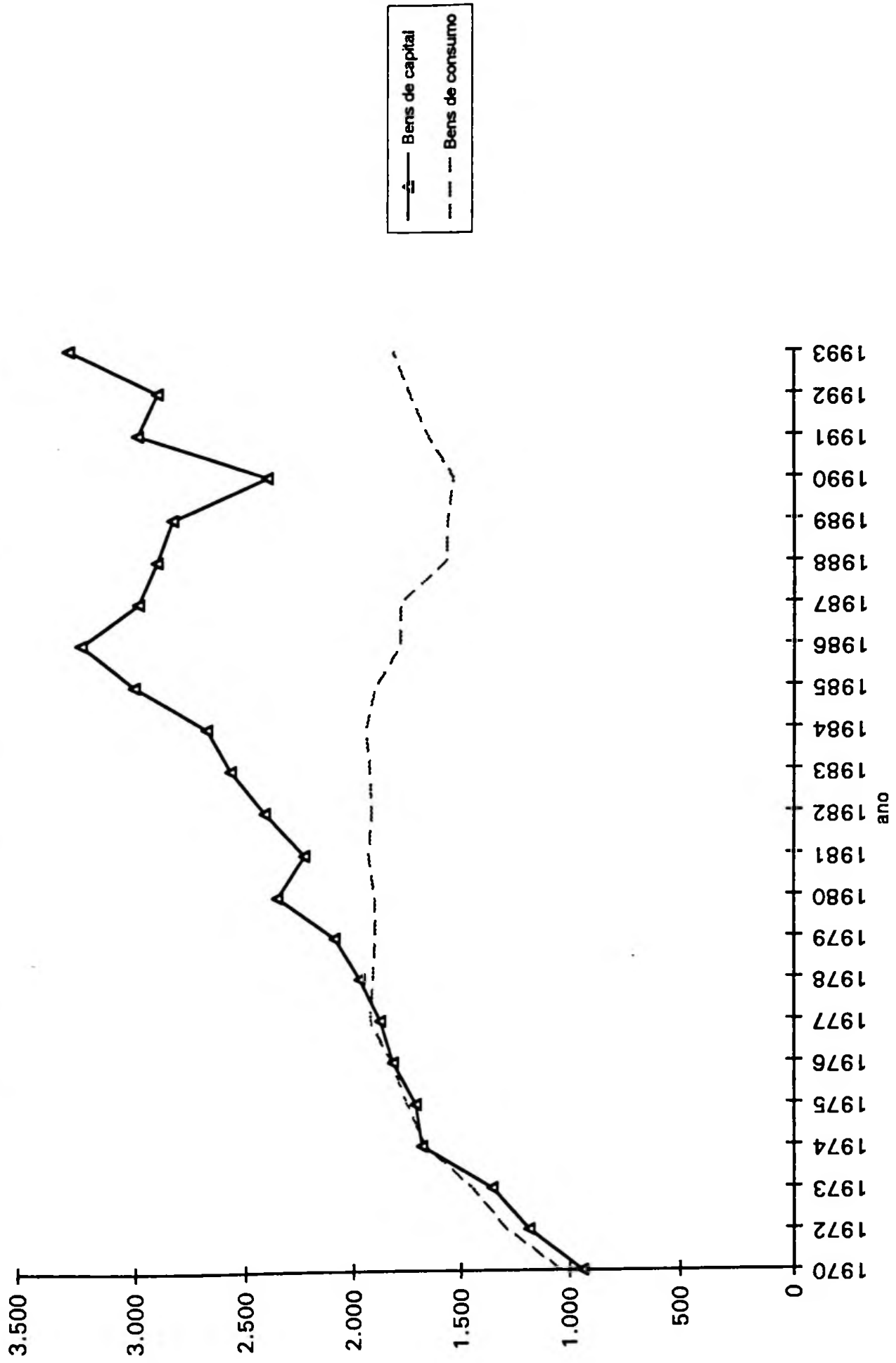
O segundo resultado de extrema relevância mostra que a produtividade no setor de bens de consumo cresce pouquíssimo de 1976 a 1981, para, em seguida, começar a decrescer. Faz-se interessante notar que a produtividade sofre suas maiores quedas em 1986 e em 1988. A partir de 1991 aponta alguma

QUADRO 12

Valor da produção Industrial pelo nº de empregados		
ano	setor bens de capital (metal.+mecânico+mat.el.com.+mat.transp.)	setor bens de consumo (têxtil+prod.aliment+vest. calç.+bebidas)
1970	941,99	1.038,21
1971	0,00	0,00
1972	1.187,76	1.289,05
1973	1.357,37	1.448,77
1974	1.686,65	1.668,08
1975	1.715,54	1.755,65
1976	1.823,14	1.830,99
1977	1.885,75	1.930,80
1978	1.983,94	1.921,00
1979	2.101,54	1.913,49
1980	2.370,94	1.918,24
1981	2.246,77	1.948,25
1982	2.432,09	1.934,28
1983	2.588,54	1.943,75
1984	2.696,61	1.961,36
1985	3.018,08	1.916,31
1986	3.243,94	1.800,30
1987	3.001,33	1.800,92
1988	2.921,18	1.585,73
1989	2.854,87	1.580,07
1990	2.431,06	1.554,73
1991	3.008,62	1.677,04
1992	2.923,14	1.763,61
1993	3.300,74	1.843,11

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal e Dados Gerais

Valor da Produção Industrial por nº de empregados



recuperação, embora em 1993 a produção por trabalhador estivesse no mesmo nível daquela observada em 1976.

É oportuno relembrar que é este setor o responsável pela formação do salário real do conjunto da economia.

No caso do setor de bens de capital pode-se verificar aumentos significativos de produtividade ao longo do tempo, embora sofrendo também fortes declínios de 1987 a 1990. De 1991 em diante a produtividade no setor de bens de capital volta a crescer aceleradamente.

Por fim vale ressaltar que, no ano de 1986, ao contrário do setor de bens de consumo, o setor de bens de capital apresenta não só crescimento, como sua segunda maior taxa de produtividade (que só se repete em 1993).

As indicações que temos por esses resultados é de que os investimentos foram dirigidos em grande parte, desde a metade dos anos setenta, prosseguindo na década de oitenta, para o setor produtor de bens de capital.

IV.2 AS INTERRELAÇÕES DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DA ECONOMIA BRASILEIRA, FRENTE ÀS IMPLICAÇÕES DO MODELO PROPOSTO

Nesta seção, apresentamos um conjunto de quadros que sintetizam as interrelações entre as variáveis e seus impactos sobre: 1) o valor da oferta de bens de consumo; 2) o saldo do balanço de transações correntes e, 3) o déficit público.

A economia brasileira apresenta, no período considerado, duas tendências distintas de comportamento. A década de setenta que se apresenta como de expansão, tanto da produção de bens de consumo como de bens de capital, e a de oitenta, se prolongando até 1993, marcada por recessão, queda de investimento, emprego e salário real.

IV.2.1 A Década do Crescimento

Dentro de todas as nuances dos movimentos da economia brasileira, nos cabe refletir sobre a produção de bens de consumo e de bens de capital. Começaremos a análise dos referidos quadros resumo pela década de setenta.

Na década de setenta, uma das constatações mais relevantes obtida dos quadros resumo, indica que o valor da

QUADRO RESUMO 1

SUMÁRIO DOS IMPACTOS DAS VARIÁVEIS SOBRE A QUANTIDADE DE BENS DE CONSUMO

Variáveis	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
$I^p + I^b$	positivo																							
WN^b	positivo																							
T^w	positivo																							
$X^c - M^c$	positivo																							
$X^i - M^i$	negativo (decresc.)																							
$J_p^c + L^c$	positivo																							
a^c	estável																							
W / P^c	crescente																							
Q^c	crescente																							

QUADRO RESUMO 3

SUMÁRIO DOS IMPACTOS DAS VARIÁVEIS SOBRE O DÉFICIT PÚBLICO

Variáveis	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
WN^B	positivo																							
T^w	positivo																							
J^d	positivo																							
J_B^e	positivo																							
I^B	positivo																							
I^P	negativo																							
$X^i - M^i$	negativo (cresc.)																							
Q^c	negativo																							
D	negativo (flutuante)																							

produção de bens de consumo cresce, impulsionado positivamente pelo investimento que faz o emprego crescer, pelos gastos do governo em salários e transferências, pois tudo isso aumenta renda de salário.

Os saldos líquidos gerados com a exportação de bens de consumo também produzem efeitos positivos no valor da produção, pela simples redução da oferta doméstica frente à demanda interna. No caso da balança comercial de bens de investimento que apresenta sucessivos déficits, esta traz impactos negativos no valor da oferta de bens de consumo especialmente na primeira metade da década quando o volume negativo do seu saldo é maior, começando a diminuir tal volume a partir de 1975. O déficit comercial com o estrangeiro implica em redução do emprego interno e portanto da renda de salário, atuando como um redutor da demanda interna de bens de consumo.

A produtividade do trabalho cresce em ambos os setores na década de setenta, o que permite também crescimento na produção. Cresce o salário real por crescer de fato o valor da oferta de bens de consumo via o aumento nas quantidades produzidas e não via aumento de preço.

No que se refere ao desempenho das contas do governo, verifica-se que elas produzem impactos de natureza positiva no déficit através do crescimento das despesas do governo com

transferências, salários e investimento. No entanto, o crescimento das quantidades produzidas de bens de consumo e o crescimento dos investimentos privados, geram aumentos na receita tributária do governo provocando efeito de redução no déficit. Efeito oposto, foi provocado pela importação líquida de bens de investimento estimulando mais o déficit na primeira metade da década e reduzindo o tamanho do efeito negativo a partir de 1975. Por fim, o bom desempenho da receita tributária que decorreu em grande parte, do bom desempenho da produção de bens de consumo e de bens de capital, associado a volumes de gastos do governo compatíveis, resultou em déficits negativos ou superávites que, embora flutuantes, ocorreram em todos os anos da década de setenta.

No caso do balanço de transações correntes, verifica-se a marca registrada da década de setenta, com seus persistentes e crescentes saldos negativos, que resumem os saldos negativos na balança comercial de bens em geral e serviços. Tal resultado leva simultaneamente a outro, qual seja, o resultado positivo no balanço de capital, que significa entrada de recursos estrangeiros, sendo neste período, devido basicamente a empréstimos oriundos do sistema financeiro internacional.

As variáveis básicas que atuam sobre o balanço de transações correntes apresentaram na década de setenta, os

seguintes efeitos sobre tal balanço: o saldo positivo no caso da balança comercial de bens de consumo trouxe efeitos também positivos sobre o saldo de transações correntes. O inverso ocorre com o resultado do comércio externo de bens de investimento que atua no sentido de aumentar o déficit do balanço de transações, e o fez com mais intensidade em torno de 1974/75 e com menor intensidade a partir de 1976. O crescimento da produção de bens de consumo e o crescimento dos investimentos também geraram impactos negativos, exatamente porque estimularam às importações de matérias primas e bens intermediários. No caso dos juros externos estes a partir de 1975 atuam negativamente sobre o saldo em transações correntes e com muito vigor no final dos anos setenta. As remessas de lucro apresentam impactos positivos sobre o saldo do balanço de transações correntes na referida década.

Os resultados observados para a década de setenta, conforme mostramos, revelam grande consistência com aqueles indicados pelas equações resumidas do modelo.

De fato o movimento das variáveis e suas interrelações terminam por gerar na década de setenta crescimento na oferta interna de bens de consumo, crescimento no salário real que, junto ao crescimento do emprego, privado e do governo, resultou no crescimento da massa de salário real, perfeitamente absorvida pela economia. A contribuição

positiva do gasto do setor público para a renda de salário foi possível sem geração de déficit, mas ao contrário, com superávites nas contas do governo. O mesmo resultado do setor público não ocorreu ao setor externo . Neste caso os déficits da balança de transações correntes ao serem financiados largamente por endividamento externo, permitiram o crescimento das quantidades ofertadas em ambos os setores aqui tratados, por toda a década de setenta, enquanto durou tal tipo de financiamento. Por fim, nesta década, temos gastos expansionistas consistentes com a expansão da economia, possibilitados pelo financiamento externo.

IV.2.2 A Década em que se Explicita o Limite do Financiamento Externo - A Chamada Década Perdida

Trataremos, agora, de procurar entender a década de oitenta, que apresenta como característica marcante, o agravamento da explicitação do limite do financiamento externo e conseqüente surgimento de um processo de desarranjo na economia. Na década de oitenta não se tem mais as características de crescimento relativamente uniformes e consistentes da década de setenta. Desta maneira, o que podemos fazer, de uma forma aproximada, é identificar alguns sub-períodos que tenham alguma uniformidade.

Conforme o nosso quadro resumo, pode-se destacar três sub-períodos na década de oitenta: 1) de 1981 a 1984, 2) de 1985 a 1986 e 3) de 1987 em diante.

No primeiro período da década de oitenta, 1981 a 1984, dada a agudização da crise, verifica-se um conjunto de medidas as quais permitem, em consonância com as condições da produção interna especialmente de bens de capital, um rápido ajuste externo. Observando os quadros resumo, verificamos que nesse período saímos de um déficit no balanço de transações correntes, da ordem de 16,3 bilhões de dólares para aproximadamente um terço disto em 1983 e passando a obtenção de saldos positivos em 1984.

Isto foi resultado de efeitos positivos no saldo do referido balanço, gerados pela redução dos investimentos, que se traduz também em redução da demanda de importação de bens intermediários, e pela inversão do resultado da balança comercial, que passa a explicitar o esforço exportador com saldos positivos tanto na balança de bens de capital como na de consumo, sendo que nesta última o resultado não é novidade na economia brasileira. Os juros do governo trazem efeitos negativos e a oferta de bens de consumo pára de crescer parando também de estimular a demanda de importações de bens intermediários, o que gera efeito positivo no saldo do balanço de transações.

Pelo lado das contas do governo o déficit público, é positivo a partir de 1982, embora fique em nível muito pequeno. Para este resultado de déficit contribuíram: a redução dos investimentos privados, os juros totais do governo que cresceram nesse período, e as demais transferências. As despesas do governo com pessoal, geraram impacto positivo no déficit, exceto no ano de 1984, quando caíram. No caso das exportações líquidas de bens de capital, estas produziram efeitos de redução no déficit assim como os investimentos do governo. A produção de bens de consumo, por ter se estabilizado, não altera sua contribuição para a receita tributária e portanto para o déficit.

Por fim, o ajuste, ao reduzir os investimentos, produziu efeitos diretos negativos na produção de bens de consumo, embora também se verifique outros impactos positivos no valor da oferta de bens de consumo, via os gastos do governo com salários e tranferências. Além, dos efeitos positivos produzidos pelas exportações líquidas de bens de consumo pois estas, reduzem a disponibilidade interna desses bens. A produtividade neste setor fica estabilizada de tal maneira que o salário real cai pois, a redução da quantidade ofertada de bens de consumo permite ajuste no valor da produção via aumentos de preços.

Fica claro portanto que o ajuste externo implicou em recessão, queda do salário real e queda na massa de salário real que de 1982 para 1983 foi da ordem de 25% enquanto que o

PIB caiu em torno de 3% indicando piora na distribuição de renda do ponto de vista dos salários.

No sub-período que envolve os anos de 1985/86, a tentativa de conduzir a economia de forma diferente da anterior, fez com que a Nova República tentasse manter equilíbrio externo mas com crescimento econômico e estabilização de preços. Foi aí que tivemos implantado o famoso plano cruzado. De tal forma que trataremos aqui, apenas daquilo em que este sub-período se diferencia do anterior, para verificarmos os impactos resultantes, através dos quadros resumo.

No balanço de transações correntes observa-se saldos negativos nesse sub-período, devido a modificações no comportamento das variáveis tais como o investimento, que cresce produzindo efeito negativo no saldo, pois estimula a importação e portanto o déficit. A exportação líquida de bens de consumo cai consideravelmente nesses anos, o que resulta em impacto direto, negativo, no saldo do balanço de transações

No caso do déficit público verifica-se flutuações que se mostram positivas. Verifica-se que o investimento público cresce significativamente nesse sub-período, proporcionando efeitos positivos no déficit. Enquanto o crescimento do investimento privado, que foi significativo em 1986, gerou

efeito contrário ou seja, de aumentar a arrecadação tributária e portanto redução no déficit. É um sub-período com flutuação dos juros internos e externos do governo produzindo impactos positivos no déficit. Por outro lado, o crescimento acelerado do gasto do governo, nesses anos, com salários, produziu impactos positivos no déficit.

O valor da oferta de bens de consumo é resultante dos efeitos positivos gerados pelos aumentos dos investimentos, pelos gastos acelerados do governo com transferência e salários e recebe impacto negativo pela redução significativa em 1985/86 da exportação líquida de bens de consumo. Mesmo com a produtividade em queda no setor, verificamos que o valor da produção se ajusta via aumento de quantidade de bens de consumo para o mercado interno, produzindo aumento no salário real. Esse resultado é viabilizado, principalmente, pela redução da quantidade de bens de consumo exportados sem contar que em 1986 tem-se um longo congelamento de preços implementado através do plano cruzado.

As inconsistências contidas no sub-período acima explodem a partir de 1987 e revelam que, com a barreira externa, qualquer déficit se materializa em crise e que as alternativas são poucas. De tal forma que tentaremos observar o que de novo se reproduz na economia brasileira olhando pelo nosso quadro resumo este último sub-período que vai de 1987 a 1993.

Verifica-se nesse sub-período que o balanço de transações correntes volta a apresentar resultados que, embora flutuantes, são de natureza predominantemente positiva para o conjunto dos anos aqui analisados. Isto é resultado dos efeitos positivos gerados pelo declínio dos juros do governo, pela queda dos investimentos privados, pela queda da oferta de bens de consumo e pelo crescimento das exportações líquidas de bens de capital. No caso das exportações líquidas de bens de consumo embora estas apresentem declínios em alguns anos, o volume do saldo não se afasta significativamente do saldo médio do período. A variável que apresenta impacto negativo no saldo do balanço de transações é a remessa líquida de lucros para o exterior, pois esta cresce nesse período.

No caso do déficit público, este cresce aceleradamente neste sub-período como resultado da queda do investimento e da produção de bens de consumo que, ao exercerem efeitos de redução na receita tributária geram impactos de crescimento no déficit. O investimento do governo ao crescer, contribue também positivamente para o crescimento do déficit nesse sub-período. As exportações líquidas de bens de capital contribuem no sentido de redução do déficit, os juros do governo flutuam gerando impactos positivos os externos e negativos os domésticos. As transferências também fazem crescer o déficit mas a variável que mais contribue para o aumento do déficit

público é sem dúvida a despesa com salário e encargos do governo

O resultado em termos do valor da produção decorre de efeitos negativos provocados pela queda dos investimentos e dos efeitos positivos gerados pelos gastos do governo em transferências e salários, pelos elevados saldos positivos da balança comercial em ambos os setores . A produtividade embora caia até 1990, passa a se recuperar a partir de 1991. No entanto o resultado é de queda nas quantidades produzidas de bens de consumo inclusive no final do período, quando se tem uma indicação clara das quedas efetivas no nível de emprego. O resultado de tudo isso é que o valor da produção se ajusta pela elevação de preço relativo o que produz, de imediato, queda no salário real e na massa de salário real.

Este capítulo exprimiu o comportamento de todas as variáveis macroeconômicas selecionadas pelo nosso modelo e a consistência com que as equações resumidas exprimiram os próprios acontecimentos, os movimentos e as interrelações das variáveis na realidade brasileira. Os resultados revelam uma economia profundamente desequilibrada, fortemente dependente de recursos externos para crescer.

Diversos caminhos foram trilhados, na busca do ajuste externo. Os limites expressos nos movimentos acima apresentados ensinam muito sobre o "poder" do Estado

Brasileiro. Na verdade, o Estado Brasileiro, na falta de financiamentos externos, ficou restrito a encaminhamentos ou no sentido da recessão ou no sentido da inflação descontrolada.

4.2.3 O Ajuste Recessivo

No período 1980/84 foi produzido um rápido ajuste, pois em dois anos foi zerado o déficit no balanço de transações correntes. Tal ajuste, foi produzido com redução de investimento, produção de megas superávits comerciais tanto de bens de consumo como de bens de capital, controle no crescimento nas contas do governo especialmente no gasto com salários, de tal forma que a despeito dos elevados pagamentos de juros, o déficit do governo foi positivo mas pequeno, pois representou em 1982/83 menos de 0,5% do PIB e em 1984 1,3%.

Evidentemente que tais medidas explicitam o caráter recessivo do ajuste que, entendemos após este trabalho, ter sido muito mais uma imposição pela gravidade da situação externa e ao mesmo tempo a profunda dependência do país a esta situação, do que um processo de escolha do police-maker.

Tal ajuste custou queda no PIB em 1981 e em 1983 com queda da produção de bens de consumo e de bens de capital, encolhendo a oferta doméstica. No caso da queda da oferta dos

bens de consumo, esta levou à queda no salário real que associado a redução no volume de emprego promoveu queda da massa de salário real se constituindo em forte indicador de piora na distribuição de renda. Em 1984 o PIB apresenta boa recuperação, sendo que o setor de bens de consumo fica praticamente estabilizado e o setor de bens de capital é que apresenta significativa taxa de crescimento, de tal maneira que a situação de queda do salário real não muda.

4.2.4 O Ajuste Inflacionário

Inconformados com os limites e fragilidade da economia brasileira a Nova República antes e depois com o plano cruzado promove uma tentativa de retomar o crescimento e não parece querer assumir claramente a posição de árbitro na disputa distributiva determinando ganhadores e perdedores.

A tentativa de crescimento materializou-se através do aumento do investimento do governo e dos incentivos a investimentos privados que cresceram, e através dos aumentos significativos na despesa corrente do governo especialmente salários e encargos. Teve como ajuda a queda nos juros do governo, o que facilitou a se obter um déficit pequeno. No entanto a composição do déficit com o aumento da pressão dos salários já sugere tempestade a vista que, de fato, já vai ocorrer em 1987.

Pelo lado externo foi propiciada redução significativa na exportação de bens de consumo resultando em novos déficits no balanço de transações correntes. O resultado é crescimento, num primeiro momento, da oferta interna de bens de consumo que se processa pela realocação desses produtos que ficam no mercado doméstico, em vez de seguir para o mercado externo. Isto é tão evidente pois a produção de bens de consumo cai mais acentuadamente em 1986. No entanto com o aumento da disponibilidade interna de bens de consumo há crescimento de salário real e da massa de salário real, o que constitui indicativo de melhora na distribuição de renda. Evidentemente que esta situação além de inconsistente é artificial.

Além do que, não se pode esquecer que o país se encontra em 1986 com congelamento de preços imposto pelo plano cruzado e com uma aquecida demanda monetária por bens de consumo, alimentada como já dissemos pelo próprio gasto do governo e com saldo negativo no balanço de transações.

O que é importante entender é que quando se estabelece a barreira externa, qualquer déficit vira crise, Onde as disputas distributivas se aceleram, há fuga de recursos para o exterior etc. Como a economia é muito pragmática, no final do plano cruzado, a explosão das inconsistências leva a que em 1987 se substitua a barreira externa pela barreira

inflacionária cuja substituição a nível teórico já tratou Kregel (1973).

A partir de 1987 a barreira inflacionária começa a funcionar quando passamos, de 1987 a 1989, por agudizações do processo inflacionário chegando a beirar situação de hiperinflação.

As caracterizações mais importantes desse período além do já colocado acima, são os saldos do balanço de transações correntes flutuantes mas de preponderância positiva e enormes déficits do governo alimentado fundamentalmente pelo consumo do governo especialmente pelos gastos com salário. A quantidade ofertada de bens de consumo e de bens de capital diminui sensivelmente no período, o que realmente significa ajuste no valor da produção via elevação dos níveis de preços. Os ajustes no valor da produção de bens de consumo com aumentos de preços faz cair salário real e massa de salário real acarretando piora no perfil de distribuição de renda.

A partir de 1990 com o advento do plano Collor algumas nuances podem ser sentidas, embora não caiba aqui aprofundar, como por exemplo, o melhor desempenho da produtividade em ambos os setores a partir de 1991 que pode ser decorrente da abertura comercial iniciada neste período. Mas a produção cai e nível de emprego cai acentuadamente nesse final do período analisado.

A análise desse período pós-1987 nos ensina que o Brasil para manter um certo equilíbrio no balanço de transações corrente tem que obter superávites comerciais e desaquecer investimentos. Ora isso para ter alguma consistência não permite que o governo produza déficits elevados como tem sido o caso brasileiro. Com isso acontecendo, o ajuste recai de forma pesada sobre o salário real produzindo efeitos distributivos importantes na economia.

Realmente, nos chamou atenção os níveis atingidos pelo déficit do setor público na segunda metade da década de oitenta. O crescimento violento das despesas do governo principalmente com pessoal traz um sério agravante adicional a já complicada situação do país, pressionando os recursos já restritos. O investimento do governo apresenta um crescimento quase que imperceptível no período.

As razões que podem ter levado o governo a produzir déficits crescentes, pode ser atribuído a aspectos institucionais, políticos, de responsabilidade, mas sobretudo decorrem da ausência de um ajuste fiscal estrutural desde o início da crise dos anos oitenta. Como argumentam Giambiagi & Soares (1992) sobre o plano de ajuste do início dos anos oitenta, quando afirmam que tal período pode ser definido como um período de repressão artificial do déficit. De

qualquer forma, reforma administrativa que evite pontos de estrangulamento na estrutura de gasto do setor público não é matéria de conteúdo simples. Envolve muitos interesses, envolve questões de natureza jurídica, e sobretudo envolve credibilidade.

CAPÍTULO V

À GUIA DE CONCLUSÃO

Embasamos este trabalho na análise da economia com dois setores, o de bens de consumo e o de bens de capital, na certeza de que as relações e comportamento desses dois setores permitem que se delineie, não apenas quantitativamente mas, sobretudo qualitativamente, a forma de se desenvolver da economia. O desenvolver aqui significa gerar riquezas e distribuí-las na forma de lucros e salários.

As interrelações e comportamento desses setores são fortemente afetadas pelas suas condições de oferta e esta, por sua vez, é afetada direta ou indiretamente, pelos níveis do investimento, pelas condições do mercado internacional, seja em termos do comércio seja pela existência ou não da barreira externa, assim como também é afetada pela composição do déficit público operacional conforme verificamos no capítulo anterior. De tal forma que redução ou ampliação da oferta desses bens no mercado interno provocam impactos distributivos importantes pois, como vimos, condicionam o comportamento do salário real e da massa de salário real, que por sua vez, definem o que fica alienado aos trabalhadores, do produto ou da renda nacional.

Desta maneira, o percurso que fizemos, olhando a economia brasileira de 1970 a 1993, nos causou algumas surpresas importantes, mas não nos causou estranheza. Desta forma vamos revisitar os principais pontos deste percurso e procurar coerência de suas ligações.

A economia brasileira delinea-se pelo menos dois comportamentos distintos dentro do período estudado. O comportamento da década de setenta que caracterizou-se como de crescimento tanto da produção de bens de consumo como de bens de capital e o da década de oitenta, marcado por recessão e inflação ao ponto de se chamar década "perdida". No entanto, os elementos propulsores da energia expansionista, que na década de setenta se concentram em grande parte nos financiamentos externos, já contém os elementos do esvanecimento que se verifica no período seguinte quando se estabelece a barreira externa ou barreira do balanço de pagamentos, como chama Kregel (1973).

Quando dissemos que a década de setenta já continha o elemento que formalmente iria detonar a crise dos anos oitenta é porque ele já havia dado sinais na metade dos anos setenta. É interessante revisitar o início da década de setenta (1970/1973) que se distingue dos demais anos especialmente por apresentar um reduzidíssimo déficit no balanço de transações correntes que, a partir de 1974, vai se expandir significativamente.

É sabido que a expansão do déficit em transações correntes está associada aos crescentes empréstimos internacionais. Não só isso, esse processo de endividamento externo é, simultaneamente, um processo de estatização. Em outras palavras, à partir de meados dos anos setenta, ocorre um vigoroso processo de estatização da dívida externa, conduzido, inicialmente, como mecanismo de financiamento do II PND. Tal processo de estatização da dívida externa vulnerabilizou a economia brasileira às variáveis externas.

Em função de objetivos internos, o Presidente dos EUA praticou uma política econômica que produziu juros domésticos elevadíssimos. Como a economia norte-americana tem uma importância muito grande no cenário mundial, atraiu capitais do resto do mundo, e os demais países foram obrigados a, também, elevar suas taxas de juros, para evitar fugas de capital. O chamado "choque dos juros" vulnerabilizou o mercado financeiro internacional, promovendo "quebras" e fechando tal mercado para países em desenvolvimento.

O Brasil, então, passou a gerar vultosos superávites comerciais, para honrar seus compromissos externos. Esse superávit externo era produzido pelas exportações do setor privado, mas quem precisava comprar essas divisas, para honrar os referidos compromissos, era o setor público. Criou-se, assim, um problema de finanças públicas.

Com as estatais tendo suas tarifas comprimidas, para gerar externalidades ao setor privado e gerar o próprio superávit comercial, sem a capacidade política para fazer uma reforma tributária, com metas de controle da inflação e, portanto, sem o recurso da emissão em volume suficiente, o governo, para comprar aquelas divisas, vê-se obrigado a recorrer ao endividamento interno.

Não é por acaso, portanto, que, quando essa transmutação do endividamento externo para interno se avoluma na década de oitenta, o Estado esteja sem capacidade para promover um verdadeiro programa de desenvolvimento. Isto é tão marcante que Schwartzman (1990), com um esquema teórico diferente do nosso, chegou a atribuir, ao mecanismo de financiamento do II PND, que constituiu um processo de estatização da dívida externa, a responsabilidade pela década "perdida".

Dentro deste contexto, os resultados para a década de setenta nos permite uma das mais importantes constatações, a de que a produção de bens de consumo cresceu. Constatamos, também, que as exportações líquidas de bens de consumo pressionaram positivamente o aumento da produção interna de bens de consumo para o mercado interno. Cresce a disponibilidade, de bens de consumo para o mercado interno, por trabalhador, permitindo crescimento do salário real.

O investimento cresce de forma considerável produzindo aumentos significativos no nível geral de emprego do setor industrial, tanto no setor de bens de consumo como no setor de bens de capital. A produtividade por trabalhador cresce em ambos os setores. Pelo menos até 1979, não se tem grandes diferenças nas produtividade/trabalhador entre os setores de bens de consumo e de bens de capital, o que nos leva a supor que a distribuição da acumulação, entre os dois setores, na primeira metade da década de setenta, era razoavelmente equilibrada, propiciando desempenho equivalente de ambos até o final da referida década.

Na década de setenta, o volume de emprego do governo cresce, bem como as transferências governamentais. Tudo isso faz crescer a renda de salário que se constitui em pressão de demanda de bens de consumo. Verificamos que de fato o setor de bens de consumo responde via aumento de oferta pois, constatamos crescimento nas quantidades produzidas. Desta forma, ocorre também bons desempenhos na receita tributária bruta do governo que permite, aliado ao comportamento consistente das despesas com transferências, consumo e investimento, que se obtenha por toda a década de setenta superávites operacionais nas contas do governo.

No caso do balanço de transações correntes, verificam-se déficits por todo o período, de pequenas magnitudes no início dos anos setenta e de grandes magnitudes a partir de 1974.

Esses déficits na conta de transações correntes derivam, inclusive, de déficits verificados na balança comercial, especialmente, na conta do petróleo, mas, também devido às importações de outras matérias primas, bens intermediários e bens de investimentos. Importações decorrentes do elevado nível dos investimentos internos.

Tais déficits só são possíveis de ocorrer devido aos saldos positivos na conta de capital via empréstimos externos. Portanto, nesta década, o financiamento externo, que alimentou o déficit na balança de transações, foi a grande alavanca que propiciou os resultados de crescimento com ganhos de salário real bem como da massa de salário real medida em termos dos bens de consumo setor industrial

O final dos anos setenta, com o advento da segunda crise do petróleo, coloca a economia brasileira em rota de profundas turbulências. A explosão do juro internacionais, não só põem em cheque as bases dos financiamentos externos fartamente utilizados na segunda metade da década de setenta, como de fato tal mercado se torna inacessível ao Brasil e esta será a questão estrutural básica, que vai perdurar por toda a década de oitenta início da de noventa, se constituindo na própria barreira externa ao crescimento.

A crise explicita a debilidade do modelo. Como escreve com muita propriedade Goldenstein (1994): "sem uma base de

acumulação própria suficiente para manter este esquema - via arrecadação fiscal ou geração de lucros de suas empresas - o Estado recorre ao financiamento externo por meio do qual cria a 'força' que não possui. É assim que, no momento de farta liquidez internacional, o Estado brasileiro, aprofundando os laços de dependência, aparece como o todo-poderoso que distribui recursos para todos os setores capitalistas. Sua verdadeira fragilidade só vem à tona nos momentos de restrição de liquidez internacional, quando se aprofunda a disputa interna por recursos e ele se revela incapaz de arbitrar ganhadores e perdedores, mantendo as transferências de recursos, os quais não possui, às custas do comprometimento da acumulação de longo prazo" (p.67).

O período de 1980 a 1993 apresenta situações muito diferentes daquelas verificadas na década anterior. Os níveis de investimento apresentam tendência de queda e, conseqüentemente, o volume de emprego experimenta também declínio, de forma que o nível de emprego no setor industrial em 1993, corresponde ao volume de emprego verificado em 1975.

A explicitação do limite da barreira externa faz com que o balanço de transações correntes exija esforços urgentes no sentido de que seja obtido, não apenas saldos positivos na balança comercial, mas que sejam verdadeiros megas superávites. Isto põem em marcha na economia um grande esforço exportador e impõe mais restrições pelo lado das

importações. Percebe-se, então, que os investimentos do II PND permitiram ao setor de bens de capital apresentar crescentes superávites comerciais com o exterior, invertendo radicalmente sua posição em relação a década de setenta.

Zockun (1988) mostra que, em 1979, importou-se 16,3 bilhões de dólares de produtos industriais não alimentícios. Em 1983, essas importações reduziram-se para 13,7 bilhões que, a preços de 1979, significam 9,1 bilhões de dólares. Houve, portanto, entre 1979 e 1983, uma redução de 7,2 bilhões de dólares, à preços de 1979.

Um tipo de corte mostra que 62,4% dessa redução ocorreu em bens intermediários, 33,2% ocorreu em bens de capital, 1,1% ocorreu em bens de consumo durável e 3,3% ocorreu em bens de consumo não durável. Outro tipo de corte mostra que 27,8% deveu-se à queda na demanda, fruto da política de contenção do crescimento, 5,1% deveu-se a alteração na composição da produção entre os setores, 12,4% deveu-se a alteração na composição da produção dentro dos setores, e 54,7% deveu-se à substituição de importações, fruto dos investimentos do II PND.

De acordo com nossas estimativas, o setor de bens de capital apresenta saldos médios positivos da ordem de 5,8 bilhões de dólares, de tal maneira que não ficou só por conta do setor de bens de consumo o peso do ajuste externo.

No entanto, a exportação líquida de bens de capital, não produziu crescimento significativo no emprego. E isto porque a produtividade aumentou, em torno de 72%, relativamente a década anterior. De forma que o crescimento das exportações líquidas de bens de capital não parece ter exercido muita pressão, como era de se esperar, no valor da oferta de bens de consumo .

O setor de bens de consumo, como sempre foi tradição no Brasil, contribuiu decisivamente com seus saldos positivos para os grandes superávites da balança comercial, na década de oitenta. Apresenta saldos médios anuais, da ordem de 10,3 bilhões de dólares. No entanto, a produção de bens de consumo cai e as exportações líquidas de bens de consumo crescem o que implica em redução da disponibilidade interna, acarretando diretamente um ajuste via preço no valor da produção de bens de consumo. Tal resultado implica em queda de salário real, queda da massa de salário e numa clara indicação de intensificação da concentração de renda.

A mudança de preços relativos, promovendo aumento nos preços dos bens de consumo, explicita com muita veemência um problema estrutural do qual a economia brasileira nunca se libertou e que aponta para questões de produtividade entre os setores e de atraso nas relações econômicas básicas. Marx (1971), já se referia à necessidade do capitalismo de

"aumentar a produtividade do trabalho, o que exige alteração no instrumental ou no método de trabalho ou em ambos ao mesmo tempo", e promover, dizia ele, o "linkage" de produtividade (base técnica e tecnológica) entre o setor produtor de bens de consumo e os demais setores da economia.

Para o referido autor, esse processo era o que caracterizava o capitalismo moderno e se constituía na única forma de fazer crescer salário, pela redução no valor da força de trabalho, sem criar por isso qualquer restrição à acumulação de capital.

Conforme constatamos nos nossos dados empíricos, a produção de bens de consumo cai a partir de 1981 apresentando em 1993 o mesmo nível de oferta de 1976. No caso da produção de bens de capital esta apresenta tendência forte de crescimento até 1986 . De 1987 até o final da nossa série, apresenta queda chegando em 1993 com o nível de oferta levemente superior ao de 1980. Portanto é notável a diferença no comportamento da oferta dos dois setores, na década de oitenta, especialmente em 1985/86/87, quando as distâncias ou desproporcionalidades entre ambos, assumem valores consideráveis.

O nível de emprego cai proporcionalmente mais no setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo, em decorrência de ser a produtividade, também muito maior no

setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo. Esses diferenciais de produtividade devem ser resultado das decisões de investimento constantes do II PND, lá em 1974/75, que privilegiava o setor de bens de capital e bens intermediários em detrimento do setor de bens de consumo.

Tais decisões, independente do ajuste externo, deve ter implicado na modificação da distribuição da acumulação entre ambos os setores, gerando descompassos importantes de produtividade, acarretando mudança de preço relativo, propiciando encarecimento dos bens de consumo, e conseqüentemente queda de salário real. O capitalismo brasileiro nunca conseguiu, de fato reverter essa situação de atraso e dar um salto qualitativo na sua base social de produção.

Soares (1992) chegou à mesma conclusão que chegamos. O referido autor, baseado em V. I. Lenin, estudando a relação cidade/campo, na promoção do desenvolvimento brasileiro, enfatiza que o atraso da vitória da grande produção no setor de bens de salários produz grande dificuldade para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, produz um teto para a taxa geral de lucro e, conseqüentemente, produz um limite para os investimentos. A acumulação, no Brasil, conseqüentemente, tem grande dificuldade para gerar, simultaneamente, na mesma proporção, melhoria de condições de vida material para a grande massa de assalariados. As

melhorias obtidas, ainda que significativas, não foram suficientes para dar um salto qualitativo na acumulação de capital.

O que queremos ressaltar é que o II PND, apesar da retórica distributiva de renda, na prática, ao desconsiderar a importância do setor de bens de salário, produziu disparidades distributivas significativas, ao produzir disparidades significativas entre as produtividades no setores de bens de consumo e de capital.

Antes do II PND, essa disparidade de produtividade ocorria apenas entre os bens de consumo "in natura" e os bens de consumo industrializados, ver Casseb (1983) e Kadota & Soares (1987). Após o II PND, como fruto do perfil de investimentos ali implementados, a disparidade passa a ocorrer também entre os bens de consumo industrializados e bens de capital. Do ponto de vista distributivo, o II PND caminha para trás.

Do ponto de vista das consequências negativas para o desenvolvimento, mais importante que a estatização da dívida externa, enfatizada por Schwartzman (1990), ou a ausência de competitividade sistêmica indispensável para se participar da terceira revolução industrial, enfatizada por Goldenstein (1994), é a restrição à produtividade de bens de salário

agravada pelo perfil de investimentos do II PND e que não foi superada pelos governos subseqüentes.

A produtividade do setor de bens de salário esteve estagnada desde meados da década de 1970 até meados da década de 1980. Por incrível que possa parecer a alguns, inclusive à nós, a despeito de toda crise enfrentada pela economia brasileira no final da década de 70 e início da década de 80, a produtividade do setor de bens de consumo teve um leve crescimento.

A queda da produtividade no setor de bens de consumo ocorre, mesmo, é durante o governo da "nova" república. A produtividade cai significativamente, voltando para patamares de quase vinte anos atrás. Exatamente numa fase em que o governo alegava fazer política econômica compensatória do "arrocho" promovido pela ditadura militar. A falta de base teórica, talvez, justifique a distância entre teoria e prática.

Após 1990, provavelmente, em função da abertura comercial com o exterior, a produtividade do setor de bens de consumo volta a crescer mas, em 1993, ainda não tinha atingido o patamar de 1976.

A barreira externa à economia brasileira tem repercussões de longo alcance. As tentativas de ajuste, em

geral, produziram recessão, desemprego e queda de salário real. Quando se tentou ajustar com crescimento, o resultado foi a aceleração inflacionária.

A barreira interna à economia brasileira está na dificuldade para alavancar a produtividade do setor de bens de salário, o suficiente para permitir uma folga na acumulação.

Quando as duas atuam simultânea e fortemente, as conseqüências são dramáticas para a maioria da população brasileira, pois atuam na direção da piora do perfil da distribuição de renda do país.

Para o futuro, a lição que fica é a necessidade premente e urgente de mudar o perfil dos investimentos, priorizando o setor de bens de salário e seu engate com o mercado mundial. É claro que isso traria repercussões importantíssimas na divisão internacional do trabalho. Afinal, seria mais um país, com dimensões continentais, tentando sentar na "mesa dos oito grandes" e as reações não seriam desprezíveis, pois isso significaria redistribuir o "bolo" da riqueza mundial. Se temos uma nação, com capacidade para tamanho desafio, é a dúvida que fica para a autora deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, J.E & CAMARGO, J.M. - "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", in Revista de Economia Política, vol.13, nº4(52), Centro de Economia Política, São Paulo, Nobel, 1993.
- BAER, M. - *O Rumo Perdido. A Crise Fiscal e Financeira do Estado Brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- BANCO DO BRASIL, CACEX, DEPEC - *Brasil- Comércio Exterior, Relatório, Séries Estatísticas*, 1974, 1979, 1984.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - *Boletim do Banco Central*, diversos números, Brasília.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - *Boletim do Banco Central, Relatórios Anuais*, diversos números, Brasília.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento Econômico, Consultoria da Conjuntura Econômica (DEPEC/COACE), Brasília 1990, 1994.
- BARROS DE CASTRO, A. & PIRES DE SOUZA, F.E. - *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- BLECKER, R. A. - "International Competition, Income Distribution and Economic Growth", in Cambridge Journal of Economics, vol. 13(3), setembro de 1989.
- BONELLI, R. & MALAN, P.S. - "Os Limites do Possível: Nota Sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70", in Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, ago/1976.

- CACCIAMALI, M. C. - "Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil", in Manual de Economia, 2a.Ed., São Paulo, Saraiva, 1991.
- CASSEB, N. B. - *As Condições de Reprodução da Força de Trabalho em São Paulo: A Questão Alimentar*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1983.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, diversos números, FGV, Rio de Janeiro.
- CRUZ, P.D. - "Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil- ensaios sobre a crise, Belluzzo, L.G.M. & Coutinho, L. (orgs.), vol.2, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DAVIDSON, P & KREGEL, J. - *Macroeconomic Problems and Policies of Income Distribution*, Aldine, 1989.
- ESVAEL DO CARMO, *Um Enfoque Integrado para Números-Índices Econômicos: Uma Aplicação ao Cálculo de Índices de Preços ao Consumidor no Município de São Paulo no Período 1939-1986*, mimeo., Tese de Doutorado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Economicas (IPE/USP), 1987.
- FIBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais - *Contas Nacionais*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987 e 1994.
- FIBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Indústria - *Indicadores de emprego, salário e valor da produção industrial 1971-90*, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- FIBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Indústria - *Pesquisa Industrial Mensal, Dados Gerais, Emprego, Salário e Valor da Produção, Brasil, 1991, 1992, e 1993*, Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

- FURTADO, C. - "*Diagnóstico da Crise Brasileira*", in *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. - *Análise do Modelo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- GIAMBIAGI, F. & SOARES, J.C.G. - "*Consumo do Governo, Juros Externos e Inversão Reprimida: o Problema da Dívida Externa Revisada*", in *Revista de Economia Política*, vol.12, nº3 (47), Centro de Economia Política São Paulo, Nobel, 1992.
- GOLDENSTEIN, L. - *Repensando a Dependência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- KADOTA, D. K. & SOARES, P. T. P. L. - *Financiamento Rural*, mimeo., Relatório de Pesquisa, São Paulo, FIPE/IPEA/IPLAN, 1987
- KALECKI, M. - *Class Struggle and Distribution of National Income*, London, Cambridge University Press, 1971.
- KEYNES, J. M. - *A Treatise on Money*, London, MacMillan, 1930.
- KREGEL, J. A. - *The Reconstruction of Political Economy*, New York-Toronto, John Wiley & Sons, 1973.
- LANGONI, C.G. - *Crise do Desenvolvimento. Uma Estratégia para o Futuro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- MARX, K. - *O Capital*, vol.1, 2ªed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- MENDONÇA DE BARROS, J.R. & GRAHAM, D. - "*The Brazilian Economic Miracle Revisited: Private and Public Sector in a Market Economy*", in *Latin America Research*

Review, vol. XIII, no. 2, North Carolina, University of North Carolina, 1978.

MINSKY, H. - Stabilizing an Unstable Economy, Yale University Press, 1986.

MOURA DA SILVA, A. - "*Distribuição de Renda e Senso Comum*", *Ensaio Econômico*, Série IPE-Monografia, No. 10, São Paulo 1978.

MOURA DA SILVA, A. - *Empregos e Preços no Curto Prazo*, *Ensaio Econômico*, No.2, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), São Paulo, 1979.

MOURA DA SILVA, A. - "*A Evolução Recente da Economia Brasileira*", in Revista de Estudos Econômicos, vol. 9, no. 3, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1979.

RANGEL, I. - *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempos Brasileiros, 1963.

SOARES, P.T.P.L. - *Crise dos Anos 1960: Um Estudo dos Diagnósticos de Rangel, Singer, Simonsen e Tavares*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1981.

SCHWARTSMAN, A. - *Auge e Declínio do Leviathan: mudança estrutural e crise na economia brasileira*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1990.

SOARES, P.T.P.L. - *Um Estudo Sobre Lenin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil*, mimeo., Tese de Doutorado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1992.

VIEIRA, C.A. - *Urbanização e Custo de Reprodução da Força de Trabalho*, mimeo., Tese de Doutorado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1983.

ZOCKUN, M.H.G.P. - "A Queda de Importações e o Ajustamento da Indústria na Recessão", in Brasil 1980- Os Desafios da Crise Econômica, Braga, C.A.P., Cacciamali, M.C., Cabral de Castro, M. & Rocca, A.C. (orgs.), São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1988.

ANEXO I

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	ind. geral	ind. extrat	ind. trans	min. ã metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1970	228.793.602	6.536.526	222.257.076	13.645.847	27.333.997	23.458.352	13.683.568	22.335.573
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	228.059.958	6.735.785	221.324.172	12.368.397	30.589.301	20.665.902	13.369.061	28.627.424
1973	276.804.141	6.904.067	269.900.074	14.813.530	35.009.562	36.117.093	16.207.681	29.475.660
1974	299.247.195	6.424.079	292.823.116	15.558.983	40.953.217	46.089.638	19.440.019	23.892.074
1975	337.408.414	6.034.137	331.374.277	18.061.956	46.728.869	58.533.940	19.646.652	30.214.394
1976	388.212.814	6.793.810	381.419.004	20.024.819	51.992.088	64.104.198	22.897.807	32.734.568
1977	423.871.254	7.871.499	415.999.755	23.375.880	56.482.810	74.450.112	26.447.582	35.345.509
1978	478.627.884	3.977.155	469.650.729	25.267.549	60.481.618	84.372.415	33.667.633	40.190.216
1979	531.779.562	1.091.157	520.688.405	27.556.495	68.976.648	96.223.395	31.906.770	45.892.914
1980	586.414.682	12.403.940	574.010.742	32.047.091	74.283.745	109.232.010	34.686.037	51.344.817
1981	571.358.989	13.045.273	558.313.717	30.167.370	69.398.453	102.671.993	34.855.579	46.984.109
1982	619.787.539	14.643.383	605.144.156	33.860.205	71.040.156	107.655.220	35.620.031	49.672.103
1983	496.027.444	11.196.025	484.831.419	24.300.107	51.351.629	94.121.876	29.370.665	44.910.785
1984	514.191.978	11.438.134	502.753.844	22.724.421	59.525.987	91.262.476	29.863.762	44.869.513
1985	581.220.087	14.979.302	566.558.372	24.449.947	66.045.806	107.235.525	34.411.312	53.704.830
1986	646.208.288	14.974.930	631.348.165	28.697.979	72.160.453	124.271.083	39.436.194	58.552.723
1987	539.756.318	13.455.014	526.531.674	24.700.984	60.302.454	103.985.422	33.761.758	50.103.796
1988	587.525.053	13.957.222	573.770.844	27.105.765	68.001.547	114.527.957	35.854.086	57.869.600
1989	624.784.659	14.610.986	610.391.916	28.380.394	72.440.998	117.905.793	36.986.218	60.988.997
1990	401.425.597	8.382.013	393.155.611	17.593.382	45.814.112	72.493.145	23.476.651	41.167.656
1991	352.293.708	7.493.670	344.869.438	15.198.089	39.708.011	61.790.780	19.685.537	36.894.798
1992	357.493.941	8.315.597	349.231.049	16.154.877	36.849.881	67.324.247	20.886.800	38.552.480
1993	371.071.405	8.575.590	362.289.877	16.384.204	38.241.160	69.434.698	22.105.136	42.275.597

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	química	prod. fam.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1970	13.654.986	2.798.786	1.393.387	6.520.849	6.086.206	6.175.294	3.419.455	1.661.295
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	14.132.817	3.157.335	1.448.147	5.454.224	5.017.771	6.923.264	4.074.295	1.830.600
1973	15.782.958	3.259.030	1.527.079	7.849.119	6.936.305	7.235.466	4.742.895	1.940.331
1974	15.304.226	3.550.217	1.648.552	8.919.589	7.531.587	7.580.982	5.019.510	1.893.911
1975	15.319.936	2.960.418	1.633.103	9.790.336	8.003.780	7.673.395	4.427.654	2.223.467
1976	16.856.217	3.537.735	1.804.594	10.697.305	9.647.730	8.684.413	5.527.674	2.659.102
1977	18.907.338	4.013.954	2.049.277	11.351.325	10.420.032	9.272.498	6.128.366	2.706.127
1978	22.227.070	4.244.778	2.320.107	12.323.557	12.209.691	11.069.156	6.636.795	3.303.422
1979	25.809.225	4.563.974	2.389.720	13.084.074	12.079.288	12.608.517	7.815.379	3.309.391
1980	29.737.856	4.442.287	2.483.769	15.579.759	12.550.061	13.391.204	8.393.640	3.493.362
1981	30.072.035	4.010.445	3.168.731	15.125.502	12.316.858	12.814.799	7.588.687	3.453.684
1982	37.627.056	4.200.643	3.021.134	18.012.862	13.566.072	17.111.245	7.488.014	3.886.391
1983	28.251.558	3.988.359	2.473.536	9.107.551	9.520.877	12.769.865	7.235.077	3.726.200
1984	33.263.047	3.994.795	2.438.171	11.378.725	9.641.739	13.475.050	7.220.496	3.878.276
1985	36.761.666	4.217.391	2.515.318			15.705.984	7.491.944	
1986	37.872.302	4.273.099	2.701.763			17.233.408	8.269.198	
1987	35.232.650	3.687.095	2.134.522			14.566.314	6.576.717	
1988	38.457.165	4.173.525	2.338.610			15.270.190	7.952.113	
1989	39.415.533	4.282.769	2.320.027			18.281.391	7.959.921	
1990	25.664.816	2.877.859	1.777.333			11.459.006	5.478.980	
1991	23.948.973	2.905.610	1.606.877			10.647.997	4.922.425	
1992	25.473.057	3.323.554	1.626.285			10.988.982	4.193.997	
1993	24.980.986	3.664.762	1.859.593			10.626.466	3.887.293	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest.,calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit.gráf.	diversas	apoio
1970	3.557.484	26.377.011	9.341.405	19.694.135	3.994.826	1.542.610	10.615.016	4.966.994	0
1971	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	3.501.980	24.338.856	7.996.881	18.452.339	3.902.910	1.802.475	9.523.226	4.146.969	0
1973	5.482.475	26.733.725	12.251.960	22.077.258	3.710.881	1.675.545	11.057.440	6.014.080	0
1974	6.010.800	25.610.529	13.823.257	21.566.772	2.908.898	1.531.977	10.939.225	13.049.153	0
1975	6.528.335	25.030.479	16.391.848	23.769.990	3.298.876	1.641.848	11.488.045	5.915.898	12.091.058
1976	7.881.681	30.479.869	20.355.736	27.146.136	4.028.325	1.949.102	14.845.492	7.349.865	16.214.548
1977	8.757.442	29.119.976	21.128.935	29.966.074	4.639.941	2.223.084	15.264.410	8.636.679	15.312.405
1978	10.039.126	31.795.184	24.734.937	32.587.616	4.994.035	2.407.455	16.598.344	9.656.407	18.523.618
1979	11.318.001	35.361.339	27.756.166	35.147.818	5.812.662	2.887.956	18.024.605	10.613.396	21.550.672
1980	12.360.973	39.343.420	32.239.940	38.335.716	5.520.174	2.502.967	17.565.865	10.303.752	24.172.297
1981	14.527.484	39.177.775	30.506.360	39.995.070	5.930.642	2.664.603	18.841.319	9.246.241	24.795.976
1982	13.754.758	36.854.217	36.593.174	43.169.831	6.033.371	3.255.333	22.441.046	11.248.206	29.033.088
1983	10.320.946	27.207.958	34.350.994	36.573.484	5.578.413	2.112.854	16.064.789	10.097.979	21.395.917
1984	13.619.523	26.788.491	36.022.635	36.001.166	5.389.365	2.759.383	15.324.901	8.592.560	24.719.363
1985	15.113.397	31.520.076	37.620.638	37.371.959	5.782.823	2.633.254			
1986	18.363.946	36.857.416	42.657.281	38.365.846	5.893.473	2.664.440			
1987	14.817.511	32.869.133	29.125.167	31.675.014	5.390.541	2.222.212			
1988	15.531.805	34.380.704	29.547.254	33.727.960	6.071.175	2.352.109			
1989	17.094.034	35.912.406	34.683.573	39.211.514	6.911.109	2.552.256			
1990	11.815.123	23.254.998	22.225.649	26.383.288	4.196.216	1.672.236			
1991	9.216.525	20.536.182	18.290.176	24.817.012	4.033.198	1.811.672			
1992	9.451.012	18.340.218	15.692.585	25.274.243	4.237.522	2.513.701			
1993	9.885.552	19.198.043	17.976.108	24.973.537	3.940.291	1.834.254			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1972 a 1993

ano	ind. geral	ind. extrat	ind. trans	min.ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1972	203.070.797	5.997.727	197.073.070	11.013.158	27.237.547	18.401.482	11.904.176	25.490.638
1973	299.937.020	7.481.049	292.455.971	16.051.515	37.935.356	39.135.445	17.562.178	31.938.979
1974	307.682.975	6.605.174	301.077.801	15.997.590	42.107.689	47.388.905	19.988.033	24.565.592
1975	352.743.148	6.308.380	346.434.768	18.882.846	48.852.630	61.194.224	20.539.564	31.587.596
1976	399.744.879	6.995.624	392.749.255	20.619.667	53.536.540	66.008.447	23.577.998	33.706.965
1977	427.286.314	7.934.918	419.351.396	23.564.215	56.937.882	75.049.944	26.660.666	35.630.282
1978	482.517.248	9.050.104	473.467.144	25.472.874	60.973.096	85.058.031	33.941.219	40.516.805
1979	530.519.188	11.064.870	519.454.318	27.491.183	68.813.166	95.995.336	31.831.148	45.784.143
1980	586.414.682	12.403.940	574.010.742	32.047.091	74.283.745	109.232.010	34.686.037	51.344.817
1981	552.381.420	12.611.977	539.769.443	29.165.367	67.093.398	99.261.765	33.697.858	45.423.542
1982	587.653.663	13.884.174	573.769.490	32.104.668	67.356.966	102.073.663	33.773.254	47.096.773
1983	480.038.651	10.835.135	469.203.516	23.516.825	49.696.377	91.087.981	28.423.940	43.463.145
1984	479.409.716	10.664.407	468.745.309	21.187.239	55.499.381	85.089.071	27.843.643	41.834.337
1985	542.298.490	13.767.999	528.768.700	22.532.875	61.702.377	101.054.218	32.466.448	49.544.099
1986	662.909.623	14.922.388	648.062.997	29.064.222	74.224.766	128.134.114	41.005.642	59.560.670
1987	626.752.244	15.068.982	611.855.157	28.240.397	70.180.012	120.880.647	39.951.338	57.432.202
1988	571.374.523	12.995.463	558.529.037	26.218.843	66.247.386	112.608.856	35.234.153	55.811.944
1989	600.399.549	14.444.682	586.098.566	27.320.402	69.722.206	112.903.206	36.103.131	57.335.096
1990	500.821.046	10.633.235	490.326.286	21.942.746	57.744.053	92.090.175	29.558.584	50.050.721
1991	427.532.935	8.767.792	418.848.049	18.158.375	48.306.893	75.032.081	24.304.218	43.986.115
1992	424.506.533	9.415.840	415.188.443	18.834.256	44.323.480	79.458.322	25.235.919	44.632.320
1993	421.124.451	9.640.056	411.171.557	18.311.451	43.268.088	78.440.541	25.571.371	47.303.476

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflador: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993									
ano	química	prod. fam.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel	
1972	12.584.245	2.811.377	1.289.470	4.856.589	4.467.960	6.164.663	3.627.863	1.630.017	
1973	17.101.961	3.531.392	1.654.699	8.505.080	7.515.981	7.840.144	5.139.265	2.102.486	
1974	15.735.652	3.650.297	1.695.025	9.171.032	7.743.903	7.794.690	5.161.010	1.947.300	
1975	16.016.205	3.094.965	1.707.326	10.235.293	8.367.540	8.022.140	4.628.884	2.324.520	
1976	17.356.940	3.642.825	1.858.201	11.015.074	9.934.321	8.942.388	5.691.876	2.738.092	
1977	19.059.671	4.046.294	2.365.787	11.442.781	10.503.985	9.347.205	6.177.741	2.727.930	
1978	22.407.688	4.279.271	2.338.960	12.423.699	12.308.908	11.159.105	6.690.726	3.330.266	
1979	25.748.054	4.553.156	2.384.056	13.053.063	12.050.659	12.578.633	7.796.856	3.301.547	
1980	29.737.856	4.442.287	2.483.769	15.579.759	12.550.061	13.391.204	8.393.640	3.493.362	
1981	29.073.199	3.877.239	3.063.482	14.623.111	11.907.756	12.389.158	7.336.630	3.338.971	
1982	35.676.221	3.982.854	2.864.499	17.078.956	12.862.717	16.224.085	7.099.786	3.684.895	
1983	27.340.906	3.859.800	2.393.805	8.813.981	9.213.984	12.358.245	7.001.864	3.606.091	
1984	31.012.985	3.724.569	2.273.242	10.609.017	8.989.528	12.563.536	6.732.069	3.615.931	
1985	34.432.950	3.951.959	2.315.697			14.589.570	7.197.336		
1986	39.169.595	4.366.666	2.761.557			17.662.017	8.692.612		
1987	40.326.660	4.195.835	2.438.929			16.847.453	7.858.497		
1988	36.702.372	4.021.482	2.268.953			14.746.062	7.723.959		
1989	39.108.275	4.099.424	2.256.613			17.042.909	7.627.720		
1990	32.034.810	3.455.133	2.128.718			14.351.599	6.975.977		
1991	28.974.288	3.482.086	1.970.800			12.869.981	6.285.936		
1992	30.550.932	3.780.098	1.968.402			13.250.724	5.242.160		
1993	28.980.259	4.026.178	2.072.253			12.590.020	4.485.996		

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993										
ano	mat. plas.	têxtil	vest., calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit. gráf.	diversas	apoio	
1972	3.118.258	21.671.980	7.120.641	16.430.465	3.475.257	1.604.972	8.479.739	3.692.574	0	
1973	5.940.652	28.967.897	13.275.872	23.922.283	4.021.004	1.815.573	11.981.524	6.516.684	0	
1974	6.180.244	26.332.490	14.212.935	22.174.739	2.990.900	1.575.164	11.247.602	13.417.009	0	
1975	6.825.039	26.168.079	17.136.835	24.850.302	3.448.805	1.716.468	12.010.160	6.184.767	12.640.579	
1976	8.115.811	31.385.290	20.960.414	27.952.526	4.147.988	2.007.001	15.286.485	7.568.197	16.696.209	
1977	8.828.000	29.354.590	21.299.167	30.207.506	4.677.324	2.240.995	15.387.392	8.706.263	15.435.775	
1978	10.120.705	32.053.554	24.935.935	32.852.425	5.034.617	2.427.018	16.733.223	9.734.875	18.674.143	
1979	11.291.177	35.277.529	27.690.381	35.064.514	5.798.885	2.881.111	17.981.884	10.588.241	21.499.594	
1980	12.360.973	39.343.420	32.239.940	38.335.716	5.520.174	2.502.967	17.565.865	10.303.752	24.172.297	
1981	14.044.957	37.876.494	29.493.098	38.666.642	5.733.657	2.576.099	18.215.508	8.939.129	23.972.383	
1982	13.041.621	34.943.451	34.695.942	40.931.622	5.720.562	3.086.555	21.277.554	10.665.025	27.527.821	
1983	9.988.264	26.330.945	33.243.735	35.394.586	5.398.601	2.044.749	15.546.961	9.772.484	20.706.248	
1984	12.698.237	24.976.397	33.585.901	33.565.885	5.024.804	2.572.726	14.288.255	8.011.321	23.047.234	
1985	14.034.588	29.146.523	34.811.289	34.840.384	5.282.985	2.518.239				
1986	18.788.778	37.930.225	43.380.884	39.178.097	5.976.708	2.686.923				
1987	17.186.262	37.877.291	34.620.958	36.686.944	6.041.746	2.648.001				
1988	15.145.079	33.594.508	28.875.084	32.957.318	5.682.902	2.429.794				
1989	15.896.117	34.622.189	33.274.965	37.373.406	6.299.063	2.674.599				
1990	14.526.967	28.890.454	26.951.268	32.514.755	5.189.324	2.223.164				
1991	11.371.249	25.417.483	21.929.308	30.091.354	4.721.127	2.200.832				
1992	11.117.472	22.395.992	18.204.534	30.477.898	4.931.922	3.123.003				
1993	11.209.337	21.841.391	19.842.427	28.581.688	4.450.843	2.513.974				

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflador: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	ind. geral	ind. extrat	ind. trans	min. ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1970	174.232.175	4.977.732	169.254.444	10.391.661	20.815.537	17.864.134	10.420.387	17.009.110
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	183.331.115	5.414.712	177.916.403	9.942.614	24.589.896	16.612.749	10.747.020	23.012.798
1973	245.517.732	6.123.720	239.394.012	13.139.197	31.052.528	32.034.878	14.375.772	26.144.108
1974	279.523.438	6.000.660	273.522.778	14.533.471	38.253.939	43.051.813	18.158.703	22.317.318
1975	311.910.670	5.578.141	306.332.529	16.697.025	43.197.598	54.110.566	18.161.967	27.931.112
1976	374.327.186	6.550.808	367.776.378	19.308.570	50.132.431	61.811.314	22.078.796	31.563.715
1977	408.289.221	7.582.133	400.707.088	22.516.554	54.406.432	71.713.234	25.475.336	34.046.164
1978	463.505.134	8.693.512	454.811.623	24.469.194	58.570.638	81.706.580	32.603.869	38.920.364
1979	516.294.088	10.768.181	505.525.907	26.754.047	66.968.041	93.421.360	30.977.642	44.556.508
1980	586.414.682	12.403.940	574.010.742	32.047.091	74.283.745	109.232.010	34.686.037	51.344.817
1981	580.364.996	13.250.898	567.114.098	30.642.881	70.492.341	104.290.354	35.404.988	47.724.693
1982	645.161.832	15.242.888	629.918.944	35.246.452	73.948.562	112.062.658	37.078.326	51.705.694
1983	540.300.557	12.195.330	528.105.227	26.469.022	55.935.038	102.522.759	31.992.155	48.919.314
1984	588.100.918	13.082.229	575.018.690	25.990.784	68.082.135	104.380.364	34.156.320	51.318.968
1985	723.627.241	18.422.801	705.532.333	30.110.788	82.368.159	134.627.175	43.258.498	66.136.658
1986	937.843.313	21.213.337	916.746.993	41.151.475	105.128.359	181.104.069	57.864.123	84.349.903
1987	905.064.964	21.846.671	883.478.919	40.861.452	101.425.538	174.307.829	57.584.285	83.000.091
1988	944.748.078	21.701.551	923.267.474	43.427.017	109.135.056	185.981.998	58.294.737	91.791.973
1989	1.055.745.345	25.422.994	1.030.586.938	48.103.422	122.669.805	198.243.734	63.411.619	100.904.262
1990	898.692.719	19.104.467	879.838.400	39.420.739	103.671.773	164.967.351	52.971.734	89.886.665
1991	809.723.881	16.665.155	793.215.076	34.450.625	91.543.096	141.873.232	45.958.293	83.372.952
1992	831.467.279	18.500.471	813.163.661	36.954.459	86.851.458	155.405.124	49.353.401	87.470.533
1993	909.973.051	20.856.426	888.439.971	39.639.893	93.581.380	169.293.016	55.168.457	102.302.795

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflador: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	química	prod. fam.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1970	10.398.621	2.131.347	1.061.100	4.965.793	4.634.802	4.702.645	2.604.003	1.265.119
1971	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	11.360.982	2.538.094	1.164.126	4.384.500	4.033.648	5.565.421	3.275.214	1.471.569
1973	13.999.054	2.890.671	1.354.478	6.961.955	6.152.314	6.417.662	4.206.819	1.721.020
1974	14.295.505	3.316.218	1.539.894	8.331.688	7.035.171	7.081.310	4.688.668	1.769.081
1975	14.162.218	2.736.702	1.509.691	9.050.486	7.398.939	7.093.521	4.093.059	2.055.441
1976	16.253.303	3.411.197	1.740.047	10.314.683	9.302.649	8.373.788	5.329.959	2.563.991
1977	18.212.281	3.866.396	1.973.943	10.934.037	10.036.979	8.931.630	5.903.080	2.606.646
1978	21.524.782	4.110.660	2.246.801	11.934.181	11.823.913	10.719.415	6.427.098	3.199.047
1979	25.057.658	4.431.070	2.320.131	12.703.064	11.727.538	12.241.356	7.587.795	3.213.021
1980	29.737.856	4.442.287	2.483.769	15.579.759	12.550.061	13.391.204	8.393.640	3.493.362
1981	30.546.043	4.073.659	3.218.678	15.363.916	12.511.002	13.016.792	7.708.303	3.508.123
1982	39.167.519	4.372.619	3.144.821	18.750.314	14.121.471	17.811.784	7.794.576	4.045.501
1983	30.773.161	4.344.342	2.694.312	9.920.449	10.370.666	13.909.644	7.880.846	4.058.784
1984	38.044.212	4.568.999	2.788.628	13.014.281	11.027.624	15.411.927	8.258.356	4.435.731
1985	45.969.263	5.272.634	3.091.217			19.454.367	9.599.552	
1986	55.449.166	6.174.016	3.911.108			24.981.261	12.294.700	
1987	58.356.249	6.064.747	3.524.229			24.332.105	11.334.802	
1988	61.217.593	6.626.062	3.770.531			24.512.790	12.605.026	
1989	68.777.078	7.207.321	3.967.120			29.992.477	13.414.398	
1990	57.503.737	6.200.761	3.820.509			25.748.464	12.504.728	
1991	54.895.605	6.591.529	3.729.845			24.375.325	11.892.141	
1992	59.855.681	7.406.466	3.854.288			25.956.703	10.253.746	
1993	62.572.421	8.701.581	4.479.065			27.165.008	9.686.107	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest., calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit. graf.	diversas	apoio
1970	2.709.115	20.086.768	7.113.718	14.997.587	3.042.162	1.174.737	8.083.606	3.782.493	0
1971	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	2.815.145	19.565.336	6.423.473	14.833.326	3.137.441	1.448.960	7.655.459	3.333.634	0
1973	4.862.806	23.712.086	10.867.154	19.581.926	3.291.451	1.486.163	9.807.648	5.334.325	0
1974	5.614.621	23.922.507	12.912.149	20.145.279	2.717.169	1.431.003	10.218.207	12.189.067	0
1975	6.034.993	23.138.941	15.153.127	21.973.707	3.049.582	1.517.775	10.619.901	5.468.837	11.177.344
1976	7.599.769	29.389.663	19.627.651	26.175.171	3.884.239	1.879.386	14.314.497	7.086.975	15.634.585
1977	8.435.508	28.049.489	20.352.209	28.864.484	4.469.371	2.141.360	14.703.271	8.319.184	14.749.502
1978	9.721.930	30.790.582	23.953.411	31.557.976	4.836.243	2.331.389	16.073.902	9.351.302	17.938.345
1979	10.988.420	34.331.613	26.947.904	34.124.310	5.643.397	2.803.858	17.499.726	10.304.333	20.923.114
1980	12.360.973	39.343.420	32.239.940	38.335.716	5.520.174	2.502.967	17.565.865	10.303.752	24.172.297
1981	14.756.473	39.795.312	30.987.215	40.625.489	6.024.124	2.706.604	19.138.304	9.391.984	25.186.821
1982	14.317.882	38.363.040	38.091.310	44.937.217	6.280.379	3.388.608	23.359.789	11.708.711	30.221.711
1983	11.242.145	29.636.414	37.417.005	39.837.864	6.076.317	2.301.437	17.498.657	10.999.278	23.305.617
1984	15.577.166	30.639.016	41.200.457	41.175.903	6.164.022	3.156.011	17.527.672	9.827.638	28.272.475
1985	18.740.945	38.903.039	46.505.346	46.527.995	7.063.803	3.374.110			
1986	26.544.417	53.609.549	61.396.783	55.470.318	8.460.807	3.839.990			
1987	24.821.691	54.752.281	49.909.973	53.024.404	8.760.441	3.829.661			
1988	25.258.213	55.672.934	47.608.294	54.490.536	9.431.856	4.086.726			
1989	27.975.879	60.870.934	58.538.518	65.787.596	11.111.405	4.713.199			
1990	26.086.853	51.843.822	48.443.044	58.407.292	9.322.655	3.997.746			
1991	21.531.162	48.129.970	41.600.771	57.050.422	8.960.967	4.179.826			
1992	21.783.250	43.848.466	35.698.288	59.746.190	9.685.856	6.140.224			
1993	24.235.071	47.197.490	42.943.932	61.810.158	9.630.869	5.421.706			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário do pessoal ocupado na indústria									
ano	ind. geral	ind. extrat	ind. trans	min. ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.	
1980	586.414.682	12.403.940	574.010.742	32.047.091	74.283.745	109.232.010	34.686.037	51.344.817	
1981	559.998.121	12.785.881	547.212.240	29.567.524	68.018.538	100.630.470	34.162.513	46.049.880	
1982	598.925.351	14.150.484	584.774.867	32.720.463	68.648.928	104.031.521	34.421.053	48.000.129	
1983	491.704.291	11.098.445	480.605.846	24.088.318	50.904.071	93.301.552	29.114.683	44.519.363	
1984	492.922.862	10.965.005	481.957.857	21.784.445	57.063.745	87.487.481	28.628.473	43.013.523	
1985	569.160.928	14.445.105	554.964.924	23.652.389	64.735.339	106.062.909	34.079.554	52.033.688	
1986	718.151.131	16.163.338	702.070.230	31.501.717	80.395.830	138.846.161	44.416.879	64.562.751	
1987	687.742.126	16.536.268	671.394.918	31.013.165	76.976.922	132.681.298	43.834.325	63.072.439	
1988	675.466.966	15.457.128	660.161.847	31.016.144	77.950.963	133.237.852	41.750.738	65.630.242	
1989	679.160.039	16.335.492	662.986.101	30.921.502	78.840.348	127.720.430	40.864.792	64.900.998	
1990	570.131.819	12.069.836	558.220.024	24.981.030	65.689.874	104.783.576	33.668.440	57.019.243	
1991	497.499.189	10.202.715	487.392.923	21.144.658	56.188.016	87.324.241	28.286.787	51.224.211	
1992	502.686.154	11.148.110	491.653.295	22.314.534	52.457.313	94.117.553	29.888.917	52.892.286	
1993	544.191.966	12.427.069	531.353.488	23.679.730	55.913.857	101.420.250	33.048.162	61.191.960	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário do pessoal ocupado na indústria									
ano	química	prod. fam.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel	
1980	29.737.856	4.442.287	2.483.769	15.579.759	12.550.061	13.391.204	8.393.640	3.493.362	
1981	29.474.085	3.930.701	3.105.724	14.824.747	12.071.950	12.559.991	7.437.794	3.385.011	
1982	36.360.521	4.059.249	2.919.442	17.406.545	13.109.435	16.535.276	7.235.966	3.755.574	
1983	28.005.330	3.953.599	2.451.978	9.028.174	9.437.897	12.658.568	7.172.019	3.693.724	
1984	31.887.149	3.829.554	2.337.318	10.908.054	9.242.917	12.917.666	6.921.826	3.717.854	
1985	36.122.857	4.147.476	2.430.448	0	0	15.305.340	7.557.244	0	
1986	42.415.739	4.731.062	2.991.263	0	0	19.126.052	9.420.423	0	
1987	44.316.543	4.610.466	2.678.297	0	0	18.488.843	8.621.264	0	
1988	43.713.211	4.737.285	2.696.431	0	0	17.526.055	9.010.349	0	
1989	44.259.761	4.638.573	2.553.330	0	0	19.270.495	8.626.274	0	
1990	36.468.190	3.937.058	2.425.867	0	0	16.333.576	7.944.145	0	
1991	33.716.922	4.052.266	2.291.845	0	0	14.980.979	7.311.035	0	
1992	36.164.589	4.478.495	2.329.473	0	0	15.689.373	6.206.126	0	
1993	37.391.154	5.205.659	2.677.999	0	0	16.240.197	5.798.794	0	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO I: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Massa de salário do pessoal ocupado na indústria										
ano	mat. plas.	têxtil	vest., calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit. gráf.	diversas		
1980	12.360.973	39.343.420	32.239.940	38.335.716	5.520.174	2.502.967	17.565.865	10.303.752		
1981	14.238.621	38.398.767	29.899.774	39.199.810	5.812.718	2.611.620	18.466.679	9.062.389		
1982	13.291.770	35.613.695	35.361.440	41.716.724	5.830.287	3.145.758	21.685.675	10.869.589		
1983	10.230.993	26.970.826	34.051.607	36.254.726	5.529.794	2.094.439	15.924.775	10.009.970		
1984	13.056.163	25.680.408	34.532.589	34.512.009	5.166.439	2.645.243	14.690.999	8.237.136		
1985	14.725.623	30.599.609	36.529.967	36.566.520	5.543.423	2.639.446				
1986	20.326.064	41.095.175	46.972.717	42.453.136	6.476.399	2.914.060				
1987	18.840.270	41.604.846	37.883.547	40.274.084	6.644.316	2.893.891				
1988	18.038.350	39.813.530	33.994.382	38.930.316	6.727.977	2.915.728				
1989	17.954.582	39.157.923	37.600.517	42.272.932	7.126.273	3.028.354				
1990	16.529.441	32.911.424	30.717.348	37.042.828	5.904.538	2.520.567				
1991	13.212.829	29.566.080	25.516.180	35.023.109	5.500.867	2.556.060				
1992	13.152.443	26.513.986	21.552.360	36.092.827	5.845.273	3.692.954				
1993	14.472.397	28.230.045	25.648.651	36.937.199	5.749.584	3.221.893				

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO II

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	ind, geral	ind. extrat	ind. trans	min.ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1970	106,21	124,03	105,76	79,77	122,33	155,94	140,94	167,29
1971								
1972	111,25	129,25	110,78	86,43	127,75	144,86	125,92	191,74
1973	102,92	127,84	102,41	82,52	115,54	150,53	111,68	167,54
1974	106,76	128,76	106,36	83,24	121,12	162,81	123,51	145,05
1975	109,07	116,30	107,93	80,46	124,13	171,59	128,19	156,38
1976	118,58	131,44	118,38	89,37	130,93	183,12	136,51	168,26
1977	124,28	142,31	123,98	95,55	136,67	197,41	144,22	178,65
1978	131,83	150,61	131,51	98,84	143,17	211,62	166,85	181,44
1979	140,46	181,93	139,78	105,82	155,42	227,12	161,01	195,51
1980	143,95	177,41	143,37	103,83	164,72	232,27	162,56	206,05
1981	156,25	194,92	155,53	116,98	177,19	253,08	186,90	238,94
1982	165,80	232,93	164,65	122,88	184,80	288,22	195,55	238,12
1983	148,77	200,71	147,89	108,09	165,17	254,89	184,80	223,68
1984	143,70	188,32	142,93	103,84	160,35	238,17	172,90	214,04
1985	154,52	240,65	152,29	108,40	170,34	253,89	178,46	224,22
1986	154,78	244,58	152,61	110,59	165,37	260,85	174,61	209,13
1987	127,81	234,11	125,68	91,30	133,27	215,51	139,28	176,15
1988	145,17	272,60	142,75	102,33	154,80	251,05	161,48	209,65
1989	151,24	311,50	148,52	106,77	166,54	260,96	162,93	216,08
1990	102,71	200,09	101,03	69,59	110,73	170,10	113,00	150,79
1991	100,34	212,29	98,54	67,71	108,80	167,00	110,60	150,67
1992	111,66	254,02	109,50	72,15	118,83	190,09	137,21	164,92
1993	119,00	289,79	116,50	77,28	129,58	204,06	149,10	177,67

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial - 1970 a 1993

ano	química	prod. farm.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1970	168,45	135,52	101,83	63,24	81,22	108,62	123,52	77,17
1971								
1972	170,46	155,85	119,39	63,88	84,19	118,23	146,16	82,94
1973	155,96	140,23	98,29	60,26	78,34	101,02	117,79	75,29
1974	162,60	139,60	103,38	64,82	83,60	104,24	120,18	76,03
1975	151,72	127,92	101,76	65,43	78,13	105,71	113,05	72,24
1976	160,56	133,03	104,89	70,24	88,56	115,53	123,00	77,04
1977	172,32	144,13	111,57	72,89	95,34	120,36	135,65	83,09
1978	191,94	154,14	116,32	76,12	102,35	135,60	140,33	89,08
1979	197,87	160,70	122,31	80,00	98,35	142,35	161,94	97,50
1980	233,02	165,44	129,05	79,45	95,14	147,61	172,18	96,72
1981	245,01	176,77	157,84	91,44	100,95	159,19	191,81	99,98
1982	278,00	172,52	161,75	90,76	106,79	170,98	181,70	107,49
1983	223,21	173,45	146,98	79,35	88,59	146,25	173,39	98,06
1984	232,57	184,67	148,17	69,91	83,25	151,57	148,31	93,72
1985	249,86	201,24	160,87			169,97	138,94	
1986	251,53	186,86	149,53			168,40	138,97	
1987	225,85	148,59	114,74			136,49	106,82	
1988	252,83	174,57	132,22			153,46	126,63	
1989	258,62	174,11	125,99			175,80	125,92	
1990	180,01	121,86	91,32			111,98	87,17	
1991	184,32	119,32	78,14			114,61	82,65	
1992	208,76	139,78	91,00			123,14	94,14	
1993	219,31	155,83	106,83			119,98	109,32	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest., calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit.gráf.	diversas	apoio
1970	98,03	84,19	67,10	74,06	101,05	123,58	152,37	99,40	
1971									
1972	99,16	85,77	66,09	74,98	112,54	124,22	159,99	77,50	
1973	89,56	80,52	63,57	70,82	93,20	98,61	143,55	93,98	
1974	97,23	80,80	66,38	68,96	92,93	91,71	139,72	138,52	
1975	95,67	82,18	62,07	69,44	90,74	86,85	136,11	87,10	201,37
1976	106,51	94,12	73,74	76,16	108,44	95,03	162,65	98,89	230,48
1977	112,32	91,05	73,80	79,68	117,34	93,62	162,30	107,28	234,79
1978	114,82	97,08	75,93	83,54	119,95	99,28	165,94	111,14	240,78
1979	118,40	104,72	80,28	87,25	137,12	107,82	178,68	115,81	252,83
1980	121,26	113,90	80,66	87,32	132,51	156,12	173,79	115,31	242,14
1981	139,28	114,83	86,02	95,40	130,39	164,37	182,79	114,28	314,35
1982	138,49	129,45	86,00	101,71	158,26	198,44	195,91	140,08	335,62
1983	128,61	115,51	80,94	90,44	138,35	156,03	169,62	119,59	266,49
1984	150,33	106,90	76,33	93,52	132,60	204,61	169,64	112,14	237,90
1985	151,19	115,85	78,90	97,22	142,54	195,24			
1986	150,53	119,02	83,35	92,63	136,00	198,60			
1987	117,74	97,41	65,60	76,46	116,48	160,68			
1988	137,61	104,24	69,36	81,76	134,82	182,52			
1989	142,32	107,74	77,70	88,51	145,19	191,87			
1990	95,83	72,90	55,70	61,85	86,38	137,34			
1991	86,56	71,25	54,04	60,60	83,71	155,12			
1992	99,43	74,66	54,73	63,92	93,18	189,34			
1993	94,86	79,56	60,64	67,28	94,48	157,06			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: ICV-DIEESE/ 1980=100

ANEXO II: MASSA DE SALARIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1972 a 1993

ano	ind, geral	ind. extrat	ind. trans	min.ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1972	99,06	115,08	98,64	76,96	113,75	128,98	112,12	170,73
1973	111,52	138,53	110,97	89,41	125,20	163,12	121,01	181,54
1974	109,77	132,39	109,36	85,59	124,53	167,40	126,99	149,14
1975	112,99	121,59	112,84	84,11	129,77	179,39	134,02	163,49
1976	122,11	135,34	121,89	92,03	134,82	188,56	140,56	173,25
1977	125,28	143,46	124,98	96,32	137,77	199,00	145,38	180,09
1978	132,90	151,83	132,58	99,65	144,33	213,34	168,21	182,91
1979	140,12	181,50	139,45	105,56	155,06	226,58	160,62	195,05
1980	143,95	177,41	143,37	103,83	164,72	232,27	162,56	206,05
1981	151,06	188,44	150,36	113,09	171,30	244,67	180,70	231,01
1982	157,20	220,85	156,11	116,51	175,22	273,28	185,41	225,78
1983	143,98	194,24	143,12	104,60	159,84	246,68	178,84	216,47
1984	133,98	175,58	133,27	96,82	149,50	222,06	161,20	199,56
1985	144,17	221,19	142,14	99,90	159,14	239,25	168,37	206,85
1986	158,78	243,72	156,65	112,00	170,10	268,96	181,56	212,73
1987	148,41	262,19	146,04	104,38	155,10	250,53	164,81	201,91
1988	141,18	253,82	138,95	98,98	150,80	246,84	158,69	202,19
1989	145,34	307,95	142,61	102,78	160,29	249,89	159,04	203,13
1990	128,14	253,83	126,00	86,80	139,56	216,09	142,27	183,32
1991	121,77	248,39	119,68	80,90	132,37	202,79	136,54	179,63
1992	132,59	287,63	130,18	84,12	142,92	224,36	165,78	190,93
1993	135,05	325,76	132,22	86,37	146,61	230,53	172,49	198,81

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflador: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO II: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1972 a 1993

ano	química	prod. farm.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1972	151,78	138,77	83,00	56,88	74,97	105,28	130,14	73,85
1973	169,00	151,95	103,77	65,30	84,89	109,46	127,63	81,58
1974	167,19	143,54	105,62	66,65	85,96	107,18	123,57	78,17
1975	158,61	133,74	99,24	68,40	81,68	110,51	118,19	75,52
1976	165,32	136,98	101,17	72,33	91,19	118,96	126,65	79,33
1977	173,71	145,29	103,57	73,48	96,11	121,33	136,75	83,76
1978	193,49	155,39	119,71	76,73	103,18	136,71	141,47	89,80
1979	197,40	160,32	123,87	79,81	98,12	142,01	161,56	97,27
1980	233,02	165,44	123,72	79,45	95,14	147,61	172,18	96,72
1981	236,87	170,89	164,02	88,40	97,59	153,91	185,44	96,66
1982	263,59	163,57	170,21	86,05	101,26	162,11	172,28	101,92
1983	216,01	167,86	145,48	76,79	85,73	141,54	167,80	94,90
1984	216,84	172,18	145,39	65,18	77,61	141,31	138,28	87,38
1985	234,03	188,57	128,16			157,89	133,47	
1986	260,14	190,95	148,45			172,58	146,08	
1987	258,51	169,09	137,90			157,87	127,64	
1988	241,30	168,21	123,22			148,20	123,00	
1989	256,61	166,65	115,95			163,89	120,67	
1990	224,69	146,30	103,51			140,24	110,99	
1991	223,00	142,99	110,28			138,53	105,54	
1992	250,37	158,98	113,08			148,49	117,67	
1993	254,42	171,20	119,05			142,15	126,16	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO II: MASSA DE SALÁRIO POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1972 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest.,calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit.gráf.	diversas	apoio
1972	88,30	76,37	58,85	66,76	100,21	110,61	142,46	69,01	
1973	97,05	87,25	68,88	76,74	100,98	106,85	155,55	101,83	
1974	99,97	83,07	68,25	70,90	95,55	94,29	143,66	142,43	
1975	100,02	85,92	64,89	72,60	94,86	90,80	142,30	91,06	210,53
1976	109,67	96,91	75,93	78,43	111,66	97,85	167,49	101,83	237,33
1977	113,22	91,78	74,39	80,32	118,28	94,37	163,61	108,14	236,68
1978	115,76	97,87	76,54	84,22	120,92	100,09	167,29	112,04	242,73
1979	118,12	104,47	80,09	87,04	136,80	107,57	178,26	115,53	252,23
1980	121,26	113,90	80,66	87,32	132,51	156,12	173,79	115,31	242,14
1981	134,66	111,01	83,17	92,24	126,06	158,91	176,72	110,49	303,91
1982	131,31	122,74	81,54	96,44	150,06	188,15	185,76	132,82	318,22
1983	124,46	111,78	78,33	87,52	133,89	151,00	164,15	115,74	257,90
1984	140,16	99,67	71,16	87,19	123,63	190,77	158,17	104,56	221,81
1985	140,40	107,12	73,01	90,63	130,22	186,71			
1986	154,01	122,48	84,77	94,59	137,93	200,28			
1987	136,56	112,25	77,98	88,56	130,55	191,47			
1988	134,18	101,85	67,78	79,89	126,20	188,55			
1989	132,34	103,87	74,54	84,37	132,33	201,07			
1990	117,82	90,57	67,54	76,23	106,83	182,59			
1991	106,80	88,19	64,79	73,47	97,99	188,45			
1992	116,97	91,17	63,49	77,08	108,45	235,24			
1993	107,56	90,51	66,94	77,00	106,73	215,26			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FGV/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	ind, geral	ind. extrat	ind. trans	min. ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.
1970	80,88	94,45	80,54	60,75	93,15	118,75	107,33	127,39
1971								
1972	89,43	103,90	89,05	69,48	102,69	116,45	101,23	154,13
1973	91,29	113,39	90,84	73,19	102,48	133,52	99,06	148,60
1974	99,72	120,28	99,35	77,75	113,13	152,08	115,37	135,49
1975	99,91	107,51	99,78	74,38	114,75	158,62	118,51	144,56
1976	114,34	126,74	114,14	86,17	126,25	176,57	131,62	162,24
1977	119,71	137,08	119,43	92,04	131,64	190,15	138,92	172,08
1978	127,66	145,85	127,36	95,72	138,64	204,93	161,58	175,71
1979	136,37	176,63	135,71	102,73	150,90	220,51	156,32	189,82
1980	143,95	177,41	143,37	103,83	164,72	232,27	162,56	206,05
1981	158,71	197,99	157,98	118,82	179,98	257,07	189,85	242,71
1982	172,59	242,47	171,39	127,91	192,37	300,02	203,55	247,87
1983	162,05	218,63	161,09	117,74	179,91	277,64	201,29	243,65
1984	164,36	215,39	163,48	118,77	183,40	272,41	197,75	244,81
1985	192,38	295,97	189,65	133,50	212,44	318,74	224,34	276,13
1986	224,64	346,47	221,59	158,58	240,93	380,14	256,20	301,27
1987	214,31	380,12	210,88	151,03	224,15	361,26	237,55	291,80
1988	233,43	423,86	229,70	163,95	248,43	407,67	262,55	332,54
1989	255,57	542,01	250,77	180,97	282,02	438,77	279,34	357,49
1990	229,94	456,05	226,09	155,94	250,57	387,09	254,97	329,23
1991	230,62	472,12	226,65	153,49	250,84	383,44	258,20	340,49
1992	259,70	565,14	254,96	165,05	280,06	438,80	324,22	374,18
1993	291,82	704,78	285,70	186,96	317,09	497,54	372,12	429,96

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	química	prod. fam.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel
1970	128,28	103,20	77,55	48,16	61,85	82,72	94,06	58,76
1971								
1972	137,03	125,28	95,97	51,35	67,68	95,04	117,49	66,67
1973	138,34	124,38	111,66	53,45	69,49	89,60	104,48	66,78
1974	151,89	130,40	99,12	60,55	78,09	97,37	112,26	71,02
1975	140,25	118,26	94,68	60,48	72,23	97,72	104,51	66,78
1976	154,81	128,27	108,42	67,73	85,39	111,40	118,60	74,28
1977	165,99	138,83	114,74	70,22	91,83	115,93	130,67	80,03
1978	185,87	149,27	122,33	73,71	99,11	131,32	135,90	86,26
1979	192,10	156,02	116,32	77,67	95,49	138,20	157,23	94,66
1980	233,02	165,44	127,12	79,45	95,14	147,61	172,18	96,72
1981	248,87	179,55	167,23	92,88	102,54	161,70	194,84	101,56
1982	289,38	179,58	156,65	94,47	111,17	177,98	189,14	111,89
1983	243,13	188,93	144,25	86,43	96,49	159,31	188,86	106,81
1984	266,00	211,21	165,70	79,95	95,21	173,35	169,63	107,19
1985	312,44	251,59	187,86			210,54	178,02	
1986	368,26	269,99	250,14			244,10	206,62	
1987	374,08	244,41	195,05			228,01	184,10	
1988	402,47	277,15	202,68			246,35	200,73	
1989	451,28	293,00	224,30			288,41	212,21	
1990	403,33	262,56	207,48			251,62	198,96	
1991	422,50	270,68	191,65			262,38	199,67	
1992	490,53	311,49	187,42			290,87	230,16	
1993	549,33	370,01	250,62			306,72	272,40	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1970 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest.,calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit.gráf.	diversas	apoio
1970	74,65	64,11	51,10	56,40	76,95	94,11	116,03	75,69	
1971									
1972	79,71	68,95	53,13	60,27	90,47	99,86	128,61	62,30	
1973	79,44	71,42	56,39	62,82	82,66	87,46	127,32	83,36	
1974	90,82	75,47	62,00	64,41	86,81	85,66	130,51	129,39	
1975	88,44	75,97	57,38	64,20	83,88	80,29	125,83	80,52	186,16
1976	102,70	90,75	71,10	73,44	104,56	91,63	156,84	95,35	222,24
1977	108,19	87,70	71,09	76,75	113,02	90,18	156,33	103,33	226,16
1978	111,20	94,02	73,53	80,90	116,16	96,14	160,70	107,63	233,17
1979	114,95	101,67	77,95	84,71	133,13	104,68	173,48	112,43	245,46
1980	121,26	113,90	80,66	87,32	132,51	156,12	173,79	115,31	242,14
1981	141,48	116,64	87,38	96,91	132,44	166,96	185,68	116,09	319,31
1982	144,16	134,75	89,52	105,88	164,74	206,56	203,94	145,81	349,36
1983	140,08	125,81	88,16	98,51	150,70	169,96	184,76	130,27	290,28
1984	171,94	122,26	87,30	106,96	151,66	234,02	194,03	128,26	
1985	187,48	142,98	97,54	121,04	174,11	250,17			
1986	217,58	173,11	119,97	133,92	195,25	286,23			
1987	197,23	162,26	112,41	128,00	189,29	276,91			
1988	223,78	168,79	111,76	132,09	209,45	317,12			
1989	232,92	182,62	131,14	148,51	233,43	354,32			
1990	211,58	162,53	121,40	136,93	191,92	328,34			
1991	202,21	166,99	122,91	139,30	185,99	357,90			
1992	229,18	178,51	124,50	151,09	212,99	462,51			
1993	232,56	195,59	144,87	166,53	230,94	464,23			

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: IPC-FIPE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1980 a 1993									
ano	ind, geral	ind. extrat	ind. trans	min.ñ metal.	metalur.	mec	mat. el. com.	mat. transp.	
1980	143,95	177,41	143,37	103,83	164,72	232,27	162,56	206,05	
1981	153,14	191,04	152,44	114,65	173,66	248,05	183,19	234,19	
1982	160,22	225,09	159,11	118,75	178,58	278,52	188,97	230,11	
1983	147,48	198,96	146,60	107,15	163,73	252,67	183,19	221,73	
1984	137,76	180,53	137,02	99,55	153,72	228,32	165,75	205,19	
1985	151,31	232,07	149,18	104,86	166,96	251,11	176,74	217,25	
1986	172,01	263,99	169,70	121,39	184,25	291,44	196,66	230,59	
1987	162,85	287,72	160,26	114,63	170,12	274,99	180,83	221,74	
1988	166,90	301,90	164,24	117,09	177,45	292,06	188,04	237,76	
1989	164,41	348,27	161,32	116,33	181,26	282,68	180,02	229,94	
1990	145,87	288,12	143,44	98,82	158,77	245,87	162,05	208,85	
1991	141,69	289,04	139,27	94,21	153,96	236,01	158,92	209,19	
1992	157,01	340,54	154,15	99,66	169,15	265,75	196,35	226,26	
1993	174,52	419,93	170,87	111,69	189,46	298,07	222,92	257,18	

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflador: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1980 a 1993									
ano	química	prod. farm.	perf., sab.	madeira	mobil.	papel	borracha	cour, pel	
1980	233,02	165,44	123,72	79,45	95,14	147,61	172,18	96,72	
1981	240,14	173,25	166,28	89,62	98,94	156,03	188,00	97,99	
1982	268,64	166,71	173,48	87,70	103,20	165,22	175,58	103,87	
1983	221,26	171,94	149,01	78,66	87,81	144,98	171,88	97,21	
1984	222,95	177,03	149,49	67,01	79,80	145,30	142,18	89,84	
1985	245,52	197,90	134,51			165,64	140,15		
1986	281,70	206,89	160,79			186,89	158,32		
1987	284,08	185,80	151,43			173,25	140,02		
1988	287,39	198,15	146,43			176,13	143,49		
1989	290,41	188,57	131,19			185,31	136,46		
1990	255,79	166,71	117,96			159,61	126,40		
1991	259,50	166,40	128,24			161,26	122,75		
1992	296,37	188,35	133,83			175,82	139,31		
1993	328,26	221,36	153,85			183,37	163,08		

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO II: SALÁRIO REAL POR SETORES INDUSTRIAIS

Salário real do pessoal ocupado no setor industrial -1980 a 1993

ano	mat. plas.	têxtil	vest., calç	prod. alim.	bebidas	fumo	edit. gráf.	diversas
1980	121,26	113,90	80,66	87,32	132,51	156,12	173,79	115,31
1981	136,51	112,54	84,31	93,51	127,79	161,10	179,16	112,01
1982	133,83	125,10	83,11	98,29	152,93	191,76	189,32	135,36
1983	127,48	114,50	80,23	89,65	137,14	154,67	168,14	118,55
1984	144,11	102,48	73,17	89,65	127,12	196,15	162,62	107,50
1985	147,31	112,46	76,62	95,12	136,64	195,70		
1986	166,61	132,70	91,79	102,50	149,46	217,21		
1987	149,70	123,30	85,33	97,22	143,57	209,25		
1988	159,82	120,71	79,80	94,37	149,41	226,26		
1989	149,48	117,48	84,23	95,43	149,71	227,66		
1990	134,06	103,18	76,98	86,84	121,55	207,01		
1991	124,09	102,58	75,39	85,52	114,17	218,86		
1992	138,38	107,94	75,16	91,28	128,53	278,17		
1993	138,88	116,99	86,52	99,51	137,87	275,87		

Fonte dos dados originais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria,

Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais.

Deflator: INPC-IBGE/ 1980=100

ANEXO III

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Demanda Agregada:

1. Os valores dos itens Consumo Total, Formação Bruta do Capital Fixo, Exportações e Importações em CR\$ de 1980, fornecidos pelas Contas Nacionais do IBGE.
2. A participação do Consumo das Administrações Públicas e das Famílias, bem como a participação do Investimento Público e Privado, foram obtidas de forma a poder serem aplicados no Consumo Total e no Investimento Total para se chegar em seus valores em termos reais.

Ressalta-se que dentro do Consumo das Famílias agregou-se a variação dos estoques, e que a os Investimentos resultam da soma das máquinas e equipamentos mais construção civil.

Orçamento do setor público: (em percentagem e valores reais).

Montou-se o primeiro quadro com seguinte procedimento:

1. Computou-se os valores nominais da conta corrente das administrações públicas de 1970 a 1993 contidas nas Contas Nacionais do IBGE e a partir dos valores nominais do PIB e calculou-se a percentagem de participação de cada um dos itens do Orçamento do Setor Público sobre o PIB nominal.

2. Os valores nominais dos juros externos até 1982 foram obtidos na publicação da Diretoria do Bacen, que também foi transformado em percentagem do PIB nominal. De 1983 a 1993, a publicação de 1994 do Bacen informava diretamente a percentagem sobre o PIB.
3. As Contas Nacionais do IBGE fornecem o PIB a preços constantes de 1980. Aplicou-se as percentagens obtidas em termos nominais no PIB expresso em valores constantes para obter a tabela dos valores reais do Orçamento Público.

Saldo Balança de Transações Correntes, Juros externos, Taxa de Câmbio

1970 a 1978 e de 1992 1993: os dados de juros externos totais, lucros líquidos, saldo da balança de transações correntes foram copiados dos boletins do Bacen, que os apresenta em dólares.

1979 a 1991: os dados mencionados acima foram retirados da revista Conjuntura Econômica, também apresentados em dólares.

Os dados das taxas de câmbio foram retirados do boletim Bacen(1970/71/72), e completados até 1993 via Conjuntura Econômica.

Os juros externos do Governo foram obtidos em percentagem sobre o PIB junto ao Departamento Econômico do Banco Central. O valor dos juros externos foram transformadas em dólar pela taxa de câmbio média, o que permitiu que os juros externos do setor privado foram encontrados através da diferença dos juros totais pelos juros do Governo.

Emprego:

A tabela de Emprego foi construída a partir dos dados do IBGE, obedecendo os seguintes passos:

1. Até o ano de 1984 os dados disponíveis eram anuais, sendo possível a sua utilização diretamente.
2. De 1985 a 1993 a tabela foi preenchida por estimativas que resultaram das variações das médias anuais dos índices de pessoal ocupado na indústria.

3. As médias anuais foram obtidas pela soma dos índices mensais de cada setor, estes fornecidos mensalmente pelo próprio IBGE, divididos pelo número de meses.
4. Foram feitas médias anuais de 1984 até 1993 e então calcularam-se as variações de 1985 a 1993 (média de 85 menos média de 84 dividido pela média de 84 igual a variação de 1985), e completou-se ano de 1985 multiplicando o valor de 1984 pela a variação de 1985, preencheu 1986 com o valor de 1984 vezes variação de 1985, vezes 1986; e repetiu-se as operações até 1993.

O nível de emprego no setor produtor dos bens de capital é resultado da soma do emprego dos setores mecânica, material de transporte, material elétrico e comunicações, metalurgia.

O emprego do setor de bens de consumo é o agregado da soma dos setores têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas.

Valor da produção industrial:

Seguiu-se mesmo procedimento que o emprego: até 1984 temos dados disponíveis e completou-se até 1993 com as variações das médias anuais. Só que após o preenchimento

utilizou-se um índice de cada setor para deflacionar os valores expressos em cruzeiros nominais e transformar tudo numa mesma moeda (1.000.000 de cruzeiros de 1980).

Valor de produção dos bens de bens de capital é o agregado da soma dos setores escolhidos: mecânica, material de transporte, material elétrico e comunicações, metalurgia.

Valor de produção dos bens de consumo é o agregado da soma dos setores escolhidos: têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas.

Salários:

Para a massa de salário, seguiu-se mesmo procedimento anterior quando se utilizou o deflator do ICV-Dieese. Os deflatores INPC-IBGE, IPC-Fipe e IPC-FGV foram utilizados para deflacionar os índices de folha de pagamento mês a mês a partir de 1984 para calcular as médias anuais.

Os salários reais foram obtidos através da divisão da massa de salário pelo o número de trabalhadores.

Importações:

Segundo classificação dos dados dos Relatório Cacex, os dados foram divididos sob o seguinte critério:

1970-1979

O valor dos bens de consumo é resultado da soma dos itens bens de consumo duráveis, bens de consumo não duráveis, adicionados a parte dos sub-itens matérias-primas (trigo em grãos/ outros de origem vegetal/ malte de qualquer cereal), insumos (matérias plásticas artificiais e resinas sintéticas/ extratos curtientes e corantes, materiais para curtume e pintura/ papel e cartão em bobina, folha ou rolo/ chapas e filmes para a cinematografia e fotografia/ têxteis sintéticos).

O valor dos bens de capital é resultado da soma do item bens de produção com parte dos sub-itens matérias-primas (borracha natural ou sintética/ outros de origem mineral), insumos (ferro, aço e suas ligas, chapas, lâminas, fios, etc/ cobre e suas ligas).

O valor dos outros é resultado da soma dos demais itens e parte dos sub-itens não especificados anteriormente.

1980-1984

O resultado dos bens de consumo é gerado pelo mesmo processo do período anterior adicionado parte do sub-item matérias-primas (soja em grão).

Os bens de capital são os mesmos do período anterior mais partes dos sub-itens matérias-primas (enxofre a granel), insumos (alumínio e suas ligas/ artigos para a construção de metal/ artigos para a instalação e confecção de metal).

Os outros são resultados da soma dos demais itens e parte dos sub-itens não especificados acima.

Segundo classificação dos dados dos Relatórios Bacen, os dados foram divididos sob o seguinte critério:

1985-1987

Os bens de consumo são a soma do item bens de consumo mais parte do item matérias-primas (cereais/ extratos tanantes e tintoriais/produtos para fotografias e cinematografias/ têxteis sintéticos e artificiais, contínuos/têxteis sintéticos e artificiais, descontínuos/ material para a fabricação de papel, etc/ matérias plásticas artificiais).

Os bens de capital são a soma do item bens de capital mais parte do sub-item matérias-primas (borracha natural ou sintética/ ferro fundido e aço/ metais não-ferrosos).

Os outros foram obtidos com a soma da parte do item matérias-primas não mencionados acima.

1988-1991

Os bens de consumo são a soma do item bens de consumo mais parte do item matérias-primas (trigo/ extratos tanantes e tintoriais/ produtos para fotografias e cinematografias/ pasta de madeira, celulose e obras/ plásticos e suas obras).

Os bens de capital são resultados pela soma dos mesmos componentes do período anterior.

Aos outros aplica-se soma descrita no período anterior.

1992-1993

Os bens de consumo são os mesmos do período anterior apenas substituindo sub-item trigo por cereais e produtos da indústria de moagem.

Os bens de capital e outros foram gerados iguais ao período anterior.

Exportações:

Segundo classificação dos Relatórios Cacex, os dados foram divididos sob o seguinte critério:

1970-1979

O valor dos bens de consumo é resultado da soma dos itens bens de consumo duráveis, mais bens de consumo não-duráveis, mais parte dos sub-itens matérias-primas (de origem animal/ de origem vegetal/ matérias-primas têxtil naturais), semi-elaborados (óleos e ceras animais e vegetais , em bruto/ farelos e tortas de sementes oleaginosas/ manteiga de cacau/ matérias têxteis sintéticas/ fios têxteis naturais/ óleos essenciais).

O valor dos bens de capital é resultado da soma dos item bens de produção mais parte do sub-itens matérias-primas (de origem mineral), semi-elaborados (metais comuns empregados na metalurgia/ ampolas, bulhos para válvulas elétricas e semelhantes).

Os outros foram obtidos com a soma dos itens e da parte dos itens matérias-primas e semi-elaborados não mencionados acima.

1979-1984

O valor dos bens de consumo é resultado da soma dos itens bens de consumo duráveis, mais bens de consumo não-duráveis, mais parte dos sub-itens matérias-primas (algodão não cardado nem penteado (em rama)/ cacau em amêndoas cru/ fios de seda não acond. Para venda a varejo/ fumo em folhas/ madeira compensada ou contraplacada/ madeira não conífera, aplainada, entalhada, etc/ madeira serrada/ milho em grão, com casca/ painel de fibra comprimida de madeira/ pasta de cacau refinada (liquor de cacau)/ pasta química de madeira à soda e ao sulfato)/ soja em grão/ "tops" de lã cardados ou penteados/ outras matérias-primas de origem vegetal), insumos (cera de carnaúba/ ceras artificiais/ farelo de polpa cítrica/ farelo de soja/ fios de algodão/ manteiga de cacau, incl. gordura e óleo/ óleo de algodão em bruto/ óleo de amendoim em bruto/ óleo de soja em bruto/ óleos essenciais/ papéis sensibilizados para imagem policromática/ papel para imprimir e escrever/ parafina/ resíduos de sementes oleaginosas, excl. Farelo de soja).

Os bens de capital resultam da soma do item bens de produção mais parte dos sub-itens matérias-primas (bauxita

não calcinada/ borracha natural ou sintética/ minérios de ferro (aglomerados)/ minérios de ferro (hematita)/ minérios de manganês/ outras matérias-primas de origem mineral), insumos (barras de ferro ou de aço, laminadas ou extrusadas/ chapas de ferro ou de aço laminadas/ desbastes planos ou retangulares, palanquilhas e "largets"/ estanho em bruto/ ferro-gusa/ ferro-ligas/ tubos de ferro ou aço, excluídos condutos).

Os outros foram obtidos com a soma dos itens e da parte dos itens matérias-primas e insumos não mencionados acima.

Segundo classificação dos dados dos Relatórios Bacen, os dados foram divididos sob o seguinte critério:

1985-1991:

O valor dos bens de consumo é resultado da soma de parte dos itens produtos primários (tradicionais: açúcar demerara/ cacau em amêndoas/ café em grãos. Outros produtos primários: algodão não cardado e não penteado/ amianto em fibra/ banana/ camarão/ carne bovina/ carne eqüina/ carne de frango/ carne de suíno/ castanha do Brasil/ castanha de caju/ caulim lavado ou beneficiado/ erva-mate/ farelo de polpa cítrica/ farelo de soja/ fumo em folhas/ granito/ lagosta/ laranjas/ magnésia calcinada/ pedras preciosas em bruto/ peixes congelados/ pimenta em grão/ resíduos de óleos

vegetais, excl. Soja/ sisal em bruto/ soja, mesmo triturada), mais parte dos produtos industrializados (semimanufaturados: açúcar cristal/ cera de carnaúba/ couros bovinos, excl. Bezerros/ extratos tanantes de origem vegetal/ madeira serrada/ manteiga de cacau/ óleo de amendoim em bruto/ óleo de soja em bruto/ pasta de cacau/ pasta química de madeira/ peles e couros, excl. Bovinos/ prod. Cacau em massa/ tops de lã cardada ou penteada. Manufaturados: açúcar refinado/ álcool etílico/ café solúvel/ calçados suas partes e componentes/ carne de boi industrializada/ ceras artificiais/ cordéis, cordas e cabos de sisal/ cigarros/ ferramentas e cutelaria/ fios de algodão/ fios de fibras têxteis, sintéticas e artificiais/ fios de seda não-acondicionados para venda a varejo/ instrumentos e aparelhos de medida, verificação e controle/ madeira aplainada, entalhada, emalheada ou semelhantes/ madeira laminada/ madeira placada ou contraplacada/ móveis, excl. médico-cirúrgicos/ munições de caça e esporte/ óleo de algodão, refinado/ óleo de soja, refinado/ óleos essenciais/ painéis de fibra de madeira/ palmitos em conserva/ papéis, cartolinas, cartões e tecidos sensibilizados/ papel e suas manufaturas, excl. sensibilizados/ pedras preciosas e semipreciosas, lapidadas/ plásticos e suas obras/ produtos cerâmicos/ produtos de confeitaria, sem cacau/ roupas de cama, de mesa e artigos semelhantes/ roupa malharia não elástica/ suco de laranja/ sucos de frutas (abacaxi e maracujá)/ tecidos de algodão/ tecidos de fibras têxteis,

sintéticas e artificiais/ vestuário ext. para mulheres e homens/ vidros e suas manufaturas).

O valor dos bens de capital foi obtido com a soma de partes dos itens primários (tradicionais: minério de ferro/ minério de manganês. Outros produtos primários: outros minérios metalúrgicos), mais produtos industrializados (semimanufaturados: alumínio em bruto/ bobinas para real. ferro e aço/ estanho em bruto/ ferro-gusa/ ferro-ligas em bruto/ semimanufaturados de ferro e aço. Manufaturados: alumínio manufaturado/ borracha manufaturada/ caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos/ máquinas, aparelhos elétricos (part./aces.)/ material de transporte/ produtos siderúrgicos manufaturados).

Os outros foram obtidos pela soma dos demais sub-itens não mencionados anteriormente.

1992-1993

O valor dos bens de consumo é resultado da soma dos mesmos itens e sub-itens do período anterior adicionados alguns sub-itens das matérias-primas (melões frescos/ pedaços de peru/ tripas de bovino), mais sub-itens dos produtos manufaturados (camisetas "t-shirt" e camisetas de algodão/ facas, navalhas, apar. de barbear e tesouras/ ferramentas para uso manual ou de máquinas/ madeira

compensada, contra placada e semelhantes/ óleos de sementes e frutos oleaginosos, refinados/ pedras de cantaria ou de construção e suas obras/ pisos e revestimentos cerâmicos/ roupas de cama, mesa e de toucador), menos alguns sub-itens dos produtos manufaturados (ferramentas e cutelaria/ madeira aplainada, entalhada, emalheada ou semelhantes/ madeira laminada/ madeira placada ou contraplacada/ óleo de algodão, refinado/ óleo de soja, refinado/ produtos cerâmicos/ roupas de cama, de mesa e artigos semelhantes/ roupa de malharia não-elástica/ vidros e suas manufaturas).

Os outros foram obtidos pela soma dos demais sub-itens não mencionados anteriormente.